

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM GEOGRAFIA



**A INFLUÊNCIA AÇORIANA NO PROCESSO DE  
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO DA LOCALIDADE DE  
COXILHA DOS PEREIRA – CANGUÇU-RS**

João Nei Pereira das Neves

**Rio Grande-RS  
2011**

JOÃO NEI PEREIRA DAS NEVES

A INFLUÊNCIA AÇORIANA NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO  
ESPAÇO DA LOCALIDADE DE COXILHA DOS PEREIRA – CANGUÇU-RS

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, da Universidade  
Federal do Rio Grande, como  
requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Sandro de Castro Pitano

Rio Grande-RS  
2011

N518i Neves, João Nei Pereira das.

A influência açoriana no processo de transformação do espaço da localidade de Coxilha dos Pereira – Canguçu-RS / João Nei Pereira das Neves. - 2011.

149 f. : il., mapas, graf., tabelas.

Orientador: Dr. Sandro de Castro Pitano.

Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Grande/RS, 12/12/2011.

1. Geografia. 2. Espaço geográfico. 3. Imigração açoriana.  
4. Canguçu - Coxilha dos Pereira. I. Pitano, Sandro de Castro.  
II. Título.

CDU : 910

JOÃO NEI PEREIRA DAS NEVES

A INFLUÊNCIA AÇORIANA  
NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO DA LOCALIDADE DE  
COXILHA DOS PEREIRA – CANGUÇU-RS

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sandro de Castro Pitano (orientador)  
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

Prof. Dr. Dário de Araújo Lima  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

---

Prof. Dr. Cesar De David  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosa Elena Noal  
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em memória dos casais açorianos, vindos para o Brasil. Em especial em memória de meus ancestrais açorianos, o casal Francisco Pereira das Neves e esposa Bárbara, naturais da Ilha do Pico e seus descendentes no Brasil: Domingos Pereira das Neves e esposa Anna, Urbano Pereira das Neves e esposa Joaquina, Henrique Pereira das Neves e esposa Maria Joaquina, Thuríbio Pereira das Neves e esposa Adelaide Leontina, Feliciano Pereira das Neves e esposa Ângela Maria, Celso Pereira das Neves e esposa Cantídia e Geni Pereira da Cunha.

Aos meus queridos pais João Alcides Pereira das Neves e Zeli Maria Pereira das Neves, com eterna gratidão, amor e respeito.

Ao meu filho Francisco Pereira das Neves, com amor incondicional.

Ao meu irmão Zelton Rogério Pereira das Neves e esposa Laura, pelo companheirismo e amizade.

E ao professor Sidney Gonçalves Vieira, pela sua amizade, apoio, confiança e dedicação, um exemplo a ser seguido pelo seu profissionalismo, comprometimento e responsabilidade.

## AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho foi possível graças à colaboração de muitas pessoas e instituições, às quais neste momento gostaria de agradecer e externar todo meu reconhecimento. Embora considere que esteja longe de um trabalho completo, me sinto feliz em compartilhar e satisfeito em propor novas reflexões sobre a transformação do espaço da localidade onde nasci e cresci Coxilha dos Pereira.

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Furg, na pessoa de seu Coordenador professor Solismar Fraga Martins, pela oportunidade, juntamente com o corpo docente, pelos ensinamentos e aprofundamento de conhecimentos científicos para o trabalho e para a vida. Também aos secretários do programa, especialmente ao Gianfranco, pela presteza e boa vontade quando solicitado. Aos colegas mestrandos da turma de 2009, pelo companheirismo e amizade. À professora Beatriz Valladão Thiesen, pelo seu carinho ao me mostrar os primeiros passos para a realização desse trabalho e principalmente pela sua compreensão a minha necessidade particular de trocar a orientação.

Ao meu orientador professor Sandro de Castro Pitano, pela dedicada orientação, colaboração e valiosas intervenções no processo de elaboração deste trabalho e principalmente por ter aceitado assumir minha orientação já no andamento do trabalho. Por isso, quero agradecer, em particular, esse privilégio que tive de contar com sua orientação. Expresso meu agradecimento também aos professores Rosa Elena Noal e Dário de Araújo Lima, pelas bem-vindas sugestões na banca de minha qualificação, da mesma forma agradeço a ambos e ao professor Cesar de David por aceitarem fazer parte da banca final, dedicando parte de seus preciosos tempos.

Um agradecimento especial ao amigo e colega professor Carlos Barz, que muito me auxiliou como um co-orientador, com leitura crítica, conselhos, palavras de estímulo, apoio e amizade. Da mesma forma o faço ao professor Sidney Gonçalves Vieira, pela confiança e incentivo, que foram de extrema valia para o êxito e realização deste trabalho.

Devo agradecer de uma forma especial aos meus amigos e colegas professores: Carmen Regina da Silva Matos Pombo, Laedi Bachini Bosenbecker, José Costa Fróes e Susele Faria Dias, não só pelos empréstimos bibliográficos de seus acervos particulares, mas principalmente pela atenção e carinho a mim dispensados. À professora Regina Lucia Reis de Sá Britto Fiss, a qual devo minha inserção e zelo pela cultura açoriana. E, também, ao amigo e colega Carlos Ari Jorge Teixeira, que na época da graduação me incentivou a voltar à academia.

Nos arquivos em que pesquisei, quero agradecer a todos os funcionários que tiveram a paciência de procurar e encontrar as fontes que eu desejava pesquisar. Agradeço ao Arquivo dos Bispados de Pelotas e Rio Grande, aos cartórios de registros civis de Canguçu e Povo Novo, ao Centro de Documentação Histórica da Furg e ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. À secretaria municipal de educação de Canguçu na pessoa das funcionárias Auta Sirlei Barbosa de Oliveira, Miriam Zuleica Reyes Barbosa e Kênia Pureza Soares Kruger. E também Ladi Castro Fonseca, funcionária do setor de recursos humanos da prefeitura municipal de Canguçu. Agradeço a incansável colaboração das citadas funcionárias

Aos colegas da área de Geografia do Colégio Municipal Pelotense e, principalmente, a atenção da Diretora geral Marita Zorzolli Nebel, da Diretora da tarde Magda D'Ávila Soares e da Coordenadora da área de geografia Simone Pereira da Silva pela flexibilidade nos encargos docentes, tendo sido fundamental e certamente fez toda a diferença. Não posso deixar de ser grato também nesse momento, às colegas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Laura Alves Caldeira, à diretora Gisele Ramos Lima, que me disponibilizou suas bibliografias e algumas dispensas que me oportunizou, à vice-diretora Darlei Lindemann, sempre de extrema boa vontade ao copiar as fotos que inseri no trabalho, à professora Silvana Carret Zanetti, pela boa vontade e suas sugestões, à professora Vera Lucia Silveira Domingues, à Divani Dias Peter pelos almoços nas quintas-feiras e às demais colegas da escola pelo incentivo e solidariedade. Este agradecimento estende-se também aos meus queridos alunos dos dois educandários pelo apoio e compreensão.

Aos entrevistados que foram, sem dúvidas, a essência do trabalho, sem eles teria sido impossível atingir os objetivos propostos. Em especial à Senhora

Leontina Soares Mota que, aos 104 anos de idade, nunca se recusou a me receber e dividir suas experiências e conhecimentos da localidade em estudo e aos demais entrevistados: Abelardo Martins Moreira, Arnaldo Cardoso de Oliveira, Carla Marques Gomes (açoriana residente em Porto Alegre), Celso Pereira de Matos, Cledenir Vergara Mendonça, Damásio Pereira das Neves, Pe. Estevan Ricardo Echer, Honorina Morales da Cunha, Iolanda Maria Pereira da Cunha, João Alcides Pereira das Neves, João José Ribeiro Bandeira, João Miguel Ribeiro (In Memoriam – faleceu uma semana após conceder a entrevista), Mario Barbosa de Mattos, Odete Moreira das Neves, Olga Pereira de Matos, Oli Soares Mota, Valdemar Pereira das Neves, Valdeni Cunha da Costa e Zeli Maria Pereira das Neves. Da mesma forma as pessoas que emprestaram fotografias, tornando o trabalho mais interessante visualmente: Alessandra Guastuci Sória, Celso Pereira de Matos, Diva Oliveira Papini, Iolanda Maria Pereira da Cunha, Irene Cunha das Neves, João Alcides Pereira das Neves, Julieta Pereira Ribeiro, Julio Cesar Cruz Fernandes, Lucas Farias da Cunha, Luis Olílio Soares Pereira, Marcos Rogério Rossales Borges, Neida Pereira Goulart, Olga Pereira de Matos, Oli Soares Mota, Osmar Borges da Silva, Rosane dos Santos Zanetti, Rosangela da Silva Rodrigues, Soila de Matos Bandeira, Solange de Matos Bandeira, Tarciane Martins da Silva, Valdeni Cunha da Costa, Zeli Maria Pereira das Neves e Zelton Rogério Pereira das Neves. Agradeço a atenção, a confiança e o desejo de ver o trabalho realizado que compartilhamos juntos.

Ao querido casal de amigos e vizinhos João Pedro do Nascimento e Giovana Teixeira de Almeida Nascimento, que nas quartas-feiras do segundo semestre do curso, pegavam meu filho Francisco na escolinha e tomavam conta, para que eu pudesse cursar a disciplina oferecida naquele dia, cuidando com absoluto zelo e extrema bondade de meu tesouro mais precioso! Meu eterno obrigado. Da mesma forma minhas incansáveis e dedicadas primas Neli Pereira Louzada, Neusa Pereira Mateus e esposo Abeilard Pires Matheus, que tantas vezes tomaram conta de meu filho e sempre me acolheram com muito carinho. Meus queridos amigos, só eu sei o quanto isso significou pra mim. A minha querida prima e vizinha Tânia Maria Duarte Peres, que nas noites frias de inverno, quando eu estava ao computador digitando meu trabalho, batia rapidinho em minha porta, somente pra alcançar uma deliciosa sopa quentinha,

não fosse esse pequeno gesto, Tânia, talvez ficasse apenas no café pra não perder tempo. Muito obrigado, minha prima!

Não posso deixar de reconhecer também pessoas que foram fundamentais no início de minha caminhada, como três casais que me acolheram no seio de suas famílias com infinita bondade e na condição de um filho: Vitor Hugo Ribeiro da Fonseca e Antonina Strzykalska Fonseca (in Memoriam), Antonio de Mattos (in memoriam) e Olga Pereira de Matos, Alberto Borges de Medeiros (in memoriam) e Elza Maria Pereira Medeiros. E também minha avó paterna, Adelaide Leontina Bandeira Pereira (in memoriam) e tia Margarida Pereira das Neves. O acolhimento e carinho de vocês foram primordiais na minha formação. Obrigado por tudo!

Agradeço à minha família sempre presente, o que seria de mim sem vocês! Meus queridos pais João Alcides e Zeli Maria, que sempre me ampararam e me acolheram em todos os momentos de minha vida, guardarei eternamente seus ensinamentos, o amor de vocês é o que me mantém na luta diária. Meu Irmão Zelton Rogério e minha cunhada Laura, obrigado pelo apoio e colaboração. Minha avó materna Honorina, Neli e Eneida Moreira Goularte, obrigado por estarem ao meu lado. Meu querido filho Francisco Pereira das Neves, amor incondicional de minha vida e Ariel Simões Rodrigues (filho de coração), perdoem minhas ausências e obrigado por me entenderem e pelo amor de vocês, que me alimenta.

Ficam aqui registrados meus mais sinceros agradecimentos a todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a realização deste trabalho e se fizeram presentes ao meu lado e, sobretudo, a Deus que me sustentou na conquista desta importante etapa de minha vida. Muito Obrigado!

João Nei Pereira das Neves.

*“Fortes pela origem da raça de que provinham, bons pela simplicidade de suas almas, mártires pela resignação com que sofreram, descender dos ilhéus passou a ser para os rio-grandenses um penhor de honra que cultuamos com reverência e carinho.”*

**General João Borges Fortes – 1978.**

## RESUMO

**NEVES, João Nei Pereira das. A influência açoriana no processo de transformação do espaço da localidade de Coxilha dos Pereira - Canguçu-RS.** Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

Este trabalho se propôs a investigar a influência açoriana no processo de transformação do espaço da Coxilha dos Pereira, terceiro subdistrito de Canguçu-RS. A partir da concepção de espaço de Milton Santos, foi feita uma análise da influência dessa cultura na transformação daquele espaço geográfico, através de entrevistas e análise documental iconográfica. Num primeiro momento, foram abordados aspectos da imigração açoriana para o Brasil, seguidos de uma contextualização sobre o município de Canguçu e presença açoriana e, por último, um estudo mais detalhado da localidade de Coxilha dos Pereira, baseado na obra de Milton Santos, tendo o espaço como movimento, processo, neste caso, desde a chegada do açoriano e do descendente até o momento presente.

Palavras-chave: Açoriano, influência, transformação, espaço, Coxilha dos Pereira.

## ABSTRAC

**NEVES, João Nei Pereira das. The Azorean influence in the process of transformation of the space of the place of Coxilha of Pereira - Canguçu-RS.** Dissertation of Master's degree - Program of Masters degree in Geography. Federal University of Rio Grande, Rio Grande, 2011.

This work aims to investigate the Azorean influence in the process of transformation of the space of Coxilha of Pereira, third district of Canguçu-RS. Starting from the conception of space of Milton Santos, it was made an analysis of the influence of that culture in the transformation of that geographical space, through interviews and documental analysis iconographic. In a first moment, aspects of the Azorean immigration were approached to Brazil, following by a contextualization on the city of Canguçu and Azorean presence and, finally, a more detailed study of the place of Coxilha of Pereira, based on Milton Santos work, having the space as movement, process, in this case, since the arrival of the Azorean and of the descendant to the present moment.

Key words: Azorean, influence, transformation, space, Coxilha of Pereira.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>013</b>
Objetivo Geral.....	019
Objetivos Específicos.....	019
Justificativa.....	020
Metodologia.....	024
<b>1. OS AÇORIANOS.....</b>	<b>029</b>
1.1. Breve histórico da Imigração Brasileira e Emigração Açoriana para o Bra sil.....	029
1.2. O arquipélago dos Açores.....	034
1.3. Açorianos no Rio Grande do Sul: Povo Novo (Rio Grande) e Canguçu. 036	
1.3.1. A chegada dos casais e formação dos primeiros núcleos açorianos no Rio Grande de São Pedro.....	036
1.3.2. Povo Novo, assentamento de casais.....	040
<b>2. O MUNICÍPIO DE CANGUÇU.....</b>	<b>044</b>
2.1. Histórico, aspectos e características do município.....	044
2.2. Povoadores e a contribuição cultural e econômica Açoriana em Can guçu.....	049
<b>3. COXILHA DOS PEREIRA, TERCEIRO SUBDISTRITO DE CANGUÇU E O DESCENDENTE AÇORIANO.....</b>	<b>054</b>
3.1. Caracterização territorial.....	054
3.2. O descendente açoriano e as transformações do espaço.....	062
3.2.1. Economia: comércio, agricultura e pecuária.....	062
3.2.2. Religião.....	083
3.2.3. Educação.....	092
3.2.4. Saúde.....	108
3.2.5. Cultura: Arquitetura, Linguagem, Gastronomia, Festas e Costumes... 118	

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>144</b>

## INTRODUÇÃO

A temática abordada neste estudo trata da transformação de um determinado espaço geográfico, a localidade de Coxilha dos Pereira no terceiro subdistrito de Canguçu-RS, sob a influência açoriana trazida com os casais, que migraram das Ilhas dos Açores, em Portugal, a fim de povoar as terras do Sul do Brasil, a partir de 1748, sendo que aqui entraram na condição de colonizadores. Convém salientar que o termo “localidade” é empregado para se referir a local, conforme nos aponta Bosenbecker<sup>1</sup> (2006, p. 18), “A cidade [Canguçu] é o centro da administração municipal. Cada subdistrito apresenta diversas localidades.”

De acordo com alguns autores, entre eles João Borges Fortes (1978), os casais deixaram as ilhas açorianas e migraram na firme esperança de uma vida melhor, distante do velho arquipélago. Mas logo ao primeiro contato com a terra prometida, já fica a certeza de que as coisas não seriam nada fáceis. Após anos de decepção, tristezas, trabalhos e sacrifícios é que conseguem um pequeno pedaço de terra para tirar seu sustento, bem como alimentar suas proles, que haveriam de vingar e povoar nosso extremo sul brasileiro, como nos diz Fortes (1978, p. 154), “Bendita semente, a dos açorianos!” neste chão.

As embarcações chegavam com destino à ilha de Santa Catarina, onde uns ficaram e outros rumaram em direção ao Rio Grande de São Pedro, já que a finalidade era povoar o extremo sul do Brasil. Segundo Neis (1975), o açoriano traz consigo características de bravura, honradez, respeito, religiosidade e patriotismo. Eram generosos, alegres, sóbrios e trabalhadores.

Não diferente das demais localidades brasileiras, a memória de nossos antepassados, bem como as identidades e construções dos lugares, sofrem diretamente a ação do instante presente, onde a história das lembranças é vítima “do que se quer lembrar, do que se quer esquecer”. Mas, sabemos que, hoje, no extremo do Sul do Brasil, é impossível falarmos da história local sem

---

<sup>1</sup> Bosenbecker foi secretária de educação de Canguçu, é Membro da Academia Canguçuense de História e autora de vários trabalhos.

nos reportar a esse grupo étnico de significativa contribuição sócio-econômica e cultural que nos foi legada.

Esta pesquisa busca investigar a influência açoriana no processo de transformação do espaço da localidade de Coxilha dos Pereira em Canguçu-RS. Ao verificar sinais que existiram ou os que ainda existem e sofreram alguma ressignificação, identificar, ou não, o sentimento de pertencimento dos cidadãos locais a suas origens açorianas. Para essa verificação, o objetivo tem focado para o aspecto econômico, educacional, religioso, arquitetônico e cultural naquele local.

Ainda que tenhamos conhecimento da presença do grupo étnico açoriano no Rio Grande do Sul, pouco se sabe sobre essa cultura, e uma das causas disso é o pequeno número de trabalhos publicados sobre esse tema. Essa falta de informação é preocupante, porque a memória cultural é o que nos dá identidade. Quando a mantemos viva, expressamos nosso sentimento de pertencimento a um grupo.

No primeiro capítulo foi dada uma atenção especial a trajetória dos açorianos, desde as ilhas até o Brasil, bem como as circunstâncias em que aconteceu o processo de imigração dos casais. Também foram abordadas algumas características do arquipélago e do deslocamento, como: a localização, a população, a viagem, a chegada na nova Terra e a distribuição desses casais pelo Rio Grande de São Pedro.

No que se refere ao segundo capítulo, foi abordado diretamente o município de Canguçu: aspectos físicos, naturais e a povoação que está diretamente relacionada ao açoriano como nos apontam alguns autores.

O terceiro capítulo focou na Coxilha dos Pereira, uma localidade no terceiro subdistrito de Canguçu, onde se instalou Urbano Pereira das Neves, neto de casal açoriano, que se transferiu para aquela localidade após seu casamento com Joaquina Leal, também neta de açorianos, que já morava no local, por ocasião do casamento. O casal de netos de açorianos certamente preservaram e cultivaram costumes passados por seus pais e trazidos por seus avós ilhéus. Tal afirmação embasa-se nos traços culturais ainda encontrados hoje nas gerações descendente do casal. Isso tem contribuído significativamente para analisar até que ponto a influência açoriana predominou no processo de transformação daquele espaço. Os aspectos que estão sendo

considerados para análise na localidade são: economia, educação, religião, arquitetura e cultura.

#### a) Contextualização do autor na Pesquisa

Lembro-me que, ainda quando criança, sempre questionava meus pais e avós e uma vontade muito forte me inquietava de saber quais eram as minhas origens. Constantemente lhes perguntava sobre quem eram seus avós, bisavós e trisavós, mas as respostas logo se esgotavam e mais curioso ainda ficava ao saber que meu pai e minha mãe descendiam de um mesmo sobrenome, “Pereira”, e eles diziam não saber ou ter conhecimento de alguma relação ou grau de parentesco e, principalmente, pelos dois terem sempre morado numa localidade tão pequena que coincidentemente também se chamava “Coxilha dos Pereira”. Por volta de meus 19 anos de idade, não resisti e comecei a registrar aquilo que investigava de história oral de meus avós, só que com grande pesar de, nesta época, já não ter mais minha avó paterna, pessoa que possuía muitas informações a respeito da família. As fontes orais logo se esgotaram e então parti para pesquisa em registros documentais e hoje possuo em torno de seiscentas páginas de genealogia sobre os “Pereira das Neves” não só daquela pequena localidade, como de Canguçu, do Rio Grande do Sul, de algumas regiões do Brasil e também de fora do país. Durante esses longos anos de pesquisa, muitas de minhas curiosidades foram sanadas, outras perduram e novas despertaram. No ano de 2005, tive a oportunidade de conhecer os Açores, e mais especificamente a pequena freguesia de Santa Bárbara das Ribeiras, na Ilha do Pico, de onde, na década de 1740, partiu nas embarcações de “Casais Açorianos”, Francisco Pereira das Neves<sup>2</sup> e sua família rumo ao Brasil. Francisco, sua esposa Bárbara e mais os oito filhos, posteriormente a data de sua chegada, foram instalados no Rio Grande de São Pedro, nas terras distribuídas no Povo Novo.

Mas, voltando à pequena localidade de Coxilha dos Pereira, um aspecto bastante significativo pra mim é que nasci e vivi minha infância e adolescência nesse lugar, tendo saído de lá pelo motivo de continuar meus estudos e trabalhar, mas, mesmo distante, continuo muito ligado e volto sempre que possível. Com meu trabalho de genealogia, constatei que meu pai e minha mãe

---

<sup>2</sup> O patriarca da família Pereira das Neves no Brasil.

são descendentes de Francisco, o pai em quinta geração e a mãe em sexta geração, fato este nem tão distante e que não tinham conhecimento. São pequenos detalhes como esse, mas para mim de grande significação, que foram fazendo com que, cada vez mais, despertasse o interesse e apego pelo lugar em estudo.

Outro detalhe a se levar em conta, é que sempre demonstrei grande interesse e curiosidade por hábitos e costumes que eram praticados em minha família, mesmo quando não fazia a menor ideia do conceito e do significado de cultura. Lembro-me ainda quando pequeno, das ondas douradas, formadas pelo vento nas últimas lavouras de trigo, cultivadas por meus avós e tios, que é sem dúvida, uma cultura a qual os açorianos e seus descendentes se dedicaram como uma das principais culturas, conforme afirma o autor a seguir:

Os documentos que encontramos em Lisboa, especialmente no Arquivo Ultramarino, quando seqüenciados, nos permitem flashes nítidos de etapas da convocação e do transporte dos açorianos até Santa Catarina. Promessas. Esperanças. Desilusões. Foram tantas e de tal monta que nos admiramos até de que seja aquela mesma gente que deu ao Rio Grande a maior produção de trigo do Brasil (BARROSO, 2002, p. 193).

Quantas vezes nas tardes chuvosas ou ao receber visitas, minha mãe sempre muito atenta com os sonhos para o café da tarde, ou o arroz doce para sobremesa. Por ocasião do mês de junho, era tarefa junto com meu irmão e alguns primos ajudar meu pai a montar as fogueiras, com invocação a Santo Antonio, São João e São Pedro. As tias e primas mais velhas, na noite de Santo Antonio, não se descuidavam com os papezinhos de simpatias, para saber se iam casar logo. À noite, antes da eletrificação rural da localidade, reuníamos-nos ao redor do fogão, para ouvirmos atentamente as estórias e jogos de adivinhações feitos pelos mais velhos. Minha infância foi permeada por todo esse contexto de coisas simples e felizes, porém de uma base cultural muito forte, que somente anos depois, a partir de muito estudo, é que foi possível saber se tratar de uma especial cultura, a açoriana.

Trabalhar com esses aspectos culturais, para mim foi algo de significativa relevância, justamente por ter vivido costumes tão puros e simples, mas que já era o suficiente pra ser feliz. Falar desta pequena localidade, Coxilha dos Pereira, que fica no terceiro subdistrito de Canguçu, é, antes de tudo, voltar às minhas origens.

Durante minha graduação no curso de Geografia da Universidade Federal de Pelotas, conheci a professora Regina Lucia Reis de Sá Britto Fiss, que palestrava sobre os Açores. Para mim seu pronunciamento foi de uma grande relevância, pois me identifiquei bastante com o tema e já naquele primeiro contato de conhecimento dessa cultura é que percebi que muitas das coisas que fizeram parte da minha infância estavam totalmente no contexto da palestra. No final de sua explanação, conversamos e logo recebi o convite da referida professora para participar de dois seminários sobre a cultura açoriana e outros, sucessivamente, onde cada vez mais me identifico com o assunto.

Posteriormente, também a convite da professora Regina, eu passei a fazer parte do grupo de trabalho do Centro Português Primeiro de Dezembro da cidade de Pelotas, cujo principal objetivo é a questão açoriana no extremo Sul do Brasil e as relações com o arquipélago dos Açores (Portugal)'. Em 2004, criei, em uma das escolas em que atuo na esfera estadual, projeto de cultura Açoriana que, além das danças típicas açorianas, tem como objetivo resgatar a cultura que originou nossos atuais valores, no que se refere à religião, ao folclore, aos costumes, ditos populares, além de auxiliar na sua formação como cidadão.

Meu envolvimento com as questões açorianas naquele momento, permitiu-me, no ano de 2005, viajar para os Açores e participar de um curso que durou cerca de 15 dias, nas ilhas Terceira e Graciosa, quando aproveitei para conhecer as ilhas do Faial e a do Pico, sendo que desta última vieram meus ancestrais, por volta de 1740.

A partir de então, procurei inserir essa temática também em minha vida acadêmica. Ao fazer minha Especialização no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, foquei meu projeto final do curso na contribuição açoriana no espaço geográfico do Rio Grande do Sul, com o título "Análise da Importância da Colonização Açoriana na Formação Territorial e Ocupação do Sul do Brasil".

Observando as relações que se estabeleceram ao longo dos anos em Canguçu, é perceptível a cultura de a etnia alemã sobrepor-se a outras e, principalmente, à açoriana, que chegou primeiro e foi a originária do município, fato esse que merece uma atenção especial, em outro momento.

Descobrir que sou descendente dos casais açorianos vindos para o Rio

Grande do Sul, no século XVIII, foi uma revelação que mexeu profundamente comigo, despertando o desejo profundo de devolver aos descendentes de açorianos, principalmente de Canguçu, “o orgulho pelas suas origens”, que não conhecem como eu não conhecia, mas que praticam valores culturais desta etnia, legado pelos seus antepassados e, para muitos, já distante e esquecida. E porque não me valer deste momento para reforçar aos Canguçuenses que os primeiros povoadores foram açorianos e não alemães como pensa a grande maioria, já que a cultura lusa vem sendo totalmente sufocada.

Esse estudo permitiu enriquecer ainda mais meus conhecimentos acerca do tema, buscando subsídios para investigar as transformações do espaço da localidade de Coxilha dos Pereira, no terceiro subdistrito de Canguçu, sob a ótica da influência açoriana, bem como os vestígios que ainda permanecem desta cultura. A partir de então retornar principalmente para os atuais moradores da pequena localidade, e mostrar que ela é fruto de tamanha riqueza cultural.

#### b) Enfocando o problema da pesquisa

Ao escolher o tema deste projeto, optei por trabalhar um lugar que para mim, em um primeiro momento, é bastante significativo, ele está diretamente associado às minhas origens. Hoje ele retrata ainda algumas marcas bem fortes de uma cultura totalmente caída no esquecimento e isso se faz visivelmente presente.

O estudo em questão apontou como enfoque a transformação espacial da localidade de Coxilha dos Pereira, no terceiro subdistrito de Canguçu-RS, sob a influência açoriana; vimos também que isto se deu de uma forma tão forte que, em determinado momento, mudou até mesmo o nome da localidade.

Constitui-se de um lugar de traços bastante fortes da cultura açoriana; embora não tenha o devido reconhecimento, isto se evidencia através do estudo da cultura arquitetônica, ou seja, das antigas casas de residência que ainda resistem ao longo do tempo, com uma arquitetura tão característica dos açores. Neste caso, a análise da cultura material remanescente forneceu informações sobre os vestígios do passado. Através das metodologias voltadas para o estudo da cultura açoriana, pude analisar e recuperar dados relativos à paisagem no sentido em que “a paisagem existe através de suas formas,

criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual” (SANTOS, 2006. p. 67).

Por outro lado, elementos pertinentes, que também remontam à história da localidade, que são intrínsecos como a religiosidade, as culturas agrícolas, os costumes, das narrativas orais de antigos moradores, a iconografia e a bibliografia existente sobre Canguçu e a Cultura Açoriana, servem de base da afirmação da existência de um passado esquecido.

No município de Canguçu, hoje, a cultura alemã possui uma forte evidência e, em determinados casos, chega a ser senso comum pensar Canguçu a partir do imigrante alemão, quando na realidade foi o açoriano, pois alguns autores como Bento (1983), Neves (1998), Jaccottet (1999) e Santos, Eicholz & Neves (2006) nos mostram que os açorianos foram os primeiros habitantes de Canguçu depois do elemento indígena, como vimos no decorrer do trabalho.

Diante o exposto, com relação à localidade da Coxilha dos Pereira, me propus a questionar se houve influência açoriana no processo de transformação daquele espaço. Espero com isso não somente contribuir para o resgate de valores culturais dessa etnia como salvaguardar principalmente parte da cultura imaterial através da oralidade de alguns antigos moradores da localidade, de uma faixa etária entre 50 e 104 anos.

### **Objetivo geral**

Investigar a influência açoriana no processo de transformação do espaço da localidade de Coxilha dos Pereira, em Canguçu-RS, caracterizando os aspectos econômico, educacional, religioso e cultural.

### **Objetivos específicos**

a) Investigar o histórico da imigração de açorianos para o Brasil, com ênfase na fixação dos casais no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente no Povo Novo – Rio Grande;

- b) Investigar o deslocamento do descendente de casal açoriano e sua fixação no terceiro subdistrito de Canguçu;
- c) Caracterizar a Coxilha dos Pereira no 3º subdistrito de Canguçu-RS;
- d) Analisar e caracterizar o processo de transformação espacial da Coxilha dos Pereira, evidenciando a influência açoriana.

## Justificativa

Ser descendente de um dos casais açorianos que veio para o Brasil com o objetivo de povoar o extremo Sul de nosso país, instalado no Rio Grande de São Pedro, é um dos motivos que justifica a realização da presente pesquisa.

É feita a descrição da trajetória de Francisco Pereira das Neves desde as Ilhas dos Açores até sua chegada e instalação no Rio Grande de São Pedro, mais precisamente no Povo Novo, onde desenvolveu sua geração. Seu neto Urbano Pereira das Neves, nascido no Povo Novo, Rio Grande-RS, do qual sou descendente direto, rumou para Canguçu, onde contraiu matrimônio com Joaquina Leal, em 1832, que já era moradora de Canguçu, filha de João de Souza Leal<sup>3</sup> e Joaquina Ignácia, descendentes de açorianos. João de Souza Leal, pai de Joaquina, era natural do Estreito, conforme afirma Bento:

Entre 1780 e 1800 houve apreciável migração de origem açoriana para Canguçu, das localidades arenosas de Estreito Mostardas, São José do Norte e de Povo Novo. Este foi o primeiro núcleo de migração para Canguçu desde 1756 (BENTO, 1983, p. 24).

Urbano e Joaquina são netos de açorianos. Neves (1998), ao trabalhar “*Os primitivos moradores de Canguçu*”, mostra que o nascimento de Joaquina Leal ocorreu em Canguçu:

239 – JOÃO DE SOUZA LEAL, natural da freguesia de Conceição do Estreito, filho de João de Souza e de Mariana de Jesus, ambos das ilhas. Casado com Joaquina Ignácia, natural da freguesia de São Pedro do Rio Grande, filha de Vicente José Borges, natural da Ilha Terceira, e de Quitéria Inácia, natural desta freguesia.

<sup>3</sup> João de Souza Leal foi do Estreito para Canguçu, e era filho do casal açoriano João de Souza Leal e Mariana de Jesus. Seu nome figura entre os primitivos moradores de Canguçu, na obra de Ilka Neves, “*Canguçu-RS: Primitivos Moradores, Primeiros Batismos*”, uma cópia dos registros dos primeiros batismos, que datam de 03/02/1800 a 24/09/1813, onde batiza e registra cinco filhos e também no trabalho publicado de mesma natureza de Alda Maria de Moraes Jaccottet, “*Cadernos de Genealogia: Obstinadas Famílias de Canguçu-RS (Livro nº 01B de Batismos 1813-1819)*”. Neste, João de Souza Leal e sua esposa Joaquina Ignácia batizam e registram mais três filhos, entre eles Joaquina, nascida em 03/10/1814.

Pais de:

1 – SERAFIM, nasceu a 13.05.1808; batizado a 22.05.1808 (152), padrinhos: avós maternos.

2 – MEQUELINA, nasceu a 16.07.1809; batizada a 19.07.1809 (178v), padrinhos: Antonio Maurício e sua mulher Maria Joaquina.

3 – CLARINDA, nasceu a 13.08.1810; batizada a 17.08.1810 (206), padrinhos: José da Rosa Dutra e sua mulher Inês da Rosa Garcia.

4 – LIBIA, nasceu a 22.12.1811; batizada a 26.12.1811 (231v), padrinhos: Fermiano José Garcia e Maria Tomázia, solteiros.

5 – JOSÉ, nasceu a 10.07.1813; batizado a 10.08.1813 (255v), padrinhos: José Vicente Borges e Francisca Inácia, tios maternos (NEVES, 1998, p. 185).

Jaccottet (1999), ao reproduzir o segundo livro de registros de batismo de Canguçu, o livro número 1B, também aponta o casal João e Joaquina batizando e registrando mais três filhos, inclusive Joaquina:

217 – JOÃO DE SOUZA LEAL. do Estreito, fº de João de Souza Leal e Mariana de Jesus, ambos das ilhas, c/c JOAQUINA IGNÁCIA, de Rio Grande, fª de Vicente José Borges e Quitéria Inácia, ambos das ilhas, pais de:

F.1 JOAQUINA, \* 03.10.1814 b. 26.12.1814, fl. 25 Pad: Ferminano José e Thomazia Maria, solteiros.

F.2 MANOEL, \* 17.05.1816 b. 02.06.1816, fl. 51v Pad: Manoel José Martins e s/ filha Maria Felícia.

F.3 JOÃO, \* 15.10.1817 b. 07.12.1817, fl. 108v e 109 Pad: Felisberto Francisco Garcia e s/m Clara Maria de Jesus (JACCOTTET, 1999, p. 44).

Desde criança sempre ouvia dizer, através da história oral de meus familiares, que um dia um ancestral nosso teria cantado um verso para sua namorada. Apenas ouvia falar que essa pessoa tinha estado de passada por algum tempo em Canguçu e regressado para sua terra natal, deixando sua namorada. Passados alguns anos, ao voltar a Canguçu, na localidade do Faxinal, divisa com Rincão dos Maurício, encontrou sua ex-namorada noiva de outro rapaz. Urbano, que tocava harpa, ofereceu uma serenata cantando: *“Tarde eu aqui cheguei/de longe sem ser esperado/vim renovar os amores/daqueles tempos passados”*. Ela terminou seu noivado e casou com Urbano. O casal estabeleceu-se na localidade e teve uma geração de cinco filhos; três desses cinco filhos, Urbana, Henrique e Feliciano deram-lhes uma nova geração de 43 netos. Urbana, ao contrair matrimônio, foi morar na localidade vizinha de Faxinal, onde criou seus 14 filhos. Henrique e Feliciano criaram seus 11 e 18 filhos respectivamente, no Rincão dos Maurício. Por parte de meu pai sou descendente de Henrique e pela parte de minha mãe de Feliciano. Será que diante de significativa geração de descendência açoriana

no Rincão dos Maurício ocorreu alguma influência na transformação daquele espaço?

Outro motivo que justifica esta pesquisa é que, observando o cotidiano dos atuais moradores daquela localidade, acredito que estes desconhecem a influência da cultura açoriana, na Coxilha dos Pereira.

Por esta razão, procurei, com esse trabalho, reconstituir o passado, analisando suas transformações naquele espaço, buscando uma integração com o presente, através de uma memória entrelaçada com a vida cotidiana, mas nunca deixando de permear a influência açoriana nesse processo de transformação do espaço.

Também considero relevante este trabalho no sentido de ter analisado a importância da contribuição açoriana no que se refere à cultura, economia e religião local.

De fato, esses aspectos de que hoje percebemos vestígios na localidade, nos apontam para a influência cultural dessa etnia. A economia da localidade, com as gerações dos descendentes açorianos que ali se desenvolveram de forma significativa, voltou-se para o cultivo do trigo. Quanto à religiosidade, a expressão da fé católica, as devoções, a bandeira do divino, o terno de reis, a própria importância que é dada ao batizado, as fogueiras em homenagem aos santos do mês de junho, etc., tudo isso nos remete diretamente ao açoriano. É claro que em determinadas situações é necessário que se faça uma releitura, não vamos encontrar aqui uma reprodução exatamente de como era feito lá nos Açores, até porque se modificam e tomam um caráter particular pra ser feito aqui, então precisamos ler nas entrelinhas a essência cultural.

Inquieta-me saber que, ainda que o açoriano tenha sido uma das etnias de significativa contribuição para a origem do povo sul-rio-grandense, contraditoriamente, pouco se sabe a respeito desses colonizadores. A própria bibliografia é insuficiente. Deveríamos encontrar mais trabalhos publicados envolvendo tal temática, em face da importância desta contribuição cultural. Outro dia, analisando um livro didático de geografia para séries iniciais, na parte onde trabalhava as etnias que originaram o povo gaúcho, justamente sobre o Açoriano, o primeiro a chegar, quem realmente desbravou essas terras, constava pouquíssimas informações, e outras culturas, que chegaram

depois, eram tratadas com bem mais ênfase. Mais surpreso ainda fiquei ao entrar na sala de aula da quarta série, onde havia um cartaz confeccionado pelos alunos com o auxílio da professora sobre o mesmo assunto, e não constava o açoriano.

Então me questiono: porque se sabe tão pouco? Neste caso como se constroem as histórias? As lembranças? O que se quer lembrar? O que se quer esquecer? Como se conhecer a verdadeira identidade de um povo?

Para a ciência geográfica, o tema em questão oferece um leque de itens a serem trabalhados, o que resultaria, certamente, em uma série de contribuições a que poderíamos chegar, a partir de levantamentos e investigações. Outra possibilidade que o presente projeto propicia para a geografia é o estudo de diferentes “Tempos e Espaços”. Neste caso específico, o estudo da transformação de um determinado espaço geográfico, o que vai ao encontro do objeto de estudo da geografia.

E para Canguçu de modo especial, espero contribuir, mesmo que minimamente, para despertar a consciência dos canguçuenses, em relação as suas origens principalmente a açoriana que, hoje, se encontra sufocada principalmente no que diz respeito a aspectos culturais de outras etnias que lá se estabeleceram.

A cultura alemã, por exemplo, apresenta uma marca muito forte naquele espaço, ao ponto de sobrepor-se a açoriana, que chegou primeiro, originou as primeiras famílias, desbravou e povoou aquelas terras fundando o município, conforme nos deixa claro Bento (1983, p. 14), que, a partir de 1755, açorianos oriundos do Povo Novo e Colônia do Sacramento chegaram para povoar as terras de Pelotas e do município de Canguçu.

Outro dia ao fazer um contato com membros da Academia de História de Canguçu, quando apresentei o presente projeto de pesquisa para justificar o acesso aos dados que estava requerendo, os membros da Academia, interessados em saber mais sobre as minhas descobertas, convidaram-me para proferir uma palestra sobre a pesquisa argumentando que os registros referentes a este assunto são raros em seus arquivos.

## **Metodologia:**

O objetivo desta pesquisa foi investigar a influência açoriana no processo de transformação do espaço da localidade de Coxilha dos Pereira, no terceiro subdistrito de Canguçu-RS, ou seja, a influência de um determinado grupo étnico na transformação de um espaço.

Tomando por base os conceitos de Santos (1996), ao discorrer sobre espaço, o autor revela a noção de paisagem onde sua forma está em objetos naturais correlacionados com objetos fabricados pelo homem.

Para isso analisei o espaço geográfico aqui delimitado, neste caso o enfoque espacial foi a Coxilha dos Pereira e através da observação uma configuração da paisagem, objetivando as relações sociais, uma formalização do espaço. É preciso haver abrangência numa análise do espaço através da paisagem, entender os elementos que a compõem, vista como processo. Em Santos (1996), fica bem claro que paisagem e espaço não são sinônimos:

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que os anima (SANTOS, 1996, p. 83).

Os processos de mudança social, econômica e política da sociedade resultam na transformação do espaço, que relacionado à paisagem se adapta para as novas necessidades do homem naquele dado período. Santos revela o conceito de paisagem como algo não isolado no espaço, e sim que a cada período histórico altera, renova e adapta para atender os novos paradigmas do modo de produção social. Portanto, não podemos analisar a paisagem apenas a partir de seus elementos naturais, devemos ir mais além, devemos compreender também as representações, o imaginário, o simbólico e não apenas o que está materializado, para que dessa forma possa se compreender o espaço. Sobre o espaço o referido autor enfatiza:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através

de processos e funções. O espaço é então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 1986, p. 122).

Como o trabalho está abordando a cultura de um determinado grupo étnico, é interessante saber como pensam alguns autores sobre o conceito de cultura. Ao se discutir sobre cultura, procura-se, em geral, relacioná-la a um modo de pensar, de viver e às práticas realizadas por diferentes sujeitos numa determinada sociedade, além disso, de acordo com Pesavento (2003), a cultura pode ser definida como:

[...] um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrado, portando já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2003, p. 15).

Pensar no significado e sentido da cultura é pensar também sobre a relação dela com os homens.

A cultura, na sua pluralidade, é uma criação social do ser humano. Do saber humano, do fazer humano, do criar humano. É um processo e, ao mesmo tempo, uma infinidade de produtos do seu trabalho. Tanto do trabalho realizado pelo homem em suas relações com a natureza [...] quanto do trabalho que se volta sobre si mesmo, ao criar os mundos sociais em que vive o sujeito” (BRANDÃO, 2001, p. 14-15).

Eles produzem a cultura e compartilham coletivamente esta construção, buscando, através deste compartilhar, criar e fortalecer laços de sociabilidade. Brandão (2002), analisando a relação entre o homem e a cultura, afirma que:

O homem - sujeito que produz a cultura – define-se mais por significá-la como um ato consciente de afirmação de si mesmo, senhor do seu trabalho e do mundo que transforma, do que por simplesmente fazê-la de modo material. Antes de ser machado o objeto é seu símbolo, logo, a relação simbólica entre ele e o homem, entre o homem e seus símbolos. É isto o que torna o homem um “ser histórico”, um ser que não está na história, mas que a constrói como produto de um trabalho e dos significados que atribui ao fazê-lo: ao mundo, à sua ação e a si mesmo, visto no espelho de sua prática (BRANDÃO, 2002, p. 39).

Conclui-se, portanto, que a cultura é um processo histórico e está presente em todos nós. A proposta neste trabalho veio ao encontro das ideias do autor em relação ao seu posicionamento quanto ao espaço, ou seja, através de um olhar da paisagem de diferentes épocas, compreendendo seus elementos naturais, imaginários, suas representações e o simbólico

relacionado ao espaço, identificar as transformações ocorridas no mesmo, a partir da influência de uma cultura.

O desenvolvimento desta investigação tem se dado através do estudo de caso, onde o observador deverá reunir habilidades essenciais. Segundo Hall (1978), citado por Lüdke & André (1986, p. 17), o observador precisa ser:

[...] capaz de tolerar ambigüidades; ser capaz de trabalhar sob sua própria responsabilidade; deve inspirar confiança; deve ser pessoalmente comprometida, autodisciplinada, sensível a si mesma e aos outros, madura e consistente; e deve ser capaz de guardar informações confidenciais (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 17).

Portanto, ele não deverá se identificar com algum grupo particular e sim adotar uma posição de neutralidade no momento da coleta de dados e, através de um embasamento teórico, abordar a realidade compreendendo-a e interpretando-a da melhor forma possível, considerando sempre seus aspectos mais relevantes.

Segundo Lüdke e André (1986), um estudo de caso pode ser simples e específico ou complexo e abstrato, porém o caso deve ser bem delimitado e ter seus contornos bem definidos no desenvolvimento da investigação e deve haver um completo envolvimento do pesquisador, bem como se autopreparar.

Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e de uma preparação rigorosa do observador (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 25).

Trata-se de um estudo de caso denso onde, após a coleta de dados, foi desenvolvida uma análise de como as manifestações culturais, econômicas, educacionais, religiosas e arquitetônicas influenciaram na transformação do espaço. É uma corrente de pesquisa qualitativa.

Os métodos utilizados foram aplicação e análise de entrevistas semi-estruturadas, fotografias, análise de documentos como registros civis e de imóveis, relatos orais e outros.

No estudo em questão, a análise documental e as entrevistas foram bastante utilizadas. São considerados documentos:

[...] “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano [...] Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 38).

A pesquisa documental iconográfica (mapas e fotografias) foi utilizada com o intuito de destacar e testemunhar a disposição espacial e estrutural de acordo com o contexto social da zona estudada. Com o recurso da fotografia, procurei obter imagens de diversos pontos da localidade para assim poder melhor identificar a influência do grupo étnico em questão no período estudado. Sobre a análise da fotografia, Thiesen reflete que:

Seu poder de sedução encontra-se justamente na possibilidade de reproduzir o real e no custo muito mais baixo que as obras artísticas tradicionais. A verdade é que esta imagem real é algo idealizado e, sobretudo, uma construção na medida que traz consigo o código visual da perspectiva que é, antes de tudo, um código estético e estratificador (THIESEN, 1999, p. 39).

As imagens pesquisadas permitiram a reflexão e o confronto do discurso atual da localidade da Coxilha dos Pereira sobre sua história e suas atividades.

As entrevistas foram realizadas com a utilização de um gravador, na casa dos entrevistados e também através de questionário. O uso de depoimentos orais nas pesquisas em Ciências Humanas vem possibilitando analisar os processos sociais pela ótica de quem os vivencia. Entretanto, é fundamental considerar que essas narrativas fossem o mais espontâneas possíveis e, preferencialmente, sem a intervenção do pesquisador. Foram, portanto, entrevistas abertas e semi abertas, considerando a particularidade de cada sujeito entrevistado.

Quanto aos sujeitos de pesquisa, foi dada a prioridade para pessoas que fossem da localidade, que atualmente possui cerca de quarenta e nove residências de moradores. A faixa etária das pessoas entrevistadas é de 50 a 104 anos de idade; a moradora mais antiga do local possui cento e quatro anos de idade. Foram entrevistadas 19 pessoas, moradores locais, sendo que se trata da análise de um processo histórico materialista dialético.

Possuo à disposição, em meu arquivo particular, fotos e documentos que permitiram um estudo mais detalhado de toda a trajetória da educação na localidade de Coxilha dos Pereira, que foram analisados juntamente com as informações levantadas através de investigação.

No aspecto religioso, disponho de fotos desde os Ternos de Reis até batizados que datam da década de 1930, os quais, antes da construção da igreja local, eram realizados nas casas particulares.

Também possuo registros fotográficos que mostram a arquitetura local, revelando a influência açoriana na construção das casas das residências dos descendentes açorianos que ali se instalaram, bem como fotos que relatam a saúde, economia e desenvolvimento local.

# 1. OS AÇORIANOS

## 1.1. Breve histórico da imigração brasileira e emigração açoriana para o Brasil

Como nos deixa claro Wiederspahn (1979), os objetivos de trazer os açorianos para o Brasil era o povoamento das Missões<sup>4</sup>, que pelo Tratado de Madri<sup>5</sup>, em 1750, passaria para os portugueses. Mas devido à resistência dos índios que estavam nas missões, isto não foi possível e desencadeou a Guerra Guaranítica<sup>6</sup>. Os Casais de açorianos deveriam ocupar os Sete Povos das Missões, mas, com o insucesso da demarcação, os casais trazidos dos Açores se espalharam ao longo de rio Jacuí e pelas imediações de Rio Grande e Porto Alegre. Esses açorianos, uma vez reunidos em pequenas propriedades, eram pensados, pela coroa, como sujeitos que deveriam produzir principalmente para o abastecimento das tropas, como o fizeram, e isto se evidenciou na significativa cultura do trigo, que foi praticada com grande ênfase. Ademais, a coroa estava bastante preocupada com os grandes proprietários no extremo Sul do Brasil, que poderiam se tornar um grupo forte e resistente, a exemplo do que vai acontecer mais tarde com a Revolução Farroupilha<sup>7</sup>. Por outro lado,

---

<sup>4</sup> As missões jesuíticas na América, também chamadas de reduções, foram os aldeamentos indígenas organizados e administrados pelos padres jesuítas no Novo Mundo, como parte de sua obra de cunho civilizador e evangelizador.

<sup>5</sup> O Tratado de Madrid, assinado em 1750 entre Portugal e Espanha, dispunha que as missões passariam ao domínio português, ficando a Colônia de Sacramento com a Coroa espanhola, não chegando, contudo, a efetivar essa troca.

<sup>6</sup> Nome que se dá aos violentos conflitos que envolvem os índios guaranis e as tropas espanholas e luso-brasileiras no sul do Brasil após a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Os guaranis de Sete Povos das Missões recusam-se a deixar suas terras no território do Rio Grande do Sul e a transferir-se para o outro lado do rio Uruguai, conforme ficara acertado no acordo de limites entre Portugal e Espanha.

<sup>7</sup> A Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos foi um conflito armado com características de guerra regional, que ocorreu no Território hoje ocupados pelo estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, entre 1835 e 1845. Os problemas econômicos que atingiam as classes dominantes figuram entre as principais causas da revolução. Os poderosos estancieiros gaúchos queriam que o governo imperial protegesse a pecuária do Rio Grande do Sul e

também preocupava a corte portuguesa a superlotação do arquipélago açoriano, diante do grande contingente populacional o que começava a gerar problemas como a fome e dos cataclismos que assolavam as ilhas, como nos coloca Wiederspahn (1979, p. 15).

No ano de 1500, chegam ao Brasil pela primeira vez, embarcações portuguesas, que se dizem então descobrir o Brasil, embora essas terras já pertencessem aos nativos que aqui viviam. Portugal, num primeiro momento, interessava-se apenas na exploração da madeira brasileira, o pau-brasil<sup>8</sup>, como afirma Carmo e Couto (1997, p. 43), “os portugueses só se interessavam em vir ao Brasil de tempos em tempos, para retirar pau-brasil nas proximidades do litoral”. Mas embarcações de outros países, principalmente de franceses, chegavam constantemente no Brasil, com a finalidade de explorar principalmente essa madeira. A coroa portuguesa, país o qual se intitulava dono destas terras, sente o território brasileiro ameaçado, uma vez que as expedições armadas já não eram suficientes para fazer controle dos exploradores devido à grande extensão do litoral brasileiro; logo, vê como uma solução imediata para deter os franceses, iniciar o processo de colonização do Brasil. Decide então trazer colonos para plantar as terras já que o clima era excelente para o cultivo agrícola e dessa forma passariam a habitar, cultivar e proteger as mesmas. Portanto, os portugueses que chegaram às terras brasileiras até 1808, grande maioria vieram na condição de conquistador e explorador, devendo fazer-se uma ressalva ao caso dos inúmeros casais que vieram das Ilhas dos Açores em Portugal, nas décadas de 1740 e 1750, que abordaremos mais adiante neste trabalho.

Em 1808, o Brasil começa então oficialmente seu processo de imigração. Neste mesmo ano, D. João VI<sup>9</sup> autorizou a posse da terra brasileira para estrangeiros, embora tenha sido muito pequena a entrada dos mesmos no Brasil até 1850, como nos deixa claro o autor.

“Decreto de 25 de novembro de 1808.

---

dificultasse a entrada do charque argentino e uruguaio no Brasil, que, devido ao baixo imposto de importação, fazia concorrência desleal, arruinando a economia gaúcha. Essa mesma elite dos grandes fazendeiros também lutava junto ao governo imperial por uma maior liberdade administrativa para o RS.

<sup>8</sup> Árvore de madeira de lei, que existia em grande abundância no Brasil naquela época.

<sup>9</sup> 28º Rei Português. Procurador do reino em nome de sua mãe Dona Maria I, de 1792 a 1799; Regente de 1799 a 1816 e Rei de 1816 a 1826, pertenceu a Quarta Dinastia Bragantina.

Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargo de quaisquer leis ou disposições em contrário.

A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar.

Palácio do Rio de Janeiro em 25 de novembro de 1808.

Com rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor” (LOTTI, 2001, p. 42).

Quando o Brasil oficializou seu processo de imigração, possuía um grande número de negros até mesmo pela grande facilidade do tráfico de escravos, isto fazia com que não despertasse grande interesse de outras pessoas de fora imigrarem para um país de regime escravocrata. Em 1808, o Brasil possuía quatro milhões de habitantes, sendo 2 milhões de negros, 1,2 milhão de brancos, 300 mil mestiços e 500 mil índios. Neste momento, a coroa portuguesa começa a se preocupar em branquear a população.

Como vimos, o decreto de D. João VI foi o marco oficial que deu início ao processo de imigração para o Brasil, mas esta ganhou mesmo intensidade entre os anos de 1850 a 1934 e, principalmente, após 1888, com a abolição da escravatura, quando começou a existir certo incentivo, embora que muito pequeno para a entrada de imigrantes. Na verdade, a política de imigração foi forte e extensa: por um lado, havia a proposta de “branqueamento da população” e, por outro, a necessidade de contrabalançar o poder dos grandes proprietários através do estabelecimento de pequenos proprietários de terra, livres e brancos. Além disto, com a abolição, era necessário importar mão de obra livre, daí a grande imigração de italianos para as lavouras de café no final do século XIX.

No Rio Grande do Sul, mais especificamente, tivemos em 1824 os Alemães, formando a primeira colônia alemã, a Real Fazenda do Linho Cânhamo, atual São Leopoldo, em 1826 e, a partir de 1850, os alemães também se dirigem para Santa Catarina. Em 1875, entram os Italianos que vão fundar Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul.

“No que toca à inserção do Rio Grande do Sul neste processo [de imigração], deve ser colocada a perspectiva do centro cafeicultor com relação a uma província periférica, em dois momentos se sua história:

a imigração alemã, iniciada em 1824, e a italiana, a partir de 1875” (PESAVENTO, 1980, p. 34).

Voltando aos açorianos, cabe aqui destacar que esse grupo entra no Brasil na qualidade de colonizadores, diferente dos grupos que entram pós 1808, que já vieram na condição de imigrantes. Fortes nos aponta a seguinte relação com números e datas de casais que emigraram dos Açores para o Brasil.

[...] de acordo com o documento oficial constante da carta de Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, o governador que substituiu José da Silva Paes, e endereçada a Diogo de Mendonça Corte Real, Ministro da Marinha e Ultramar em Lisboa este documento é uma relação de todos os casais que tem vindo das Ilhas dos Açores e Madeira para esta de Santa Catarina do ano de 1748 até o de 1752.

1748 – 85 casais com 451 pessoas, sendo 43 menores.

1749 – 98 casais com 509 pessoas maiores e 81 menores.

1750 – 326 casais com 1.555 pessoas maiores e 204 menores.

1751 – 279 casais com 1.342 pessoas maiores e 198 menores.

1752 – 269 casais com 1.379 pessoas maiores e 151 menores.

Casais da Madeira vindos do Rio de Janeiro em 1749: 21, com 99 maiores e 10 menores.

Essa relação oferece, ainda, estas informações interessantíssimas.

Casais que foram para a Vila da Laguna: 80, com 393 pessoas.

Casais que foram para o Rio Grande até os últimos de Julho de 1752: 278, com 798 pessoas.

Casais que se acham nesta ilha e povoações do seu continente: 720, com 4.442 pessoas.

Pessoas falecidas nas viagens e em terra até o último de Junho de 1752: 355.

[...], 3 de maio do mesmo ano (1753) havia chegado o navio das Ilhas conduzindo 502 pessoas de um e outro sexo (FORTES, 1978, p. 37).

Ao somarmos os números dos documentos oficiais da citação acima, podemos perceber que vieram para o Brasil, neste período, um total de 1.178 casais e 6.492 pessoas, número bem longe do firmado nas cláusulas do contrato com Feliciano Velho Oldenberg<sup>10</sup>, que os transportou para cá. Ao embarcarem os casais alistados, eram acrescentados à tripulação dos navios alguns malfeitores, bem como doentes e portadores de necessidades especiais sem as menores condições para trabalhar, constituindo-se, desta forma, uma maneira de verem-se livres destas pessoas, que na opinião de algumas

<sup>10</sup> O primeiro fretador, Feliciano Velho Oldenberg, que foi substituído, depois do Brigadeiro Silva Pais, governador do Sul do Brasil, responsável pela recepção dos casais na Ilha do Desterro, ter ficado indignado com o trato desumano a que os açorianos eram sujeitos a bordo.

autoridades açorianas serviam apenas para onerar custos às ilhas. Estas pessoas chegaram aqui sem fazer a menor ideia, nem o porquê de terem vindo (FORTES, 1978, p. 40).

As embarcações de açorianos partiam rumo ao Brasil, em viagens que chegavam a durar cerca de três a quatro meses, cujas condições eram desumanas. Jogados à própria sorte, aos porões dos navios, onde surtos de doenças dizimavam a população a bordo, muitos não resistiam à viagem, morrendo pelo caminho, ou chegando aqui com a saúde debilitada, vindo a morrer em seguida do desembarque em terras brasileiras. Entre os surtos de doenças, a peste era o que mais matava. O historiador Henrique Wiederspahn (1979), nos deixa claro essas péssimas condições das viagens quando diz:

[...] que a viagem se transformasse num verdadeiro tormento, principalmente para as mulheres e para as crianças que lhes faziam companhia, à qual não poucas não puderam resistir, adoecendo e morrendo durante os meses da travessia. Assim muitos dos que abandonaram as ilhas na esperança de melhores dias no Brasil desejado, foram sendo sepultados nas águas do Atlântico, com os seus sonhos e as suas ilusões (WIEDERSPAHN, 1979, p. 22).

As mulheres viajavam encerradas em selas trancadas, para que não mantivessem contato nem relações íntimas com seus maridos. Suas refeições eram alcançadas por pequenas janelas onde cada uma recebia uma quantia ínfima de alimentação. As pessoas que morriam vítimas de tais condições eram jogadas no mar e as viagens deixavam rastros de cadáveres no Oceano Atlântico no trajeto das Ilhas ao sul do Brasil.

O “Regimento” chegara a impor um regime de verdadeiro enjaulamento, como se as mulheres estivessem em prisões, recebendo seus alimentos através de postigos, etc. [...] Permitia-se também falassem com elas os respectivos maridos, filhos e irmãos, embora apenas à hora da refeição principal e sem se achegarem muito delas (WIEDERSPAHN, 1979, p. 21).

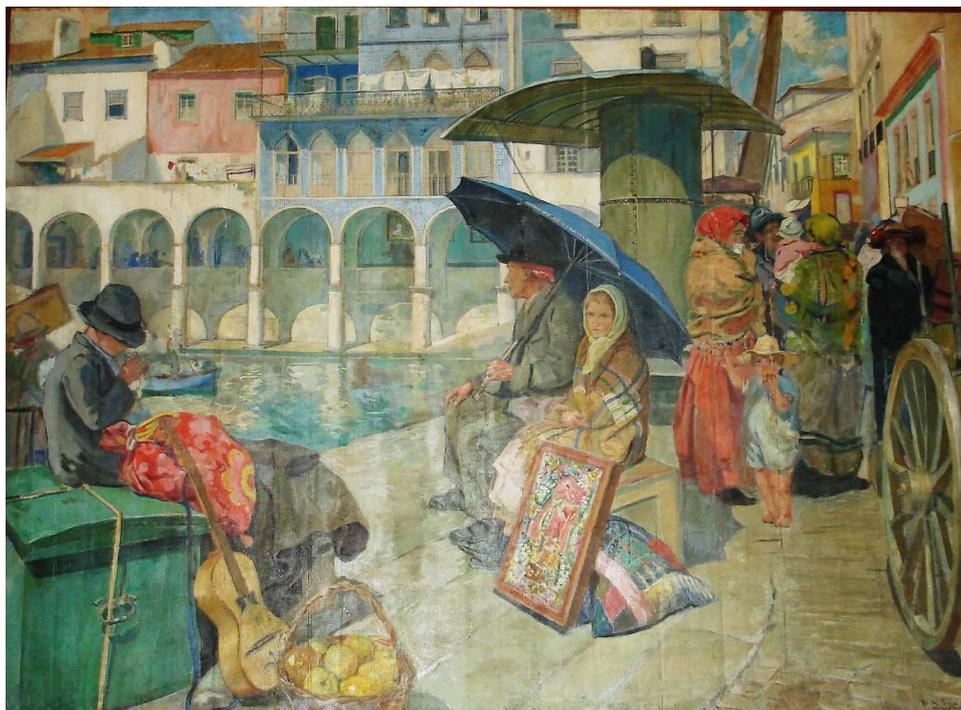


Figura 1 – Tela “O Emigrante” Obra do Pintor Domingos Rebelo, que simboliza a partida dos açorianos rumo ao Brasil.

Fonte: Acervo do autor, Maio de 2005.

## 1.2. O arquipélago dos Açores

Portugal Continental está localizado no continente Europeu, situado no sudoeste da Península Ibérica, limitando-se a Norte e Leste com a Espanha e a Oeste e Sul com o Oceano Atlântico, possui uma área de 91.985 km, sua capital é a cidade de Lisboa. Está dividido geográfica e administrativamente em duas partes: a continental, já citada, e a insular que inclui em seu território os arquipélagos dos Açores e da Madeira, no Atlântico Norte. O arquipélago da Madeira fica cerca de quinhentas e sessenta e seis (566) milhas a sudoeste de Lisboa e é constituído pelas ilhas: Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens. E o arquipélago dos Açores situa-se cerca de setecentas e sessenta (760) milhas de Lisboa, sendo formado por nove ilhas que são: Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo.

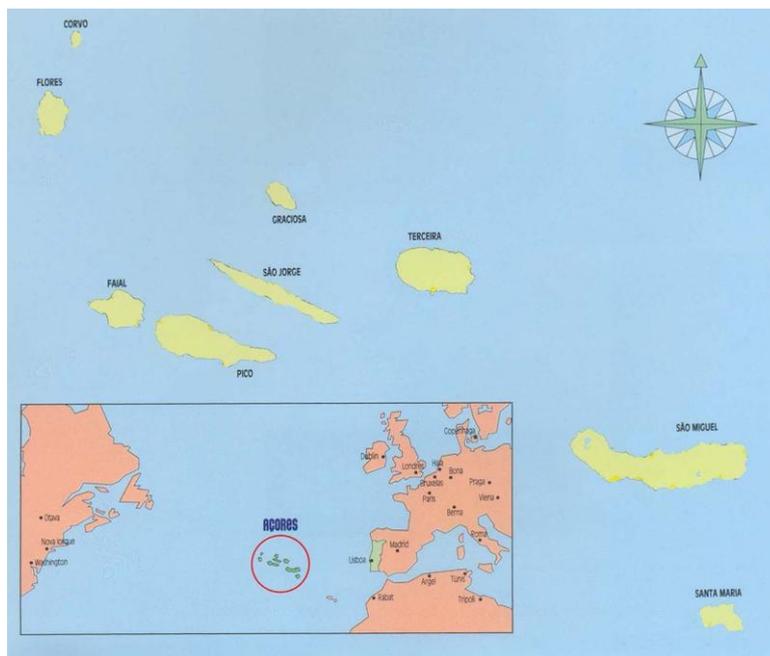


Figura 2 – Arquipélago açoriano e sua localização.  
 Fonte: Guia Turístico Açores, 2004, p.11.

As ilhas Açorianas foram descobertas por volta de 1420, quando os primeiros navegadores chegaram pela primeira vez ao arquipélago, mais precisamente em duas das nove ilhas, que mais tarde passaram a chamar-se Santa Maria e São Miguel. As ilhas ainda não haviam sido habitadas por ninguém e, entre os anos de 1420 e 1430, continuaram desabitadas, constando apenas de alguns animais que os primeiros navegadores haviam deixado para procriar, por ocasião do descobrimento. As ilhas foram chamadas de Açores, pelo motivo de ter sido encontrado, lá, grande quantidade de uma ave que acreditavam ser o Açor<sup>11</sup>. Mais tarde ficou claro que, apesar da grande semelhança, a ave não era o Açor e sim o Milhafre<sup>12</sup>. Como o arquipélago já estava sendo chamado de “Açores”, permaneceu então com o mesmo nome.

Ingleses, espanhóis e portugueses disputaram a posse das ilhas. A Inglaterra, por exemplo, não visava à ocupação, mas sim o controle para que nenhuma outra nação viesse apoderar-se das mesmas. Mas Portugal assume definitivamente a posse do arquipélago e decide fazer doações da terra pelo sistema de Donatarias Hereditárias<sup>13</sup>, sendo o Infante D. Henrique o primeiro donatário de terras no arquipélago, passando-as a outros, embora nunca tenha

<sup>11</sup> Grande ave de rapina diurna.

<sup>12</sup> Ave falcónídea europeia.

<sup>13</sup> Sistema onde a posse é passada de pai para filho.

pisado em terras açorianas. Assim, a história das ilhas vai se construindo ao longo dos tempos.

No século XVII, os Açores possuíam uma superpopulação devido ao grande contingente de pessoas e ao pequeno espaço de terras para trabalhar, cultivar e dela tirarem o seu sustento, pois as famílias constituíam-se em uma média de sete a quinze filhos por casal, o que fez com que as ilhas apresentassem uma grande densidade demográfica. Além do mais, cataclismos vulcânicos assolavam as ilhas, causando-lhes trágicos acontecimentos e consequências. Juntamente com tudo isso, vieram as tentadoras promessas da coroa portuguesa, que pregavam uma rápida e transformadora mudança de vida para todos aqueles que deixassem as Ilhas e viessem para o Brasil. A partir de então, começaram a acontecer as primeiras emigrações para o continente Americano, mais precisamente o sul do Brasil, nesse século.

Há muito tempo, Portugal desejava mandar açorianos para ocupar as terras do sul do Brasil e, dessa forma, dois problemas sérios da coroa portuguesa seriam resolvidos, alguém que protegesse e tomasse conta das terras meridionais do Brasil tornando-as produtivas para coroa e ao mesmo tempo o problema do excesso populacional das ilhas Açorianas, que seriam aliviadas, uma vez que muitas pessoas viriam para cá para povoar a região das Missões, trocadas por Colônia do Sacramento entre Portugal e Espanha. Mas os açorianos não chegaram a ocupar a região que lhes era designada, em função das guerras guaraníicas.

### **1.3. Açorianos no Rio Grande do Sul: Povo Novo (Rio Grande) e Canguçu**

#### **1.3.1. A chegada dos casais e formação dos primeiros núcleos Açorianos no Rio Grande de São Pedro**

Os casais que aqui chegaram trouxeram consigo alguns filhos e aqui nasceram muitos outros constituindo, a maioria deles, uma numerosa prole.

Certamente o desejo da maioria dos casais fosse um dia retornar a sua antiga pátria, cuja saudade de tudo que lá deixaram subsistia. Mas, depois de inúmeros trabalhos e sacrifícios para construírem o mínimo para viver com dignidade e com a família maior, ficava bem mais difícil voltar, até mesmo pela falta de espaço físico nas terras de origem. E também para não deixar o pouco já conquistado e adquirido a custo de tanto trabalho.

Os açorianos, que chegaram, começaram a trabalhar as terras do Rio Grande do Sul e à medida que iam se instalando, desenvolviam os hábitos e costumes que mantinham consigo. Novas gerações vão nascendo e crescendo no convívio de seus pais que, através dos próprios mecanismos de transmissão da cultura, mitos, lendas e rituais, vão lhes passando seus ensinamentos e tudo aquilo que um dia aprenderam no seio de suas antigas famílias no distante arquipélago. Temos aí, então, uma nova parcela de gente somando-se à população gaúcha, com ela muitas contribuições que irão compor a cultura do povo gaúcho. Eles receberam “datas”<sup>14</sup>, que eram lotes de terra equivalente a 272,25 hectares, algumas ferramentas e alguns animais como vacas e cavalos, embora as promessas e incentivos por parte do governo português não tenham sido cumpridos na íntegra. Nesta ocasião são distribuídas as primeiras datas de terra no Brasil, no caso para os açorianos. Mais tarde são distribuídas as “sesmarias”<sup>15</sup>, que são lotes de terras bem maiores, só que estas não são distribuídas aos açorianos e sim para alguns militares e prestadores de serviços à coroa portuguesa. De acordo com Ferreira Filho (1960), já no ano de 1726, foram distribuídas no Brasil algumas sesmarias e, mais enfaticamente, após a distribuição das datas para os açorianos.

A forte atividade desenvolvida pelos açorianos foi a agricultura: no Rio Grande do Sul se dedicaram a cultura do trigo, que era a principal naquele período, posterior a sua chegada. Constatamos em Pesavento (1980, p. 16): “Com relação ao trigo, sua agricultura deve-se à entrada de casais açorianos no Estado.” Na década de 1780, a produção de trigo pelos açorianos já era

---

<sup>14</sup> Lotes de terra equivalente a 272,25 hectares.

<sup>15</sup> Lei criada em 1375 em Portugal, por D. Fernando, visava distribuição de lotes de terra. Uma sesmaria equivale a 6600 metros lineares de terra.

significativa para a época. Dante Laytano escreveu um artigo na Enciclopédia Rio-grandense, sobre os Açorianos, onde deixa claro os seguintes dados referentes ao plantio de trigo, no Rio Grande do Sul em 1780:

Rio Grande 1.126 alqueires<sup>16</sup>, Estreito 996 alqueires, Mostardas 955 alqueires, Santo Amaro e Taquari 645 alqueires, Aldeia dos Anjos 585 alqueires, Viamão 579 alqueires, Porto Alegre 403 alqueires, Santo Antonio da Patrulha 437 alqueires, Caí 370 alqueires, Rio Pardo 359 alqueires, Freguesia Nova 149 alqueires, Jacuí 125 alqueires, Encruzilhada 117 alqueires, Conceição da Serra<sup>17</sup> 91 alqueires. [...] De 8.982 alqueires plantados, em 1781, obtivera-se uma produção de 55.897 alqueires de trigo (LAYTANO, 1968, p. 57).

Este mesmo autor também nos apresenta o quadro de produção de trigo em 1787:

Rio Grande 9.614 alqueires, Povo Novo 7.472 alqueires, Cerro Pelado 8.700 alqueires, Estreito 15.848 alqueires, Mostardas 14.126 alqueires, Porto Alegre 3.316 alqueires, Aldeia dos Anjos 4.534 alqueires, Viamão 6.127 alqueires, Caí 6.166 alqueires, Lombas 8.233 alqueires, Rio Pardo 4.936 149 alqueires, Passo Couto 2378 alqueires, Cachoeira e Jacuí 2.195 alqueires, Encruzilhada 2.321 alqueires, Taquari 2884 alqueires, Santo Amaro 2.955 alqueires, Triunfo 1.901 alqueires (LAYTANO, 1968, p. 57).<sup>18</sup>

Na mesma obra, constatamos que o trigo, ano a ano, foi uma produção crescente no Rio Grande do Sul. De acordo com o INCRA (1971), no período de 1805 a 1810, a produção do trigo açoriano permitiu a exportação de 4.460.000 alqueires. Instalados na região litorânea do extremo sul do Brasil, onde desenvolveram vastos trigais, não obtiveram sucesso por muitos anos com essa cultura, por ser o trigo bastante suscetível a doenças fúngicas. A localização das lavouras também era propícia ao desenvolvimento dessas doenças, os ventos úmidos e a oscilação das temperaturas desenvolveram a proliferação de fungos e ferrugem que foram dizimando os trigais. E aos poucos vão sendo substituídos por outras culturas, sendo algumas delas totalmente novas para eles; percebemos aí mais uma dificuldade presente na vida dessa gente.

---

<sup>16</sup> Alqueire é antiga medida de capacidade para secos e líquidos, variável de lugar para lugar. 2. Brás. Medida de superfície agrária variável (2,42 hectares em São Paulo e 4,84 hectares em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás).

<sup>17</sup> Conceição da Serra, refere-se a Osório e Freguesia Nova, deve estar tratando de Pelotas ou Povo Novo.

<sup>18</sup> Cerro Pelado, refere-se a Pelotas, Aldeia dos Anjos, localidade próxima a Viamão e São Jerônimo.

Outro produto que também teve destaque em seu cultivo pelos açorianos em solo gaúcho foi a uva. José Costa Fróes elucidou que “*A videira foi cultivada na Ilha dos Marinheiros em Rio Grande, antes dos italianos, era uma variedade chamada Americana Isabel, extremamente resistente a doenças e posteriormente houve a fabricação de vinhos [...]*” (informação verbal)<sup>19</sup>. Também nos afirma Grandó (1990, p. 86): “As videiras estendem-se, no Rio Grande do Sul, praticamente em todo o território ocupado pelo imigrante europeu não português, sendo, mesmo pioneiramente, cultivadas por açorianos”. De acordo com Laytano (1968), já em 1813, nas proximidades de Rio Pardo, o açoriano Manoel de Macedo Brum iniciou a produção comercial de uva, quando produziu quarenta e cinco pipas de vinho e em Pelotas o Capitão Mor Manoel Bento da Rocha, 536 pipas. Saint Hilaire é claro em seus registros, em 1820, ao fazer sua viagem pelo Rio Grande do Sul, comentava sobre os parreirais que encontrou.

Embora em um número muito pequeno, alguns açorianos também se dedicaram à criação de gado, principalmente porque havia o gado “xucro”, solto, que foi descendo das missões, já que os campos, as pastagens naturais e o clima favoreciam o ambiente e esse deslocamento. Eles arrebanharam algumas cabeças desse gado chegando a tornarem-se grandes criadores com o passar dos anos, e seus descendentes prósperos fazendeiros, principalmente se considerarmos que Pelotas, em 1822, possuía vinte duas charqueadas em funcionamento, o que contribuiu para que o gado adquirisse valor. Outros se dedicaram à pesca, já que possuíam essa habilidade com o mar em suas ilhas de origem, principalmente os que se instalaram no estuário da Laguna dos Patos que está interligado com o Oceano Atlântico e Lagoa Mirim, o que propicia a existência da riqueza de animais marinhos, é claro que hoje, devido à grande exploração pesqueira, bem menos que naquela época.

Mas é somente entre os anos de 1769 – 1801, que a concessão das terras passa a ser legalizada e organizada, criando-se alguns núcleos de povoamento açoriano como: Porto Alegre, Viamão, Osório, Mostardas, Santo Amaro, Cachoeira, Rio Grande, Povo Novo e outros, após anos de espera, sofrimento e abnegação.

---

<sup>19</sup> Palestra proferida pelo Engenheiro Agrônomo Professor Doutor José Costa Fróes, no Centro Português 1º de Dezembro em Pelotas, em Out. 2005.

### 1.3.2. Povo Novo, assentamento de casais

Finalmente, após trinta anos desde a partida das ilhas, e após tantas decepções, sofrimentos e resignações, os casais açorianos começam a receber seus prometidos e tão esperados lotes de terras. A partir daquele momento, começam a figurar como proprietários de suas datas de terra, para delas tirarem o seu sustento e alimentarem suas proles. Certamente que, no decorrer desses trinta anos, muitos morreram sem ver realizado o tão sonhado momento, que um dia lhes havia sido prometido no velho e distante arquipélago, que tanto lhes tardara a chegar.

De acordo com Fortes (1978), após a reconquista dos espanhóis de 01 de abril de 1776, por decisão do Tenente General João Henrique Bohm, receberam terras no Povo Novo, onde foram estabelecidos os seguintes proprietários:

No distrito do Povo Novo foram estabelecidos:  
José Nunes, comprador de duas datas que tinham pertencido a Caetano José Vieira;  
Thomé da Rosa, que comprou a situação de José Mathias.  
José Mathias.  
Antonio da Rosa, retirante para Santa Catarina, de onde voltou em 1770.  
João de Souza, que vendeu a data a Francisco da Costa.  
Matheus Pereira.  
João Machado.  
João Fernandes.  
Antonio Teixeira.  
Jorge de Quadros.  
Francisco Pereira da Terra.  
Manoel de Barros.  
Manoel Rodrigues.  
Jorge Pereira.  
Miguel Teixeira.  
Antonio Caetano.  
João Machado Gomes.  
Miguel de Medeiros.  
Manoel de Medeiros.  
José Nunes.  
José Caetano.  
Ignácio Teixeira.  
Francisco Pereira das Neves.  
Manoel José.  
Francisco Pereira.  
Manoel Silveira.  
José Gonçalves.  
Manoel Gonçalves.  
Manoel Teixeira Bogado.  
João Teixeira da Cunha.

João da Costa.  
 Antonio Valladão.  
 Pedro de Souza Ávila, vendeu a Manoel Pinheiro.  
 Jorge Valladão.  
 Vicente Álvares Lisboa.  
 Thomé Machado, vendeu a Antonio Valladão.  
 Anselmo de Souza.  
 Manoel Corrêa, vendeu a João Duarte.  
 Anacleto Pereira.  
 Manoel Teixeira Maciel.  
 Manoel de Almeida, vendeu a Antonio Silveira.  
 Manoel Machado Maciel.  
 Isabel Antonia.  
 Antônia Maria, viúva de João de Souza Reis.  
 Lourenço Pereira.  
 José Fernandes.  
 Manoel de Quadros (FORTES, 1978, p. 148)

Junto a outros quarenta e sete proprietários, também recebe título de proprietário no Povo Novo, Francisco Pereira das Neves, avô ancestral em sétima geração pelo lado paterno e em oitava geração pelo lado materno do autor deste trabalho.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA  
 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

#### CERTIDÃO

Atendendo a despacho da Direção deste Arquivo Histórico e exarado em requerimento de **João Nei Pereira das Neves**, portador do documento de identidade n.º 6045115125, residente e domiciliado na Av. Duque de Caxias, N.º 336, Bloco G, Apto 206, Bairro Fragata - Pelotas - RS. Certifico que no Fundo Fazenda, Códice N.º **F 1198-B**, nas páginas 207r e 230v, consta o que se segue: "Relação dos moradores do Povo Novo que tem Títulos, e possuem animais – os seguintes. [207r] Números dos títulos: 37. **Francisco Pereira das Neves**, e a seu filho **Manoel Pereira**, tem de frente 400 braças e de fundo 370. **Francisco Pereira** animais vacuns: 6. Bois: 6. Cavalos: 5. Éguas: 10. **Manoel Pereira** animais vacuns: 20. Bois: 6. Cavalos: 5. Éguas: 8. Estes sujeitos são lavradores. Distrito do Povo Novo, de que é Comandante o Capitão de Cavalaria Auxiliar **Antônio Mendes de Oliveira**. Requerimentos. [230v] **Francisco Pereira das Neves**. Possui uma data de 400 braças de frente e 370 de fundo, que lhe foi concedido por despacho do Tenente **Gonçalves Bohm** de 22 de Fevereiro de 1777. [rasurado] lavrador. Gado: 26. Bois: 12. Cavalos: 10. Éguas: 18. Nesta data também está arranchado um seu filho que ambos vivem de lavouras." E para constar, eu, Débora Silveira de Castro, *Débora Silveira de Castro* estagiária em exercício neste Arquivo Histórico, passei a presente certidão aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e três (05/02/2003).

  
 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul  
 Secretário de Estado da Cultura  
 Roque Jacoby  
 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul  
 Praça da Alameda, s/nº - Sala 17  
 CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS  
 ahrs@pro.via-rs.com.br

Figura 3 – Certidão de proprietário de terra no Povo Novo, pelo sistema de distribuição de datas em 1777 e de alguns animais.

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Fazenda, Códice F1198-B.  
Acervo do autor, 05/02/2003.

No Povo Novo, não diferente dos demais núcleos de assentamentos do Rio Grande de São Pedro, num primeiro momento, também se dedicaram a agricultura, por ser esta a atividade que exerciam nas ilhas

Hoje, no Povo Novo, contam-se histórias sobre a existência dos açorianos que desbravaram aquelas terras, principalmente com o cultivo do trigo, e isto também é perceptível no pouquíssimo que ainda resta da arquitetura, nas construções de suas casas, nas manifestações religiosas, na língua, ou seja, no vocabulário e nos adágios empregados no dia a dia. No entanto, existe praticamente muito pouco de sinal físico, material, desta presença.

De acordo com entrevista realizada em 11 de novembro de 2009, o historiador Cledenir Vergara Mendonça informou que o Povo Novo tem suas origens açorianas, mas hoje muito pouco se percebe dessas manifestações culturais portuguesas. Mendonça ressalta ainda:

“Cadê os prédios? O artesanato? Os costumes? A fala? A culinária? As identidades? Onde está tudo isso? As gerações que se sucederam não herdaram nada e o pouco que ficou foi dissipado ao vento até pela pobreza e miséria que ali se estabeleceram. Encontramos alguma coisa hoje, mas muito pouco perto do que deveríamos encontrar”.

De acordo com a citação acima, evidencia-se então que, no Povo Novo, muito pouco se preservou do patrimônio histórico material e imaterial como identidade cultural açoriana. As marcas dessa cultura trazida pelos açorianos, com o grupo de casais ali assentados, que deu origem ao lugar, parece estar sendo apagada ao longo do tempo. Talvez seja a Igreja de Nossa Senhora das Necessidades um dos poucos marcos do patrimônio histórico cultural material existente no Povo Novo.



Figura 4 – Igreja de Nossa Senhora das Necessidades do Povo Novo – Rio Grande.  
Fonte: Acervo do Autor, 2009.



Figura 5 – Casas ao lado da Igreja, onde já é possível perceber a transformação na arquitetura açoriana.  
Fonte: Acervo do Autor, 2009.

## **2. O MUNICÍPIO DE CANGUÇU**

### **2.1. Histórico, aspectos e características do município**

A briga dos sesmeiros Paulo Rodrigues Xavier Prates<sup>20</sup> e João Francisco Teixeira de Oliveira, pela posse do Rincão do Tamanduá<sup>21</sup>, teve fim após acordo entre os dois e a decisão da doação das terras em disputa, com o propósito de que nelas se erigisse uma capela com invocação à Nossa Senhora da Conceição e ao seu redor se fundasse uma povoação. Isto aconteceu logo em seguida ao ano de 1793, conforme nos relata Bento<sup>22</sup> (2000). No ano de 1799, moradores da região encaminharam uma petição ao Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral, solicitando a concessão do referido Rincão para a construção de uma igreja, o que foi concedido no mesmo ano. Em janeiro de 1800, foi criada a capela curada de Nossa Senhora da Conceição de Canguçu. Sendo elevada a Freguesia<sup>23</sup> em 1812 por Carta-Régia de D. João VI. Até 1830, a freguesia fez parte do município de Rio Grande e, a partir desse ano, passou a constituir um dos distritos do município de Piratini que foi elevado à condição de Vila<sup>24</sup>. A Lei Provincial número 340, de 28 de janeiro de 1857, criou o município<sup>25</sup> de Canguçu, sendo instalado a 27 de junho do mesmo ano e com o Decreto-Lei número 311, de 02 de março de 1938, foi concedido a Canguçu foros de cidade.

---

<sup>20</sup> Nasceu em Laguna SC, por volta de 1743, filho do Capitão-mor João Rodrigues Prates e de Isabel Gonçalves Ribeiro, tronco de destacada família rio-grandense e paulista [...] tio avô de D. Feliciano Rodrigues Prates, primeiro bispo do Rio Grande do Sul. [...] O capitão Paulo atuou nas Milícias onde atingiu o posto de coronel. Após 1780, transferiu-se de Gravataí e estabeleceu a sede de sua estância na ilha Canguçu, atual da Feitoria na Lagoa dos Patos, onde faleceu em 13 de Junho de 1813 de “queixa no peito”. Foi transportado para Rio Grande onde foi sepultado.

<sup>21</sup> Primeiro nome das terras onde hoje está localizada a cidade de Canguçu.

<sup>22</sup> O Cel. Claudio Moreira Bento é Presidente da Academia Canguçuense de História.

<sup>23</sup> Povoação, sob o aspecto eclesiástico.

<sup>24</sup> Povoação de categoria superior à de aldeia ou arraial e inferior à de cidade.

<sup>25</sup> Circunscrição administrativa autônoma do estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores.

A palavra “Canguçu” apareceu oficialmente em 1783 e existem três teorias acerca do nome da cidade segundo (Bento, 1983, p. 20): a primeira é que teria sido dada pelos Tapes que habitavam a região, ao Cerro Grande, ponto culminante da Serra dos Tapes, cabia-lhe “*Cang Kassu*”, que significa saliência alta, cabeça grande. A segunda teoria seria origem das palavras guaranis “*Caa-Guassu*”, com o sentido de Mato Grande, assim sendo seria uma alusão dos Tapes a mata densa que recobria a vertente da Laguna dos Patos. E a terceira e última teoria, de uma onça chamada “*Cang assu*”, cabeça grande que caracterizava o felídio, onça que vivia no Mato Grande. Sendo que essa terceira é a mais aceita pelos canguçuenses, tanto que, no centro da bandeira de Canguçu, tem estampado uma cabeça de onça e em uma das principais praças da cidade, ao centro, possui uma onça com as características da citada anteriormente esculpida em bronze.

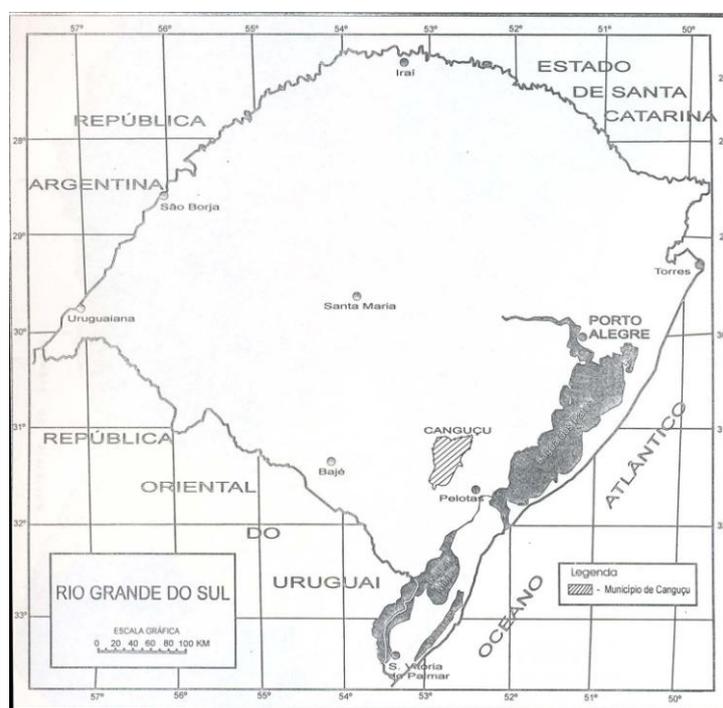


Figura 6 – Mapa da localização do município de Canguçu no estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: SALAMONI, G. 1992, p. 263.

Canguçu foi o 22º município criado no estado do Rio Grande do Sul, localizado na Serra dos Tapes<sup>26</sup>, localizado<sup>27</sup> a 31° 23' 56" de Latitude Sul e

<sup>26</sup> Nome dos índios que moravam neste lugar. A Serra dos Tapes é uma das serras do Rio Grande do Sul, localizada a Sudeste do estado.

52° 40' 35" de Longitude Oeste, situado a uma altitude de 420 metros acima do nível do mar, com uma área<sup>28</sup> de 3.525,07 km<sup>2</sup>. Possui um clima Subtropical Temperado, com estações bem definidas, apresentando um verão quente e um inverno bastante frio com a ocorrência de fortes geadas e a presença de um vento frio que sopra do Sul, o "Minuano", como é conhecido na região. A vegetação nativa do município é Campos, onde encontramos alguns "capões de mato"<sup>29</sup>. Com relação à hidrografia, Canguçu possui dois rios importantes e vários arroios que irrigam suas terras: o Rio Camaquã, que faz divisa com os municípios de Encruzilhada do Sul e Amaral Ferrador, e o Rio Piratini, que faz divisa com o município de Piratini. O Rio Camaquã possui como afluentes os arroios: Grande, do Bica, Santo Antonio, Pantanoso, das Pedras e do Sapato; já o Rio Piratini, dois arroios afluentes, o Solidão e o Saraiva, e ainda temos no município mais dois arroios, o do Moinho<sup>30</sup> e o Caneleira.

Canguçu limita-se com oito municípios vizinhos: a Norte, com Encruzilhada do Sul e Amaral Ferrador, ao Sul, com Cerrito, a Leste, com Cristal, São Lourenço do Sul, Pelotas e Morro Redondo e a Oeste, com Piratini. O município é cortado pela BR 392<sup>31</sup>, que liga Pelotas a Santa Maria, e também pelas RS 471, entre Canguçu e Encruzilhada do Sul e a RS 265, de Canguçu a São Lourenço do Sul.

Canguçu está dividido em cinco Subdistritos<sup>32</sup> e possui uma população de 56.064 habitantes<sup>33</sup>.

Bosenbecker (2006) nos relaciona as localidades de cada um dos cinco subdistritos de Canguçu:

---

<sup>27</sup> Segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).  
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 08/11/2010, às 23:39 minutos.

<sup>28</sup> Segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).  
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 08/11/2010, às 23:39 minutos.

<sup>29</sup> Presença de pequenos matos ou árvores isoladas.

<sup>30</sup> Foi construída uma represa que abastece de água a cidade de Canguçu.

<sup>31</sup> Estrada asfaltada que é conhecida como "Estrada da Produção", porque por ela são transportados produtos agrícolas de vários municípios do Rio Grande do Sul, para o porto do município de Rio Grande. Ao chegar a Pelotas pela BR 392, encontrará a BR 116, que leva a Porto Alegre, capital do estado e passando Porto Alegre segue em direção ao centro do país.

<sup>32</sup> Só se usa distrito, quando tem subprefeito no interior do município, como Canguçu não tem, usa-se subdistrito, conforme é clara a Sra. Laedi Bachini Bosenbecker, Professora Estadual, Secretária Municipal de Educação e Cultura de Canguçu 1977 – 1983 e 1993 – 1996, Membro da Academia Canguçuense de História.

<sup>33</sup> Em 2009, Segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).  
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 08/11/2010, às 23:39 minutos.

**1º Subdistrito****Localidades**

Alto Alegre	Encruzilhada dos Grilos	Pedra das Mentiras
Alto do Vime	Espigão	Picada do rosa
Ares Alegre	Favila	Posto Branco
Arroio do Moinho	Glória	Remanso
Boa Vista	Lacerda	Rincão dos Maia
Canguçu Velho	Lagoa do Junco	Rincão do Saldo
Cerro da Boneca	Lagoa dos Pereira	Rincão dos Silveira
Chácara do Paraíso	Passo do Atalho	Sanga Funda
Coxilha dos Amaral	Passo da Barra	Santa Clara
Coxilha dos Campos	Passo da Olaria	Solidez
Coxilha dos Cavalheiro	Passo dos Oliveira	Três Pontes
Coxilha dos Cunha	Passo do Valadão	

**2º Subdistrito****Localidades**

Alto Grande	Florida	Picada Dois Irmãos
Arroio das Pedras	Herval	Potreiro Grande
Cerro dos Lemes	Iguatemi	Rincão dos Leal
Chácara dos Bugres	Nova Gonçalves	Santa Bárbara
Costa do Arroio Grande	Pantanosos	Travessão Taquaral
Estância da Figueira	Passo do Pessegueiro	

**3º Subdistrito****Localidades**

Alto Alegre	Coxilha do Lageado	Rincão do Guará
Alto da Tuna	Coxilha das Pedras	Rincão do Progresso
Arvorito	Coxilha dos Pereira	Rincão dos Rossales
Baixada do Rodeio	Coxilha do Vento	Santa Clara
Boa Vista	Faxinal	Santo Antonio
Boqueirão	Fazenda dos Cunha	Serra dos Almeida
Cancha dos Árabes	Marinheiro	Vau dos Prestes
Cerca de Pedra	Paraíso	Venda da Lagoa
Costa do Bica	Passo do Canto	Vila Silva
Coxilha do Fogo		

**4º Subdistrito****Localidades**

Boa Vista	Passo do Lageado	Rincão do Floriano
Coxilha dos Dias	Passo do Lourenço	Rincão dos Marques
Coxilha das Flores	Passo do M <sup>a</sup> Antonia	Rincão dos Melões
Coxilha dos Piegas	Passo do Rosa	Sanga Funda
Coxilha das Três Pedras	Passo do Saraiva	Trapeira
Fortaleza	Rincão dos Cravos	Três Pedras
Passo da Areia		

**5º Subdistrito****Localidades**

Alto Alegre	Bela Vista	Cordilheira
Alto da Bela Vista	Carajá	Passo dos Almeida
Alto da Cruz	Cerro Pelado	Passo da Guarda
Armada	Cerro das Velhas	Pindaíba
Arroio das Pedras	Colônia Flor da Palma	Sapato

(BOSENBECKER, 2006, p. 18)

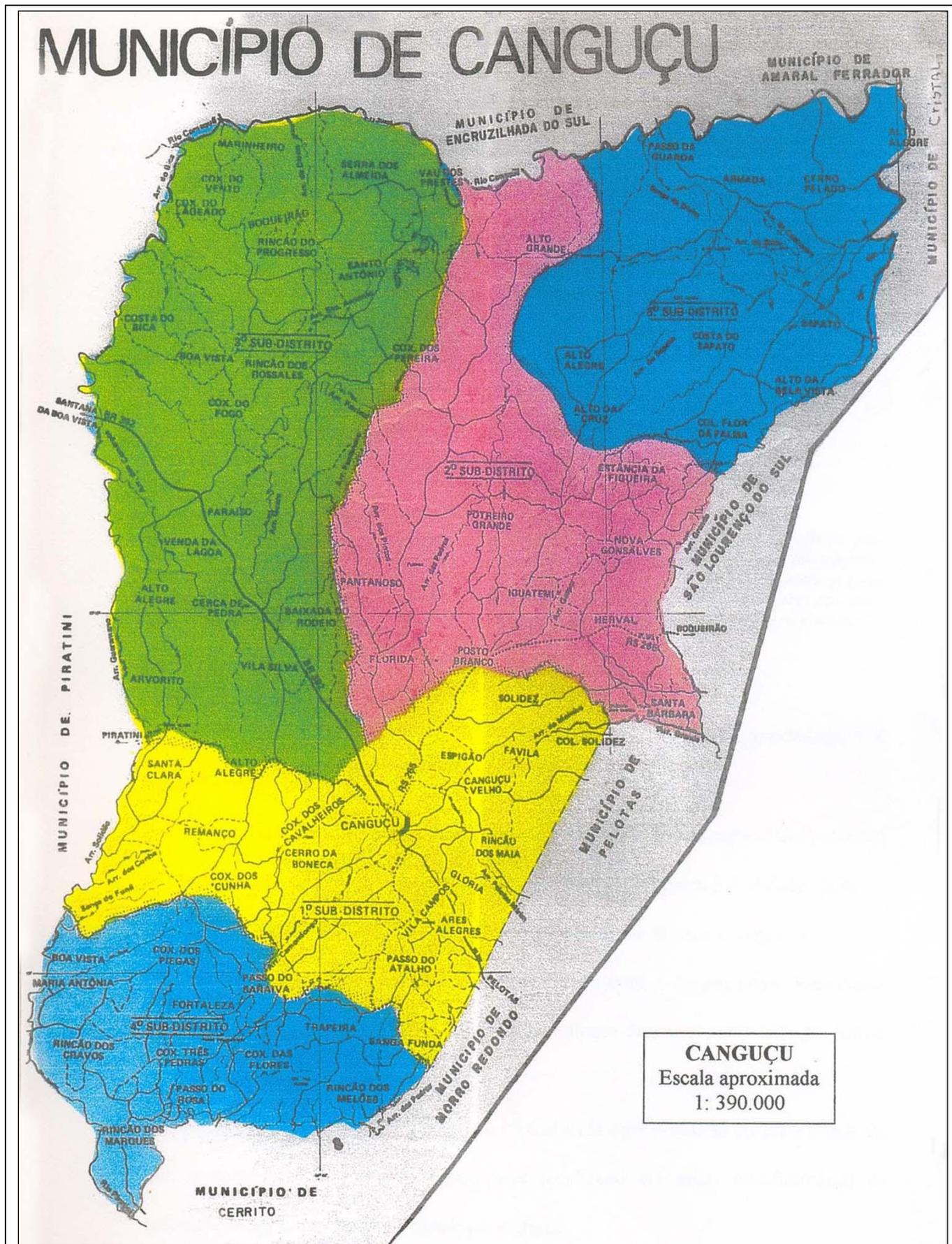


Figura 7 – Mapa do município de Canguçu Divisão Distrital.  
Fonte: 3 B Editora Turística Ltda, Porto Alegre.

## 2.2. Povoadores e a Contribuição Cultural e Econômica Açoriana em Canguçu

Os nativos<sup>34</sup> destas terras foram os índios Tapes, cuja presença desse grupo indígena, no local, originou o nome da serra onde está localizado o município, que se chama Serra dos Tapes, embora, na década de 1770, esse grupo indígena na região já se encontrasse dizimado e bastante reduzido, principalmente em função dos conflitos entre Portugueses e Espanhóis. Apesar de termos herdado deles hábitos como o chimarrão e o churrasco, símbolos hoje do povo gaúcho, os poucos índios dessa região que resistiram, sofreram um processo de aculturação pelas próprias etnias que chegaram posteriormente, levando praticamente à extinção, como nos evidencia Bento (1983, p. 13) “Seus últimos remanescentes em Canguçu, ao que se sabe, findaram seus dias no Posto Branco na década de 1930”.

Após os espanhóis terem deixado a Vila de Rio Grande em 01 de abril de 1776<sup>35</sup>, as terras que hoje pertencem ao município de Canguçu começaram a ser povoadas ao longo do histórico caminho entre Rio Grande e Rio Pardo, não só pelos antigos guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira, mas também por significativas levas de retirantes da Colônia do Sacramento<sup>36</sup>, que foram se estabelecendo nas terras atualmente de Canguçu e Pelotas. Em Bento (1983), encontramos:

Com a fundação do forte de São Gonçalo em 1755, na margem direita do rio Piratini, próximo à sua foz no São Gonçalo que se originou de seu nome, criou condições de segurança para que os açorianos, povoadores de Povo Novo da Torotama e margem oriental do referido canal, começassem a explorar as terras de Pelotas à margem ocidental do citado canal e as do município de Canguçu. Da bacia do rio Piratini, sem serem molestados pelos Tapes, sob controle dos jesuítas. Fatos históricos posteriores e que serão abordados mais

---

<sup>34</sup> Que mais tarde, quando na chegada do europeu a América foi chamado de índio equivocadamente.

<sup>35</sup> Data que assinalou o término da invasão espanhola na Vila de Rio Grande. Em 1763, os espanhóis desejosos de invalidar a presença portuguesa em terras que lhes pertenciam pelo Tratado de Tordesilhas, invadem o Rio Grande do Sul e Santa Catarina essa ocupação espanhola durou cerca de 13 anos, só tendo fim em 1776.

<sup>36</sup> A Colônia do Sacramento foi fundada em 1680, pelos portugueses, no Uruguai, junto ao rio da Prata e em frente à cidade de Buenos Aires e foi alvo de muitas disputas entre Portugal e Espanha. Vários tratados entre esses dois países aconteceram ao longo dos anos, como: Tordesilhas (por volta de 1400), Madrid (1750), El Pardo (1761), Santo Ildefonso (1777) e Badajós (1801). Colônia do Sacramento ora era Portuguesa, ora era Espanhola, quando foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, ela passa a ser Espanhola e muitos de seus moradores fugiram e se retiraram principalmente para Pelotas, Canguçu, Bagé e região.

adiante, determinarão o afluxo de açorianos, particularmente provenientes de Povo Novo e de Colônia do Sacramento, para povoarem as terras de Canguçu (BENTO, 1983, p. 14).

Em Barroso (2002), fica muito claro a forte presença açoriana como primeiros povoadores de Canguçu:

[...] Outros, no entanto, vieram da zona que ficou protegida da invasão, Mostardas e Estreito, estes especialmente para Canguçu. Canguçu, frente ao número e importância dessa presença, deve ser classificada como cidade açoriana. Vejam que em 567 famílias listadas por Ilka Neves em "Canguçu-RS, Primitivos Moradores. Primeiros Batismos", 208 tinham origem açoriana expressa, dos quais 65 com pai ou mãe ou ambos dos Açores. Mas precisamos considerar os grupos que poderiam estar em segunda geração no território, sem constar, portanto, no registro, a origem insulana, porém vindos de vilas tipicamente de colonização açoriana, como Estreito, Mostardas e Triunfo (BARROSO, 2002, p. 229).

Os colonizadores açorianos estabeleceram-se em Canguçu, entre os anos de 1780 e 1800, dedicando-se à agricultura, sobretudo ao cultivo do trigo, podendo ser considerado o primeiro grupo a realmente desbravar terras canguçuenses. Hoje, decorridos mais de duzentos anos, é possível perceber muito vagamente em Canguçu, alguns aspectos e contribuições desses desbravadores, que persistem em resistir ao ritmo acelerado de como a tecnologia e a evolução tem se feito presente nesses últimos anos. No que diz respeito à agricultura, o trigo foi o vilão do cultivo açoriano, mas também cultivaram outros produtos como podemos ver:

Os açorianos que inicialmente se fixaram nos territórios atuais de São José do Norte e Rio Grande, logo povoaram o estreito entre a lagoa e o mar, esparramando-se também para o interior em direção aos territórios atuais de Pelotas, Canguçu, Piratini, entre outros. Eles são os nossos primeiros agricultores, cultivam o trigo, trazem o milho, que um dia viajara da América para lá e agora possui outras características, das condições locais de Açores, adotando o nome de Milho Açoriano, o qual resiste até hoje no estreito da lagoa. Cultivam também linho, aveia e sorgo, e criam as primeiras indústrias do sul, são as pequenas tecelagens, trabalham o artesanato e o couro, introduzem a carreta de boi no estado. Este povo é o nosso soldado de fronteira, é agricultor e responsável pelo início da colonização do território (SANTOS; EICHOLZ e NEVES, 2006, p. 56).

Na cidade existiram vários casarões e casas de arquitetura tipicamente açoriana, que hoje lamentavelmente não existem mais, tendo restado apenas o sobrado da secretaria municipal de planejamento, meio ambiente e urbanismo, os prédios do museu e Clube Harmonia e a igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, que já apresenta um estilo eclético com alguns traços açorianos. Muitos casarões centenários, que serviram de residências, foram destruídos

por carência de uma consciência de preservar o patrimônio cultural e recursos para esses fins. Ainda encontramos essa arquitetura bastante presente no meio rural.



Figura 8 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Canguçu.

Fonte: Acervo do autor, 2006.



Figura 9 – Sobrado com telhado de beiral e cimalkas, Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo de Canguçu.

Fonte: Acervo do autor, 2006.

No aspecto religioso, é nitidamente presente a fé católica açoriana, tanto nas festas religiosas, como nas procissões, onde inúmeros fiéis saem às ruas. Ao entrarmos nos Centros de Tradições Gaúchas de Canguçu, sentiremos que é muito forte o amor e o apego pela cultura gaúcha, essa preservação é bastante comum no açoriano, as danças típicas gaúchas, hoje dançadas em nossos Centros de Tradições Gaúchas, muitas têm suas origens nos Açores, a Tirana, a Chimarrita, o balaio, o Anu, o Pau de Fita e o “pezinho”, por exemplo, que é

dançado de maneira diferente nas nove ilhas, o que dançamos aqui é muito semelhante ao pezinho dançado na Ilha do Pico. As “parlendas” que são cantos de rodas de brincadeiras infantis como a “cirandinha”, “a canoa virou”, “Cadê o toucinho que estava aqui?” (um brinquedo infantil de perguntas e respostas) e outros que são bem atuais. As adivinhações já quase em desuso como: O que é, o que é: entra na água e não se molha? (a sombra), O que é, o que é: anda deitado e dorme de pé? (os pés), entre tantas outras trazidas pelos ilhéus (AMARAL, JACCOTTET e MATTOS, 1999, p. 291, 292 e 294). E também os adágios que falamos diariamente, que permanecem conosco embora alguns deles com pequenas modificações, como por exemplo: Cada louco com sua mania – Ilha Terceira; Céu pedrento é chuva ou vento, Dia de muito é véspera de nada, Pedra que muito rola não cria musgo – Ilha Graciosa; Para baixo todos os santos ajudam – Ilha das Flores. As festas realizadas em nossos Centros de Tradições Gaúchas no lombo do cavalo, como tiro de laço, concurso de rédeas, argolinha, carreiras em canchas retas provavelmente tiveram origem nas “cavalhadas” – eram jogos fidalgos da idade média que simbolizavam a luta entre os mouros e os cristãos – (OURIQUE e JACHEMET, 1997, p. 90). E as famosas “Festas Juninas”, bastante realizadas no Rio Grande do Sul e em Canguçu, nos arraiais enfeitados, pular fogueira, papeizinhos que as moças colocam dentro de um copo com água com o nome dos pretendentes ou em baixo do travesseiro na noite de Santo Antonio e São João é toda uma tradição açoriana, as Festas Juninas hoje é uma das maiores festas realizadas no arquipélago açoriano.

Na culinária temos hoje pratos salgados e doces, que fazem parte de nosso dia a dia, que nos remetem à influência açoriana. Segundo Marques, citado por Amaral, Jaccottet e Mattos (1999, p. 286):

[...] fala-nos sobre a cozinha açoriana nestes termos: “A cozinha de nosso litoral oferece cardápio de herança açoriana: açorda, feijão, carne de porco, morcilha, torresmos, peixe, crustáceos, fervido de legumes, milho preparado de várias formas, batata-doce, mogango, bacalhoadada. O mesmo ocorre na doçaria com massas sovadas, pão-de-ló, papo-de-anjo, arroz-doce, doce-de-leite, olhos-de-sogra, claras nevadas, geléia de mocotó, ovos moles, bolo de milho, doces de frutas, suspiros, rosquetes, rosquinhas fervidas, sonhos e coscorões” (AMARAL, JACCOTTET e MATTOS, 1999, p. 286).

No artesanato, veio a tecelagem de cobertores e tapetes de lã e os guardanapos de papel recortados em forma de desenhos e flores, utilizados

para enfeitar e decorar prateleiras, principalmente encontrados no meio rural canguçuense.

Outras etnias que chegaram posteriormente, também contribuíram cultural e economicamente. A etnia negra, que chegou ao município mais tarde, situação diferente do que ocorreu em outras localidades, também contribuiu, servindo com a sua mão de obra para a agricultura e outras atividades no município. Depois, houve a chegada de um contingente significativo de alemães, que também se dedicaram à agricultura. Por último, vieram italianos, árabes e japoneses.

Atualmente, a cultura alemã é bastante expressiva em Canguçu e na maioria das vezes é senso comum pensar que os alemães foram os primeiros povoadores, mas, segundo publicações de vários autores já citados anteriormente, percebemos que a etnia povoadora destas terras é a açoriana.

### 3. COXILHA DOS PEREIRA TERCEIRO SUBDISTRITO DE CANGUÇU E O DESCENDENTE AÇORIANO

#### 3.1. Caracterização Territorial



Figura 10 – Placa de Identificação da localidade de Coxilha dos Pereira no 3º Subdistrito de Canguçu.  
Fonte: Acervo do autor, 01/02/2009.



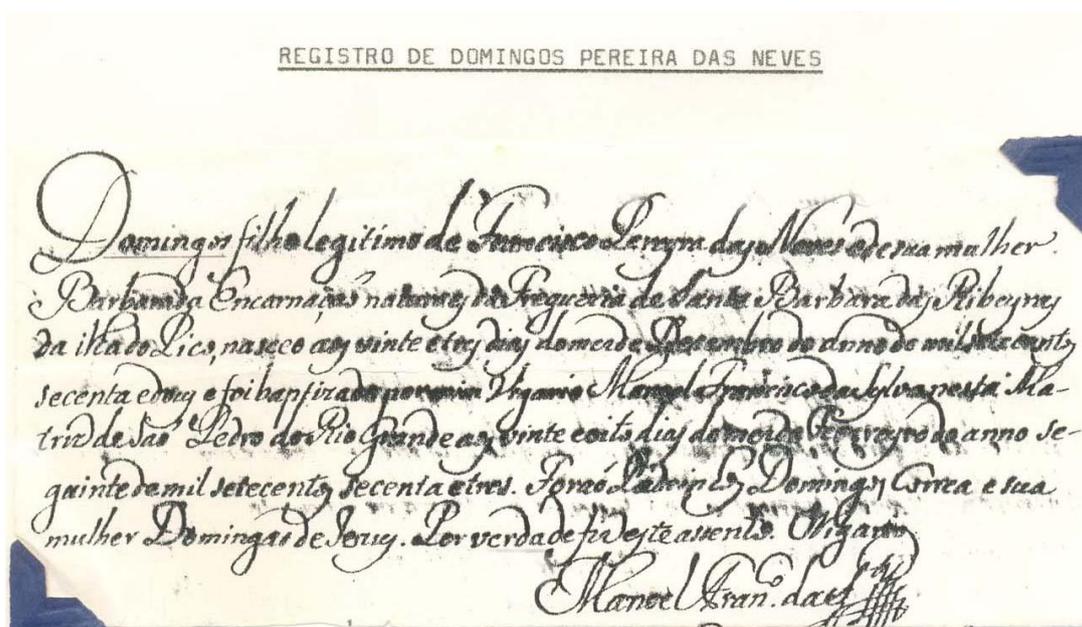
Figura 11 – Imagem da Coxilha dos Pereira no 3º Subdistrito de Canguçu.  
Fonte: Google Earth, 11/11/2011.

Os campos íngremes da Coxilha dos Pereira estão localizados no 3º Subdistrito de Canguçu, à margem esquerda do Arroio Pantanoso, limitando-se com: ao Norte, com Santo Antonio, ao Sul, com Arroio Pantanoso, a Oeste, com Faxinal e Fazenda dos Cunha e a Leste, com a localidade de Pantanoso.

O local antigamente era conhecido como Rincão dos Maurício<sup>37</sup>. Em 1832, acontece o casamento do Urbano Pereira das Neves, nascido no Povo Novo – Rio Grande com Joaquina Leal, moradora no Faxinal, nas proximidades do Rincão dos Maurício, de cujo casamento nasceu cinco filhos, bisnetos do casal açoriano Francisco Pereira das Neves e Bárbara da Encarnação. Na sequência, com as cópias de registros a seguir, extraídos dos arquivos dos bispados de Rio Grande e Pelotas (livros de Canguçu), pode ser comprovada a

<sup>37</sup> Devido aos proprietários locais serem membros desta família.

descendência do casal açoriano e sua trajetória do Povo Novo-Rio Grande para Canguçu. Domingos, filho de Francisco e Bárbara nasceu no Povo Novo, mas foi batizado<sup>38</sup> em Rio Grande, provavelmente porque ainda não existisse a igreja no local. Já seu óbito e o registro dos filhos foram feitos na Igreja de Nossa Senhora das Necessidades do Povo Novo.



DOMINGOS, filho legítimo de FRANCISCO PEREIRA DAS NEVES e de sua mulher BARBARA DA ENCARNAÇÃO, naturais da freguesia de Santa Bárbara das Ribeiras da Ilha do Pico. Nasceu aos vinte e tres dias do mês de Dezembro do ano de mil setecentos e sessenta e dois e foi batizado por mim vigario MANOEL FRANCISCO DA SILVA, nesta Matriz de São Pedro do Rio Grande aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano seguinte de mil setecentos e sessenta e tres. Forão padrinhos DOMINGOS CORREA e sua mulher DOMINGAS DE JESUS. Por Verdade fiz este assento. O Vigario.

MANOEL FRANCISCO DA SILVA

(Lv-4 Fls-156 Reg. Nasc. RG)

Figura 12 – Cópia e Transcrição do Registro de Nascimento de Domingos Pereira das Neves, filho do casal açoriano Francisco e Bárbara.

Fonte: (Lv – 4 Fls -156 Registro de Batismo Rio Grande, em poder do Bispo da Diocese de Rio Grande-RS). Cópia Acervo do autor, 1994.

Urbano, filho de Domingos e Anna nasceu no Povo Novo, onde também foi registrado, porém seu casamento e óbito foram registrados em Canguçu.

<sup>38</sup> Nesta época os registros de nascimentos eram de responsabilidade da Igreja, por ocasião do batismo.

CÓPIA DO REGISTRO DE NASCIMENTO DE  
URBANO PEREIRA DAS NEVES

Aos vinte e seis dias do mês de Novembro do presente anno de mil, oitocentos e cinco, nesta Capella do Povo Novo, filial do Rio Grande, batizei solenemente e pus os Santos Óleos a Urbano filho legítimo de Domingos Pereira das Neves e de sua mulher Anna Machado naturais e batizados no Oratório de Palmas. Neto Paterno de Francisco Pereira das Neves e de sua mulher Bárbara da Encarnação naturais da Ilha do Pico, neto Materno de João Machado Cardoso e de sua mulher Bárbara de São José naturais da Ilha de São Jorge, neto de seu avô do corrente. Foram Padrinhos Manoel Gonçalves e sua mulher Isabel do Espírito Santo, moradores nesta applicação e para constar fiz este assento. Jacinto José Pinto Moraes. Capellão Curado.

TRANSCRIÇÃO DO REGISTRO DE NASCIMENTO DE  
URBANO PEREIRA DAS NEVES

Aos vinte e seis dias do mês de **Novembro** do presente anno de **mil oitocentos e cinco**, nesta capela do Povo Novo, filial do Rio Grande, batizei solenemente e Pus os Santos Óleos a **URBANO**, filho legítimo de **Domingos Pereira das Neves** e de sua mulher **Anna Machado**, naturais e batizados no Oratório de Palmas. Neto Paterno de **Francisco Pereira das Neves** e sua mulher **Bárbara da Encarnação**, naturais da Ilha do Pico e neto Materno de **João Machado Cardoso** e de sua mulher **Bárbara de São José**, naturais da Ilha de São Jorge. Nasceu a **dezoito do corrente**. Foram Padrinhos Manoel Gonçalves e sua mulher Isabel do Espírito Santo, moradores nesta applicação e para constar fiz este assento.

Jacinto José Pinto Moraes.

Capelão Curado

(Lv-2 Fls-11v Reg. Nasc. Povo Novo - Rio Grande).

Figura 13 – Cópia e Transcrição do Registro de Nascimento de Urbano Pereira das Neves, filho de Domingos e Anna.

Fonte: (Lv – 2 Fls -11v Registro de Batismo do Povo Novo, em poder do Bispo da Diocese de Rio Grande-RS). Cópia Acervo do autor, 1994.

REGISTRO DE CASAMENTO DE URBANO PEREIRA DAS NEVES E JOAQUINA LEAL

ano de 1832, no dia 28 do mes de Agosto de mil e oitenta e  
 trinta e dois annos nesta Catedral de Nossa Se-  
 nhora da Conceição de Canguçu feitas as  
 canonicas denunciacoes sem impedimento  
 algum na forma do sagrado Concilio Tridenti-  
 no e Constituição do Bispado de minhã diocese  
 em presença do Reverendo Candido D. Felis Cardo-  
 nes, e das testemunhas abaixo assignadas com pala-  
 bras de presente, e mutuo consentimento em fa-  
 vor de Urbano de Souza filho um matrimonio Uolun-  
 tario de Urbano das Neves filho legitimo de Domi-  
 ngos Pereira das Neves, e de Anna Machado  
 filha natural, e baptizada no Curato de Porto  
 Novo com Joaquina Leal filha legitima de  
 João de Souza Leal, e de Joaquina Ignacia  
 natural, e baptizada nesta Paroquia, onde am-  
 bos são moradores, e bemservidos as bençãos matr-  
 moniaes na forma do Ritual Romano, e para  
 constar foy este assento, que assignei com as te-  
 stemunhas *Wig. Hippolyto Pinto Ribeiro*  
 Signat de + Constantino José Martin  
 Signat de + Joaquim Neto dos Reis

Visto em Visita. Paroquia de Canguçu  
 11 de Out. de 1832  
*Wig. Hippolyto Pinto Ribeiro*

Figura 14 – Cópia do Registro de Casamento de Urbano Pereira das Neves e Joaquina Leal, ocorrido em 28/08/1832.

Fonte: (Lv – 2 Fls-42 Registro de Casamentos de Canguçu, em poder do Bispado da Diocese de Pelotas-RS). Acervo do autor, 1993.

**TRANSCRIÇÃO DO REGISTRO DE CASAMENTO DE  
URBANO PEREIRA DAS NEVES E JOAQUINA LEAL**

**URBANO PEREIRA DAS NEVES E JOAQUINA LEAL**, aos **vinte oito dias do mês de Agosto de mil oitocentos e trinta e dois anos**, nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Canguçu, feitas as três Canônicas Denúncias, sem impedimento algum e na forma do Sagrado Concílio Tridentino e Constituição do Bispado, de minha licença em presença do Reverendo Cândido Del Rio Cardenas e das testemunhas abaixo assinado com palavras de presente e mútuo consentimento, em face da Igreja, se recebem em matrimônio **URBANO PEREIRA DAS NEVES**, filho legítimo de **Domingos Pereira das Neves** e de **Anna Machado**, já falecida, natural e batizado no curato do Povo Novo com **JOAQUINA LEAL**, filha legítima de **João de Souza Leal** e de **Joaquina Inácia**, natural e batizada nesta Freguesia onde ambos são moradores, receberam as Bênçãos Matrimoniais na forma do ritual romano e para constar fiz este assento, que assinei com as testemunhas.

O Vigário Hippolyto Pinto Ribeiro.

Sinal de + Constantino José Martins.  
Sinal de + Joaquim Martins dos Reis.

(Lv-2 Fls-42 Reg. Cas. Canguçu).

Figura 15 – Transcrição da Cópia do Registro de Casamento de Urbano Pereira das Neves e Joaquina Leal.

Fonte: (Lv – 2 Fls-42 Registro de Casamentos de Canguçu, em poder do Bispado da Diocese Pelotas-RS). Acervo do autor, 1993.

Desses cinco filhos: Urbana<sup>39</sup> casou com Silvério José Borges e foi morar na localidade vizinha de Faxinal. Domingos<sup>40</sup> casou com Maria José Pires e foram morar em Rio Grande. Maria<sup>41</sup> faleceu ainda jovem e solteira. Henrique<sup>42</sup> casou com Maria Joaquina Barbosa e tiveram 11 filhos, sendo que uma filha faleceu solteira e fixaram residência no Rincão dos Maurício. Ao verificar a cópia do registro<sup>43</sup> de nascimento de Henrique, percebe-se que seu registro ocorreu em Canguçu e após a cópia do registro, a foto, na década de 1890, à direita, sentado e de chapéu, Henrique ladeado da esposa Maria Joaquina e à esquerda, oito de seus onze filhos.

<sup>39</sup> Nasceu em 28/09/1833, (Lv. 3 – Fl. 117, Reg. Bat. Canguçu-RS) e faleceu em 11/01/1887 (Lv. C1 – Fl. 189v, Reg. Civil 3º Subdistrito de Canguçu-RS).

<sup>40</sup> Nasceu em 22/03/1835, (Lv. 4 – Fl. 14v, Reg. Bat. Canguçu-RS).

<sup>41</sup> Nasceu em 10/07/1838, (Lv. 4 – Fl. 73, Reg. Bat. Canguçu-RS).

<sup>42</sup> Nasceu em 19/03/1840, (Lv. 4 – Fl. 114, Reg. Bat. Canguçu-RS) e faleceu em 04/04/1906.

<sup>43</sup> Neste registro seu nome começa com “E”, porém nos registros de casamento e óbito, está grafado com “H”.

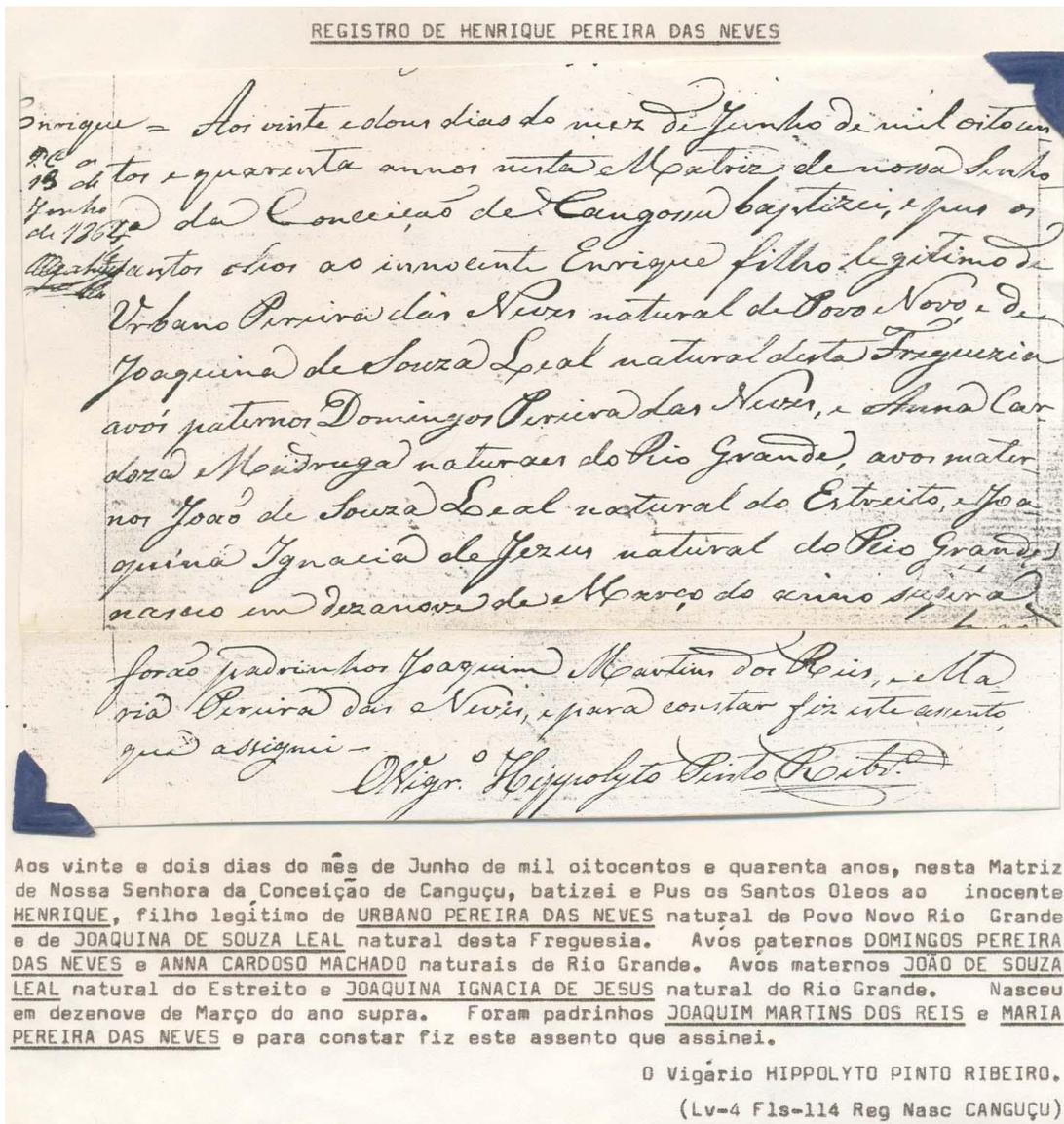


Figura 16 – Cópia E Transcrição do Registro de Nascimento de Henrique Pereira das Neves, filho de Urbano e Joaquina.

Fonte: (Lv – 2 Fls - 42 Registro de Batismo de Canguçu, em poder do Bispado da Diocese de Pelotas-RS). Acervo do autor, 1993.



Figura 17 – Foto de Henrique Pereira das Neves e família, na década de 1890.  
Fonte: Acervo do autor.

E Feliciano<sup>44</sup> casou com Ângela Maria Pacheco e tiveram 18 filhos, um filho faleceu criança. Também construíram a sede de sua residência no Rincão dos Maurício.

#### Registro de Nascimento de Feliciano Pereira das Neves

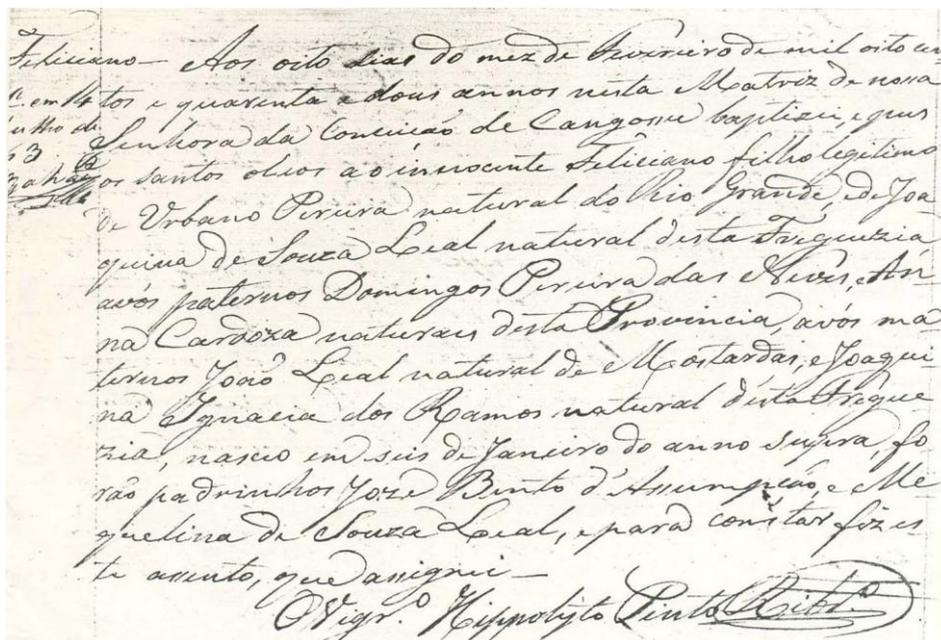


Figura 18 – Cópia do Registro de Nascimento de Feliciano Pereira das Neves, filho de Urbano e Joaquina.

Fonte: (Lv – 4 Fls - 144 Registro de Batismo de Canguçu, em poder do Bispo da Diocese de Pelotas-RS). Acervo do autor, 1993.

<sup>44</sup> Nasceu em 06/01/1842, (Lv. 4 – Fl. 144, Reg. Bat. Canguçu-RS) e faleceu em 15/06/1894 (Lv. C2 – Fl. 144v, Reg. Civil de Canguçu-RS).

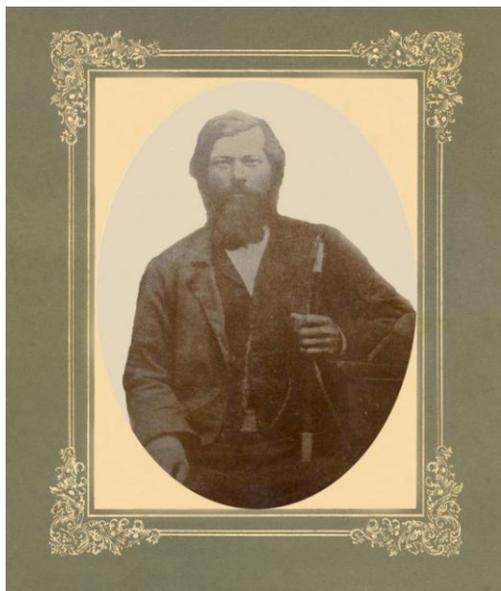


Figura 19 – Foto de Feliciano Pereira das Neves, na década de 1890.

Fonte: Acervo do autor.

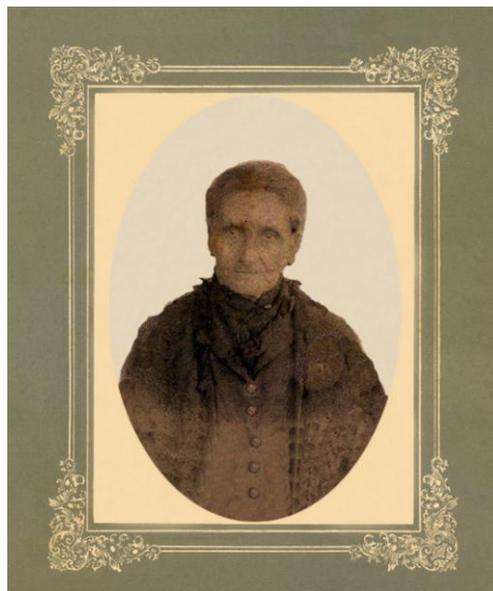


Figura 20 – Foto De Ângela Maria Pacheco Pereira, esposa de Feliciano, década de 1920.

Fonte: Acervo do autor.

Com a numerosa prole desses dois irmãos, um total de 29 filhos, todos com o sobrenome de “Pereira das Neves”, é que vai mudar o nome de Rincão dos Maurício para Coxilha dos Pereira. Principalmente porque a maior parte dos filhos de Henrique e Feliciano ali se fixou e, trabalhando, eles adquiriram maior parte das terras da localidade, inclusive as terras pertencentes aos Maurício, ali construíram suas casas, trabalharam a terra e desenvolveram suas enormes gerações, como nos mostra os autores a seguir:

Tão generosa quanto os cômodos do velho casarão, foi a prole de Henrique e seu irmão Feliciano, ao todo 29 filhos, o que fez com que o lugar que anteriormente se chamava Rincão dos Maurício, e Pantanoso por outra extremidade, passasse a se chamar Coxilha dos Pereira, pela presença expressiva de membros da família Pereira das Neves (SANTOS; EICHOLZ e NEVES, 2006, p. 59).

## 3.2. O Descendente Açoriano e as transformações do espaço

### 3.2.1. Economia: Comércio, Agricultura e Pecuária

A economia da pequena localidade teve por muitos anos sua base calcada na pecuária; na década de 1960, a agricultura começou a desenvolver-se de modo a sobressair à pecuária. Na década de 1990 a pecuária volta a liderar a economia local. Percebe-se também que o comércio se fez presente

na segunda década de 1900 e permanece até hoje, sem nunca ter sido interrompido, chegando a determinadas épocas ter três casas comerciais em funcionamento.

Sem dúvidas um fato de relevada importância para a localidade foi a chegada da energia elétrica, que trouxe desenvolvimento e conforto às residências da Coxilha dos Pereira, tendo sido o autor sujeito desse processo. Em 16 de Abril de 1994, foi inaugurada a rede elétrica e um sistema de telefonia rural, pelo então governador do estado Alceu Collares. Até então, grande parte do interior do município de Canguçu e as localidades ao entorno já possuíam eletrificação, isto fazia com que o lugar apresentasse desvantagens e de certa forma atraso com relação ao seu desenvolvimento perante as demais localidades. O projeto de 22 quilômetros de rede foi custeado pelo poder público estadual, já que os moradores não tinham condições financeiras de arcar com as despesas e a administração municipal não manifestava qualquer interesse a respeito do mesmo. A chegada do Governador para a inauguração da rede, de helicóptero, foi um fato bastante curioso na pequena localidade que atraiu alguns visitantes inclusive dos municípios de Pelotas, Encruzilhada do Sul, São Lourenço do Sul e Camaquã. Esse dia foi comemorado com um churrasco de almoço e logo após a cerimônia de inauguração pelo governador, com o descerramento de uma placa, que está colocada junto à igreja.



Figura 21 – Governador Alceu Collares, ladeado, à direita, pelo prefeito de Canguçu na época Domínio Camargo, à esquerda, alguns integrantes da sua comitiva e moradores locais, 16/04/1994.

Fonte: Acervo de João Alcides Pereira das Neves.

## Comércio

Com relação ao comércio, a informação de Olga Pereira de Matos, nascida em 1926, é de que o primeiro comércio que se tem notícia no então Rincão dos Maurício é de uma pequena venda de mercadorias, de propriedade de Pompílio Gonçalves da Silva, que funcionou entre 1915 e 1920. Logo no início da década de 1920, Celso Pereira das Neves, pai de Olga, abriu uma casa comercial e, por volta de 1925, seu primo Thuríbio Pereira das Neves também iniciou as atividades de comércio. As duas casas comerciais vendiam secos e molhados, gêneros alimentícios, ferramentas, querosene, tecidos, chapéus, artigos de bazar e miudezas em geral. Por vários anos, os dois primos mantiveram suas casas comerciais, paralelas às atividades agropecuárias.



Figura 22 – Casa comercial de Celso Pereira das Neves, por ocasião da visita de um Caixeiro viajante, com as carroças toldadas. O segundo sentado da esquerda para a direita é Celso. Foto no início da década de 1920.

Fonte: Acervo do autor.

Por volta de 1938, Celso vende seu comércio a Otávio Ribeiro Meireles, que exerceu até meados de 1944.

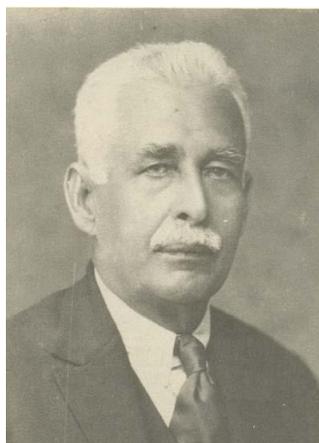


Figura 23 – Celso Pereira das Neves,  
segundo comerciante local.  
Foto na década de 1940.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 24 – Thuríbio Pereira das Neves,  
terceiro comerciante local.  
Foto na década de 1920.  
Fonte: Acervo do autor.

Thuríbio, em 1944, passou seu comércio a seu filho Orlando Pereira da Cunha<sup>45</sup> que, no mesmo ano, também comprou de Otávio, juntando assim os dois comércios do local, com o nome de “Casa Comercial Alto da Tuna”, e exerceu até o ano de 1958, quando vendeu para Raul Cunha dos Santos.



Figura 25 – Casa comercial Alto da Tuna, de Orlando Pereira da  
Cunha, da esquerda para a direita a terceira pessoa na porta  
é Orlando, 1948.  
Fonte: Acervo de Iolanda Maria Pereira da Cunha.

Raul manteve seu comércio por um ano, e vendeu, no final de 1959, para os irmãos João Alcides e Valdemar Pereira das Neves<sup>46</sup>, que mantiveram

<sup>45</sup> Orlando Pereira da Cunha, era filho de Thuríbio Pereira das Neves com Cantídia Soares da Cunha, o registro de seu sobrenome herda o “Pereira” do pai e o “Cunha” da mãe, em uma época em que os registros civis não seguiam uma norma rígida quanto a ordem dos sobrenomes dos pais.

<sup>46</sup> Filhos de Thuríbio Pereira das Neves.

o “Armazém JV” até o ano de 1962, quando encerraram as atividades. Em 1961, Antonio Benvindo de Mattos<sup>47</sup> abriu a “Casa São Jorge”, vendia secos, molhados e miudezas em geral, que durou até o ano de 1984.



Figura 26 – Casa São Jorge, de Antonio Benvindo de Mattos”. Foto por volta de 1975.  
Fonte: Acervo de Solange de Mattos Bandeira.

Em 1968, foi inaugurado o “Armazém São Silvestre”, de Edes Xavier Pereira que, no ano de 1976, mudou para a cidade de Canguçu. Em 1969, Oli Soares Mota abriu casa comercial, que funcionou até 1973. Em 1973, Leonídio de Assis Soares Pereira transferiu suas atividades comerciais para a Coxilha dos Pereira e exerceu até o ano de 1976, quando vendeu para Solemar Ferreira. Solemar praticou o comércio por dois anos e, em 1978, vendeu para Eulálio Pereira das Neves<sup>48</sup>. Eulálio e seu filho Neimar Cunha das Neves exerceram as atividades comerciais com o “Bar e Armazém Neves” até o ano de 2008. Em 1988, Marioli Marques Morales abriu comércio e encerrou no ano de 2000. Leonídio de Assis Soares Pereira, no ano de 1994, retornou a Coxilha dos Pereira com as atividades de comércio, mas no mesmo ano voltou pra Canguçu. Em 2006, Anatalino Borges, que comerciou até 2007. Em 2001, Luis Orlando Cunha da Cunha abriu bar e armazém e permanece atuando com comércio. Também permanece com o “Bar e Armazém Santa Maria”, desde 2007, Marcelo Gillmeister Drawanz. E, por último, Diego Oliveira das Neves, com o “Bar e Armazém Central” aberto em 2008.

## Agricultura e Pecuária

<sup>47</sup> Genro de Celso Pereira das Neves.

<sup>48</sup> Filho de Thuríbio Pereira das Neves.

Os moradores da Coxilha dos Pereira, não diferente do restante do município de Canguçu, também se dedicaram à pecuária e à agricultura. Para uma melhor análise da transformação do espaço da Coxilha dos Pereira, com relação a essa atividade, buscarei junto aos relatos fazer uma periodização da trajetória da agricultura e da pecuária local, inter-relacionando com as transformações e o desenvolvimento da agropecuária brasileira.

### Pecuária

Ao investigar antigos documentos de inventários foi possível constatar que, nas últimas décadas de 1800 até por volta de 1940, a pecuária local, embora pequena, teve significativa importância, os rebanhos de gado bovino e ovino foram os que mais se destacaram.

No rebanho bovino, sempre houve uma predominância do gado misto<sup>49</sup>, com tendência ao *Zebú*, raça esta de fácil adaptação a campos íngremes, como é o caso da Coxilha dos Pereira. Servia para o consumo próprio e quando vendido era deslocado a pé, pelos tropeiros. As tropas geralmente eram levadas para Pelotas, primeiramente para as charqueadas e, posteriormente, ao término destas, para os matadouros, em especial para o frigorífico Anglo. Arnaldo Cardoso de Oliveira, ao falar da pecuária da localidade, lembrou nomes como: Alexandre Souza (“Chandico”), Dionísio Becker e Ernesto Moraes, que compravam tropas de gado da localidade e levavam para ser repassadas aos matadouros de Pelotas.

O rebanho ovino, na década de 1970, se destacava na localidade, pois nessa época havia uma grande procura por lã no Rio Grande do Sul. Os criadores locais geralmente enviavam a lã para a Cossulã (Cooperativa da lã) em Pelotas, segundo Arnaldo, que assim se referiu. No final dos anos de 1980, início da década de 1990, cai a procura da lã, começa a comercialização de tecidos sintéticos nas indústrias têxteis do país, o que ocasionou um período de crise no setor, isso se repercutiu também na localidade, onde houve uma diminuição significativa desse rebanho. Hoje volta a se destacar, não só pela apreciação da carne ovina, mas também pela lã que começa a ser procurada

---

<sup>49</sup> Mistura de raças diferentes, no caso da Coxilha dos Pereira as raças que se cruzam são o Charolês, Devon e Nelore.

novamente. O destaque é a predominância da raça *Ideal*, por haver uma preferência na procura de lã e da carne.

O gráfico, a seguir, nos mostra a situação atual dos dois rebanhos em questão da Coxilha dos Pereira, onde o ovino apresenta um total de 1.652 cabeças e o bovino 3.199 cabeças.

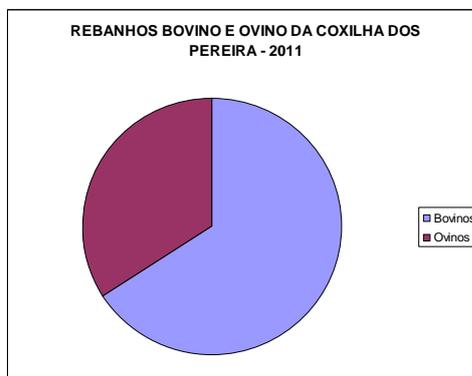


Figura 27 – Gráfico demonstrativo da situação atual dos rebanhos bovino e ovino da Coxilha dos Pereira.



Figura 28 – Rebanho bovino misto, em 02/01/2008.

Fonte: Acervo do autor.



Figura 29 – Rebanho ovino Ideal,  
em 09/02/2009.  
Fonte: Acervo do autor.

A pecuária da localidade, inicialmente, era uma atividade que se destacava desenvolvida paralelamente a uma agricultura de subsistência. Ao abordarmos o próximo item veremos que a agricultura, a partir dos anos de 1960, passa a desenvolver-se e nas duas décadas seguintes, chegando a superar a pecuária. Nesta época, a pecuária gaúcha freava sua produção, como nos coloca Pesavento (1980, p. 88), ao falar do Rio Grande do Sul na década de 1950 e pós: “A pecuária gaúcha mantinha-se quase estacionária quanto ao crescimento do rebanho.” O que se repercutiu também na localidade em questão. Atualmente começa a inverter-se novamente, passando a pecuária a obter uma posição de destaque local.

No gráfico acima, podemos constatar que a maioria dos moradores possui menos de 100 cabeças de ambos os rebanhos e apenas três possui acima de 200 cabeças de gado bovino.

### Agricultura

Zarth (2002), nos deixa claro que a agricultura é uma das atividades mais antigas praticadas no Rio Grande do Sul, quando nos afirma:

A agricultura do Rio Grande do Sul, originariamente, era praticada pelos povos indígenas e, mais tarde, no século XVII, os sacerdotes da Companhia de Jesus introduziram novas técnicas e novas espécies de plantas (ZARTH, 2002, p. 200).

Na Coxilha dos Pereira, não diferente, essa atividade também é bastante antiga, embora em pequenas propriedades, onde os moradores produziam apenas o suficiente para atender suas necessidades alimentares, porém a pecuária destacava-se pela quantidade de animais que possuíam. Convém salientar que anterior a esta época, quando a pecuária destacava-se à agricultura naquele lugar, o trigo já era plantado, porém em uma pequena proporção. Da mesma forma, o milho, principalmente para o consumo e criação de porcos, o feijão também para o consumo. E, em pequena quantidade, também plantavam cevada, alpiste e aveia, todas essas culturas cultivadas pelos descendentes de açorianos do local. O pequeno excedente de trigo que sobrava do que era transformado em farinha para o consumo familiar era

entregue nas casas comerciais e trocados por outros gêneros alimentícios e produtos como: açúcar, erva-mate, querosene, pregos, tecidos, etc., conforme consulta em livros de registros existentes dos comércios locais. O trigo no Rio Grande do Sul começa a ser cultivado com a chegada dos casais açorianos nos anos de 1740-50.

No século XVIII, foi introduzida a cultura do linho cânhamo e do trigo, através de um programa oficial de imigração de colonos das ilhas dos Açores. Os colonos, que receberam lotes de terra e semente de trigo, tiveram sucesso na produção e, por certo tempo, exportaram o produto para o Rio de Janeiro (ZARTH, 2002, p. 200).

O mesmo autor também nos coloca a queda na produção das lavouras de trigo do estado dessa época:

A produção de trigo foi importante até o início da década de 1820, quando entrou em decadência. A principal causa do declínio da triticultura deve ter sido a ferrugem, uma doença que atingiu os campos a partir de 1814 e diminuiu em muito a produtividade (ZARTH, 2002, p. 201).

Essa diminuição na produção provavelmente não tenha sido sentida na localidade, devido à pequena quantidade cultivada, pois nessa época plantavam apenas para o consumo familiar.

De acordo com Tambara (1985), o milho associado à suinocultura foi um dos produtos de significação econômica até 1940, no Rio Grande do Sul.

Nesse período 1900-40, o produto de maior significação econômica da zona colonial foi o milho, consorciado com a suinocultura. Este produto era produzido num sistema baseado em técnicas relativamente rudimentares que não propiciavam à terra possibilidades de reelaborar os nutrientes necessários para a manutenção da produtividade (TAMBARA, 1985, p. 36).

Um artigo publicado no Diário Popular de Pelotas (2004), por Eliezer Itamar Guimarães Winkler, pesquisador da Embrapa, nos mostra o resgate de uma variedade de milho açoriano, o milho catete, de fácil preparo e bastante utilizado para obtenção de farinha e também na culinária.

O milho branco açoriano chegou aos dias de hoje bem preservado de contaminações genéticas por ser mantido em condições de isolamento natural, na estreita faixa litorânea entre a Laguna do Patos e o Oceano Atlântico (DIÁRIO POPULAR, 01/09/2004, p. 6).

Nas décadas de 1960 e 1970, a agricultura da localidade sobressaiu à pecuária, significando a base da economia; a agricultura que antes era praticada apenas para a subsistência começa a gerar excedente e esse passa a ser comercializado diretamente com os compradores. A partir do ano de

1960, o trigo destaca-se das demais culturas locais. No Rio Grande do Sul, Tambara (1985) nos fala sobre o início da transformação das lavouras de subsistência, e ressalta o destaque para a produção gaúcha do trigo, que volta a ocupar certo destaque. Ele nos afirma dizendo:

O início da transformação ocorre com a ascensão do trigo como produto de destaque e de vanguarda em termos de produção e também em termos de incentivos governamentais, do que resulta a substituição do tradicional binômio milho-mandioca pela combinação trigo-soja (TAMBARA, 1985, p. 36).

Em entrevista realizada com o Sr. Damásio Pereira das Neves, de 93 anos de idade, que nasceu e sempre morou no local, no momento em que a agricultura começou a se desenvolver, a cultura que teve maior ênfase foi o trigo, que resistiu até meados da década de 1970. Também nos falou a respeito o Sr. Oli Soares Mota. Ele disse que no ano de 1970, quando já estavam praticamente parando de plantar, ele e seu irmão Maurício plantaram 130 sacos de trigo na propriedade da família “Granja Maracanã”, mas que não obtiveram um resultado satisfatório em função das doenças que se faziam presentes nas lavouras. Oli comentou ainda que, para defender as despesas da plantação, teriam que ter colhido uma média de 15 sacos por cada um plantado, quando na verdade colheram 10 sacos por um. E, quando a colheita era boa, chegava a produzir entre 40 e 60 sacos por um plantado. Os trigais da Coxilha dos Pereira foram atacados por fungos, principalmente pela ferrugem, que contribuiu expressivamente para o fim desta cultura.

Segundo Damásio, o grande número de filhos, principalmente homens, somado aos negros que moravam junto às famílias locais, na maioria dos casos, em troca de comida e moradia, era a mão de obra da agricultura desenvolvida com tração animal. As fotografias a seguir (figuras 30 e 31), na década de 1950, na localidade, evidenciam o corte e a trilha manual do trigo por uma família local.



Figura 30 – Colheita manual do trigo. Foto na década de 1950.  
Fonte: Acervo de Julieta Pereira Ribeiro.



Figura 31 – Processo de trilha do trigo. Foto na década de 1950.  
Fonte: Acervo Julieta Pereira Ribeiro.

A terra era arada, com arados de boi e a colheita feita manualmente com foices, que cortavam um pequeno maço de pés com as espigas, esses maços eram juntos, com as espigas voltadas para baixo, formando os maços maiores as “medas”, depois carregados em carretas de boi, até o local onde era trilhado. A trilha como podemos ver na foto anterior (figura 31), também era

feita de forma manual, nas máquinas de lona<sup>50</sup>, após a separação dos grãos, dos pés e das espigas, ele era abanado para separar as impurezas, de modo que ficasse apenas o grão. Em 1957, surge a primeira trilhadeira mecânica, com trator e também arado, o maquinário era de uma parceria de Jonestro Pereira das Neves e Dário Meireles Costa, porém após dois anos Dário saiu e entrou na parceria com Jonestro, seu irmão João Alcides Pereira das Neves, logo em seguida por volta de 1962, também adquire implementos agrícolas Maurício Soares Mota.



Figura 32 – Primeiros implementos agrícolas mecânicos da Coxilha dos Pereira, pertencentes à parceria dos irmãos Jonestro e João Alcides Pereira das Neves, foto em 1960.

Fonte: Acervo do autor.



Figura 33 – Segundos implementos agrícolas mecânicos da Coxilha dos Pereira, pertencentes a Maurício Soares Mota, 1962.

Fonte: Acervo do autor.

---

<sup>50</sup> Servia para trilha de trigo, aveia, alpiste e cevada, ela apenas retirava os grãos das espigas, deixando tudo misturado, sendo a separação da palha, feita manualmente e depois um ventilador tocado a mão, com uma manivela, fazia a separação das impurezas do grão.

Após o processo da trilha, o próximo passo era a transformação desse grão em farinha. A moagem do trigo antes era feita em localidades vizinhas, como deixou claro Damásio “[...] muitas vezes quando *gurizote*<sup>51</sup> montava a cavalo de manhã bem cedo, com algum dos meus irmãos pra ir, no moinho da Serra no Faxinal, fazer farinha, levava todo o dia [...]”, também falou que mais tarde é que surgiu o primeiro moinho na Coxilha dos Pereira:

[...] se gastava muita farinha e era um trabalho cada vez de levar o trigo pra moer lá no Faxinal, mas era o mais perto que tinha. Sempre se gastava um dia e um pedaço da noite, por sorte, depois, o finado Alcides, fez um pequeno moinho caseiro, lá na sanga, que quebrava o galho, pelo menos era aqui, mas aí, eu já era um homem feito, até casado.

Também falou do primeiro moinho o Sr. João Alcides Pereira das Neves (73 anos), confirmou que ele pertenceu a Alcides Cândia. Ele explicou o funcionamento da pequena montagem feita pelo próprio Alcides. A força da água girava uma roda de madeira, na horizontal, no centro desta um eixo comprido e alto, também de madeira, que era chamado de “*veigo*” por Alcides, onde ficavam duas pedras sobrepostas na ponta. Uma das pedras ficava fixa e a superior acoplada ao eixo girava com a fricção de uma sob a outra e o grão era triturado e moído. Cada consumidor levava a moagem e peneirava em casa, onde era separada a farinha da casca do trigo. Durou cerca de uns 10 anos quando Alcides, já com idade avançada e estado de saúde comprometido, resolveu parar com a atividade.



Figura 34 – Pedra do primeiro moinho que pertenceu a Alcides Cândia.

Fonte: Acervo do autor, 24/04/2011.

---

<sup>51</sup> Gurizote, termo empregado pelo entrevistado para se referir à sua época de pré-adolescente.

Em 1967, João Alcides adquiriu as pedras do moinho desativado de Alcides, algumas polias e eixos de ferro e confeccionou com auxílio de seu primo Olavo Pereira das Neves, o primeiro moinho mecânico, com uma estrutura de madeira, tocado a motor de combustão a óleo diesel. Neste, a farinha saía peneirada, pronta para o consumo. O moinho servia para moer o trigo e também o milho, que nesta época já começava a aparecer no local, bastava trocar as peneiras. João Alcides contou que moía pra todos os moradores da Coxilha dos Pereira e arredores comprovando com livro, que ainda possui, de anotações diárias dos clientes que atendia. De fato, os clientes relacionados em seu antigo livro são quase na totalidade moradores locais, sendo que muitos ainda vivem e moram lá. A partir do croqui abaixo, que ainda possui, João Alcides explicou que:

[...] a parte de cima servia para despejar os cereais, dentro do compartimento redondo sobre a mesa ficavam as pedras, que faziam a moagem dos grãos, após a moagem seguia por uma *canaleta*, onde caía em uma espécie de *ventuinha*, que girava junto às peneiras, para separar a farinha.

Seu invento funcionou apenas por um ano e alguns meses, quando surgiu um segundo moinho mecânico de maior capacidade.

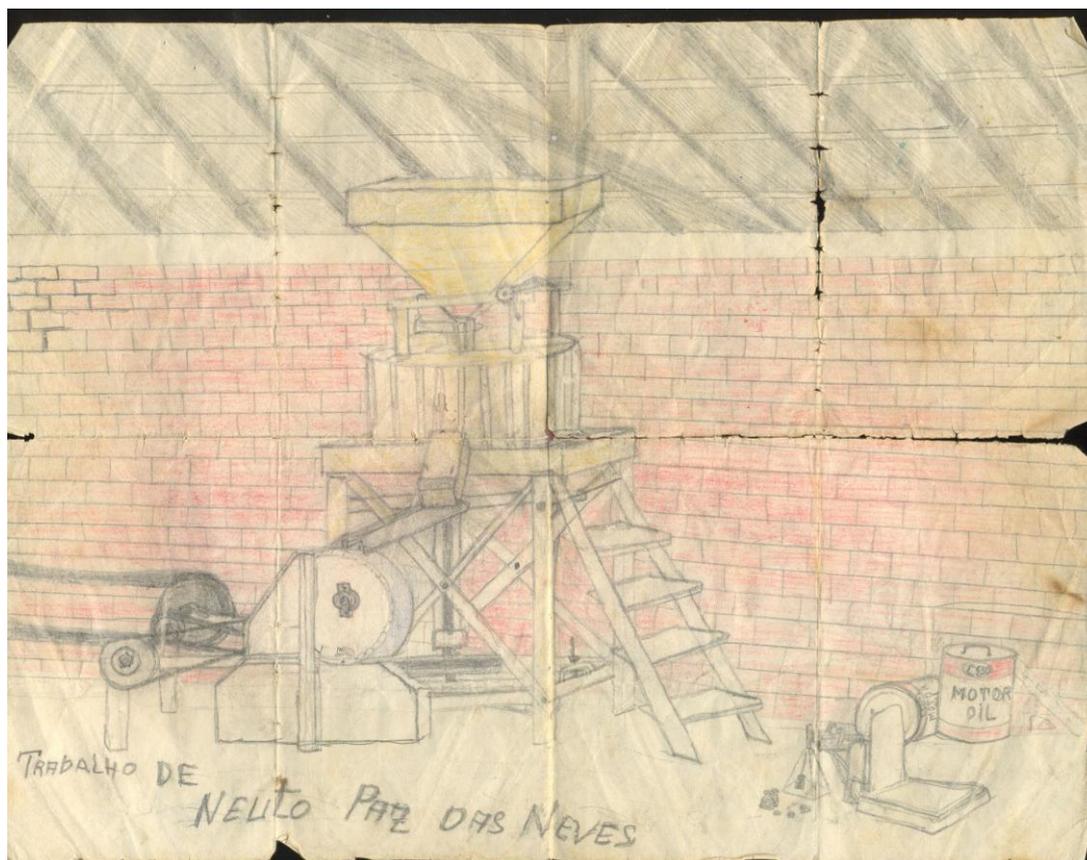


Figura 35 – Croqui do primeiro moinho mecanizado para moagem de trigo e milho de João Alcides Pereira das Neves. Desenho realizado por Neuto Paz das Neves, em 1967.

Fonte: Acervo de João Alcides Pereira das Neves.

No mês de dezembro, do ano de 1968, João José Ribeiro Bandeira, “João do Moinho” como é popularmente conhecido, adquiriu, por compra de Vitor Fonseca, um moinho mecânico de maior capacidade. Este, ao ser entrevistado, disse que praticou a atividade por trinta anos, ou seja, até o ano de 1999, quando se aposentou e, hoje aos 73 anos de idade, olha pra trás e se orgulha da profissão que exerceu.

O moinho foi fabricado no ano de 1940, data que está gravada em uma das pedras, a ferragem comprada em Pelotas e a montagem e parte de madeira, confeccionada pelo Sr. Domingos, que era chamado de “Polaco”, residia no Abranjo, distrito de Encruzilhada do Sul.

Após dezoito anos de funcionamento na casa de Vitor Fonseca na Florida, segundo subdistrito de Canguçu, quando foi vendido a João José, que o instalou na coxilha dos Pereira, onde foi residir por ocasião de seu casamento. Na ocasião, Domingos, o construtor, foi quem reinstalou o moinho no novo estabelecimento. No início, a moagem que mais se destacava era do

trigo e o milho em menor proporção. Para evitar a mistura das farinhas de trigo e milho, João José adquiriu outro moinho, deixando um para o trigo e outro para o milho. Chegava a moer em média de dez a quinze sacos por dia no período de safras. Um saco de 60 quilos de trigo fazia 40 quilos de farinha e um saco de 60 quilos de milho fazia 50 quilos de farinha. Atendia os moradores locais, das localidades vizinhas e um número significativo de moradores do município vizinho de Encruzilhada do Sul. Posteriormente, com a intensificação da cultura do milho no local, foi adicionado ao moinho, uma canjiqueira, que fazia a canjica e a canjiquinha e um descascador de arroz.



Figura 36 – Motor do Moinho de João José Ribeiro Bandeira. 20/02/2006  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 37 – Moinho de João José Ribeiro Bandeira. 20/02/2006  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 38 – Moinho de João José Ribeiro Bandeira. 20/02/2006  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 39 – Moinho de João José Ribeiro Bandeira. 20/02/2006  
Fonte: Acervo do autor.

Como vimos, a pequena localidade chegou a possuir três moinhos, para a moagem do trigo e do milho, pois ambos cereais das lavouras locais eram ali mesmo transformados em farinha. O trigo da localidade atingiu seu ápice nos anos de 1960, até metade da década de 1970, a exemplo do Rio Grande do Sul, como nos mostra Tambara (1985):

[...] a partir da década de 1940, outro cultivo começa a apresentar no Rio Grande do Sul as mesmas características, o trigo, que se viabiliza economicamente com mais intensidade na década de 60, a partir do consorciamento com a soja (TAMBARA, 1985, p. 43).

Por volta de 1975 começam a surgir na localidade às primeiras lavouras de soja, até então ali nunca cultivadas. O mesmo autor da citação anterior já vem fazendo referência dessa cultura no Rio Grande do Sul consorciada com o trigo, porém agora a soja assume seu lugar de destaque na produção:

Para se ter uma idéia, em 1981 o Rio Grande do Sul exportou 2,8 bilhões de dólares, dos quais 48% representado pela soja e seus derivados (TAMBARA, 1985, p. 37).

O autor continua nos afirmando, na página seguinte, o crescente cultivo da soja no Rio Grande do Sul.

Assim, por exemplo, a soja, que não possuía expressão alguma em 1921 passa, em 1980, a ocupar cerca de 48% da área ocupada pelas principais culturas do estado, enquanto que produtos como o feijão e a mandioca, que são produtos típicos da agricultura de subsistência, ocupavam cerca de 25% da área cultivada em 1921, área esta que se reduz a cerca de 3,5% em 1980 (TAMBARA, 1985, p. 38).

Paralelo a entrada da soja na Coxilha dos Pereira, e não diferente do Brasil e do mundo, surgem ali também os primeiros produtos da chamada “Revolução Verde<sup>52</sup>”. Esta causou uma verdadeira transformação na agricultura e se intensificou nos anos de 1970, com a substituição de sementes crioulas, a utilização de fertilizantes, agrotóxicos e insumos, sem falar dos maus tratos ao meio ambiente, onde a preocupação maior são os altos níveis de produtividade. Embora ainda criança, lembro-me que após minha avó paterna ter ficado viúva, suas terras foram arrendadas para um plantador de soja. Este as arrou pela primeira vez, pois nunca haviam sido plantadas e nelas fez uma grande aplicação de adubo antes do plantio, o que se considera totalmente desnecessário, por tratar-se de terras nunca antes plantadas e possuírem sua

---

<sup>52</sup> Conjunto de práticas e insumos agrícolas, bem como a substituição das sementes crioulas, para que fossem alcançados altos níveis de produtividade.

total fertilidade. Lembro também das campanhas dos adubos “Manah”, cujo logotipo era uma folha em forma de trevo; para chamar a atenção dos pequenos produtores, distribuía brindes, quem comprasse cinco sacos do referido adubo, ganhava um chaveiro, dez sacos um boné e vinte sacos uma camiseta, todos esses brindes fazendo comercial desta marca de adubo. Vantajosos empréstimos de custeio agrícola começam a ser oferecidos por bancos aos pequenos agricultores locais, que os garantem com suas pequenas propriedades. Esses agricultores não conseguem acompanhar o ciclo da soja, até mesmo por ser essa cultura voltada a grandes proprietários, Tambara (1985) nos afirma isso.

Verifica-se que são, portanto, as pequenas propriedades as que alocam maior percentual de suas áreas para produzir alimentos [...] Produtos como mandioca e milho são predominantemente produzidos nas pequenas propriedades, enquanto que nas grandes propriedades há um predomínio do cultivo da soja (56,4% da área total dedicada a lavoura), trigo e arroz. A pergunta que surge é por que as grandes extensões de terra não são utilizadas para produzir alimentos para a população? Isto ocorre porque o cultivo de produtos tipo soja-trigo se mostra economicamente mais rentável. Esta rentabilidade ocorre por vários motivos: a) o incentivo do governo a produtos de exportação; b) possibilidade de utilização intensiva de capital; c) especulação imobiliária, d) alto valor de troca do produto (TAMBARA, 1985, p. 45).

Logo os pequenos produtores locais desistiram do cultivo da soja. Nos anos de 1990, voltaram a produzir o milho, que não deixou de ser cultivado por alguns mesmo quando a maioria optou pelo plantio da soja. Tentam se valer do crédito agrícola para as lavouras de milho, mas em seguida percebem que isto não é nem um pouco vantajoso pelos prejuízos financeiros ocasionados diante de tais financiamentos e resolvem, a partir daí, praticar uma produção apenas voltada para o consumo familiar. Outro fato bastante relevante foi o êxodo rural<sup>53</sup> na localidade, que começou no Brasil por volta da década de 1960 e ganhou ênfase nos anos de 70 e 80, quando houve um grande investimento no desenvolvimento industrial nas grandes cidades da região Sudeste, atraindo a maioria dos trabalhadores do campo para a cidade. Muitos moradores da localidade, a exemplo das demais regiões do Brasil, também deixaram o campo na esperança de uma vida melhor. Paralelo a isso, nos anos de 90, houve uma maior incidência nos casos de aposentadoria rural na localidade.

---

<sup>53</sup> É o deslocamento de pessoas da zona rural (campo) para a zona urbana (cidades). Ele ocorre quando os habitantes do campo visam obter condições de vida melhor.

Como a maioria das famílias possuía, em casa, um idoso aposentado, gerou uma estabilidade financeira no sustento da familiar.

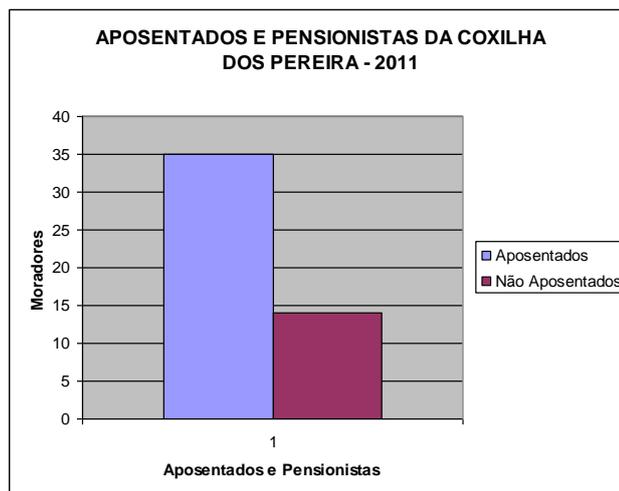


Figura 40 – Gráfico demonstrativo dos moradores aposentados e pensionistas da Coxilha dos Pereira - 2011.

Como evidencia o gráfico acima (figura 40), dos 49 moradores da Coxilha dos Pereira, 35 são aposentados. O que de certa forma contribuiu também para uma estagnação da agricultura local, pois hoje é plantado apenas o suficiente para o consumo familiar, sem excedentes, como podemos constatar nas entrevistas realizadas.

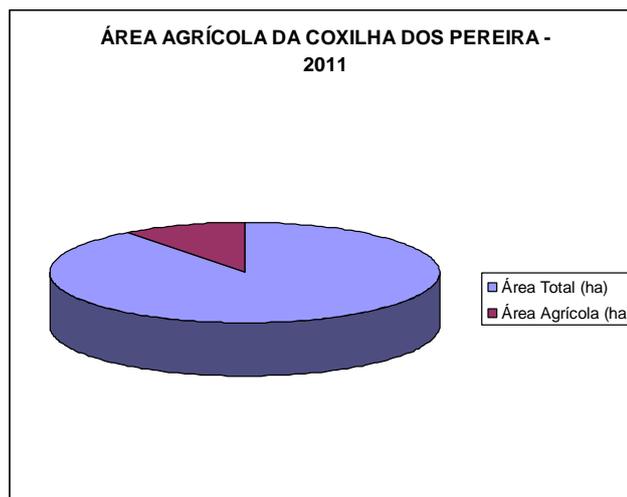


Figura 41 – Gráfico demonstrativo da Área ocupada com Agricultura da Coxilha dos Pereira - 2011.

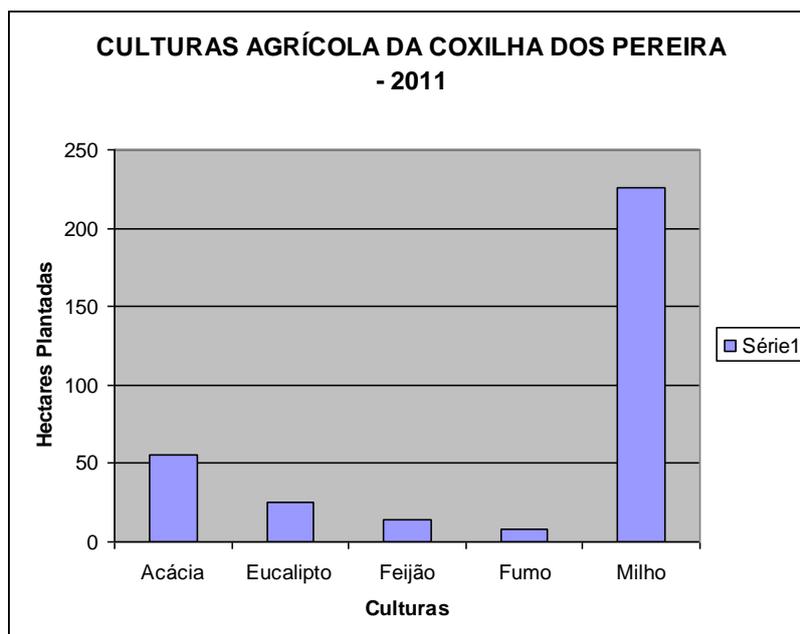


Figura 42 – Gráfico demonstrativo das Culturas Agrícolas da Coxilha dos Pereira - 2011.

Nos anos de 2000, apesar dos investimentos na fumageira gaúcha, apenas três produtores da localidade optaram pelo plantio do fumo, produto que ainda não havia sido cultivado pelos moradores. Também figura, nas áreas plantadas nos últimos anos, a acácia e o eucalipto ainda num índice baixo.

Das 2.910,50 hectares que compõem a área total da Coxilha dos Pereira, apenas 335,50 hectares estão ocupados com agricultura, distribuídas da seguinte forma: milho, 225,50 hectares, feijão, 14 hectares, fumo, 8 hectares, acácia, 55 hectares e eucalipto, 33 hectares.

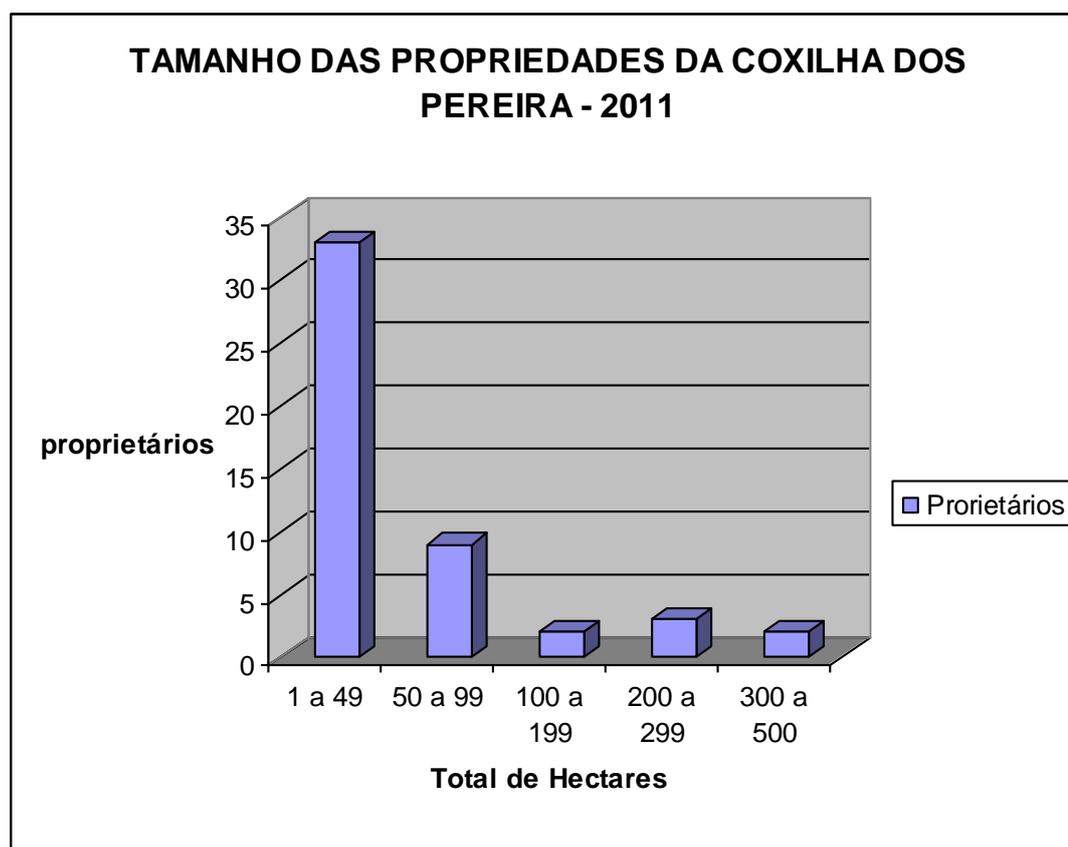


Figura 43 – Gráfico demonstrativo do tamanho das propriedades da Coxilha dos Pereira - 2011.

A maior parte das 49 propriedades da Coxilha dos Pereira enquadram-se como pequenas propriedades, sendo que apenas 16 possuem mais de 50 hectares de terra, como nos mostra a tabela abaixo.

TOTAL DE HECTARES	QUANTIDADE DE PROPRIETÁRIOS
1 a 49 ha	33
50 a 99 ha	9
100 a 199 ha	2
200 a 299 ha	3
300 a 500 ha	2

Figura 44 – Tabela demonstrativa da quantidade de proprietários de acordo com o tamanho das propriedades da Coxilha dos Pereira - 2011.

### 3.2.2. Religião

Outro reflexo bastante forte na localidade e a comprovação da presença de descendentes de açorianos é a religião católica, bastante expressiva na localidade. Mesmo quando não existia a igreja, os rituais católicos já eram muito presentes junto aos moradores. Laytano (1987), em seus registros, vai nos mostrar as festas religiosas cultuadas pela igreja católica de cunho açoriano:

A religião é cultivada pelo açoriano de maneira diferente, sem fanatismo. O culto do Divino Espírito Santo que os flamengos trouxeram quando foram povoar as ilhas dos Açores e de lá, depois, incorporando aos hábitos açoritas veio transmitido para o Rio Grande, como festa máxima do tempo da colônia, da monarquia e até as três primeiras décadas da República. A procissão de N. Senhor dos Passos, a devoção de São Miguel e Almas que deu irmandade, cemitério e culto particular. Nossa Senhora dos Navegantes, Corpus Cristi, e Natal e o Presépio, mais o Reisado festivo, ruidoso, bonito, cantado. As procissões da Madre de Deus, Paixão e Encontro, depois a Missa do Galo e as festas dos Santos de Junho e as do Ciclo de Natal. Aí que se torna em consideração a importância da influência açoriana, através de sua religiosidade (LAYTANO, 1987, p. 169).

Os açorianos ao virem para o Brasil mantiveram a tradição do culto à “Festa do Divino”, é claro que essas festas e rituais das celebrações sofreram algumas transformações e adaptações, impostas pela própria realidade espacial da época. Dante Laytano aponta uma descrição de Augusto Porto Alegre sobre as festas religiosas entre os povoadores açorianos:

As festividades religiosas entre os açorianos tinham predileção especial, principalmente as festividades do Espírito Santo. Sua realização data dos primeiros dias da fundação de Porto Alegre, espalhando-se pelos subúrbios e lugares mais próximos (LAYTANO, 1968, p. 63).

A Sra. Leontina Soares Mota, com 104 anos de idade, moradora mais antiga, em conversa informal, contou aspectos da “Bandeira do Divino” e da “Festa de Reis”. Algumas pessoas saíam em forma de peregrinação com a bandeira, levando-a de casa em casa, onde era recebida e faziam pedidos e doações e ofertavam alguns pequenos donativos e dinheiro. E alguns pedidos com fé e rezas aconteciam. Honorina Morales da Cunha, 90 anos, relatou que, quando ela tinha em torno de 17 anos de idade, um senhor chamado de Sátiro visitou a casa de seus pais com a bandeira do Divino, que na ponta do mastro trazia uma pomba branca. Um grupo de pessoas da casa anterior, de onde ela

saía, a acompanhava até a próxima residência. Conta Honorina que a bandeira possuía muitas fitas coloridas e um pregador de ouro, que teria sido ofertado em troca de uma graça alcançada, e que seu Sátiro lhe pediu que desenredasse as fitas da bandeira. Acompanhava a bandeira alguém tocando um tambor e algumas cantorias. Relembra Honorina que um dos versos que eram cantados na chegada das casas quando já se aproximava a noite dizia: “*A pombinha do Divino/ de voar já vem cansada / vem pedir aos seus devotos / que lhe deem uma pousada.*” Damásio Pereira das Neves, contou que assistiu uma visita da bandeira, que era carregada, nessa ocasião, por Damásio do Espírito Santo, só lembra-se de darem algum donativo antes dela partir. Também João Alcides Pereira das Neves recorda a visita da bandeira na casa de seus pais, “...eram muitas pessoas na sala junto à bandeira, um homem tocava um tambor, após uma oração, deram uma contribuição espontânea e eles foram para a próxima casa...”

A Festa do Divino é uma tradição muito cultuada até os dias de hoje pelos açorianos. Em visita aos Açores em Maio de 2005, quando estava acontecendo a comemoração, pude perceber o quanto o povo açoriano expressa sua devoção, através desta festa.



Figura 45 – Festa do Divino Espirito Santo, freguesia de Altares, Ilha Terceira Açores – Portugal em Maio de 2005.

Fonte: Acervo do autor, 2005.

A Festa do Terno de Reis também evidencia essa relação com o açoriano. Todos os anos ela acontecia, e um grupo de pessoas com instrumentos saíam nas casas à noite, do dia primeiro ao dia seis de janeiro (dia dos Santos Reis) e acordavam os moradores com versos. O dono da casa deixava-os cantar um pouco e após abria a porta juntamente com a família, para receber o grupo, obsequiavam geralmente com doces, licores ou café, dependendo da hora da madrugada, e faziam doações para a grande festa, para a qual já ficavam convidados. A foto tirada na década de 1940 (Figura 46), a seguir, nos remete para uma perfeita integração gaúcho/açoriano, todos com o traje típico do Rio Grande do Sul, cultuando uma tradição essencialmente açoriana e trazida por eles pra cá. João Alcides também relatou que participou de vários ternos de reis, juntamente com seus irmãos. Falou, também, que quando dois grupos se encontravam em uma residência, disputavam, em versos rimados, todas as doações já recebidas até então, o grupo que esgotasse seu repertório ou se cansasse cantando, era o perdedor. Recordou ainda de alguns versos que cantavam, quando chegavam a uma casa:

Aqui estou porque cheguei/A beira do seu terreiro/Para cantar e tocar/Licença peço primeiro/Ó senhor dono da casa/Na sua cama deitado/Venha nos abrir a porta/Lhe fico muito obrigado... (último verso) ...Pela oferta que nos deste/Lhe fico muito obrigado/Pro dia tal(cantava a data da festa)/Ficam todos convidados.



Figura 46 – Madrugada de serenata da Festa de Reis. Casa de Honorata Pereira da Cunha, Abrindo a porta Dário Meireles Costa, Damásio Pereira das Neves (garrafa), Gastão Pereira das Neves (violão), José Henrique Pereira das Neves (bumbo), Eulálio Pereira das Neves (violino) e João José Xavier Bandeira (bandoneon).

Fonte: Acervo do autor. Foto na década de 1940.

Outra comemoração que acontece até os dias de hoje na Coxilha dos Pereira, são as festas juninas, que consistem em reverenciar três santos no mês de junho, com a realização de fogueiras e outras brincadeiras. Os santos homenageados são: Santo Antonio, no dia treze, São João, no dia vinte e quatro e São Pedro, dia vinte nove. Lembro, quando criança, que junto à fogueira sempre era servido o amendoim torrado ou em forma de rapadurinha ou farinha moída misturada com açúcar, pipoca, batata doce assada no forno, bolinhos de farinha de milho e quentão, bem como as crendices relacionadas aos santos.

Em 21 de agosto de 2011, em conversa informal com Carla Marques Gomes, natural de Angra do Heroísmo – Ilha Terceira – Açores, e esposa do presidente da Casa dos Açores do Rio Grande do Sul, ela informou que hoje nas “São Joaninas” festas que homenageiam os santos do mês de junho nos Açores, o amendoim, por exemplo, não faz parte da gastronomia por não ser uma cultura desta época lá. Salientou a presença da pipoca.

Quanto aos jogos de sorte, muitas vezes vi minhas tias e primas solteiras na noite de Santo Antonio, por ser considerado o “santo casamenteiro”, fazer seus pedidos para um bom casamento. E também as adivinhações nos papéis dobrados que deixavam embaixo do travesseiro, ao sereno nos peitoris das janelas ou dentro de um copo d’água. Já na noite de São João, antes de nascer o sol do dia seguinte, colhiam a água benta, que era usada nos batizados e para pingar nos quatro cantos da casa em dias de tempestades invocando a proteção da mesma, colhiam também antes do nascer do sol o “tição bento”, que eram sobras de madeiras queimadas na fogueira, que também eram acesos na porta da casa em dia de tempestade, para proteger a casa, da mesma forma as velas, que eram deixadas na rua na noite de São João, acreditavam também, que, era depois desta noite que as laranjas do pomar ficavam mais doces. E por último, na noite de São Pedro, deveria ser sempre feita a fogueira e dedicavam-lhe orações, por ser considerado o santo que possui a chave do céu.

Nenhuma criança da localidade ficava sem ser batizada, sendo que devia ser feito um batismo em casa antes de completar os sete dias de vida, já que não tinha igreja e o padre custava a aparecer. Um dia, em conversa

informal com o Padre Estevão Ricardo Echer, ele explicou que o batismo, em casa, é uma crença regional, ele só acontece em algumas regiões do Brasil, segundo ele, alguns estados e locais do país nem tem conhecimento deste ritual católico. Foi criado para casos de extrema necessidade, para crianças que apresentassem perigo de vida e não tivessem a presença do padre, inclusive se viessem a entrar em óbito ou nascessem sem vida, não poderiam ser sepultadas sem este rito. O batizado em casa era feito com a água benta, colhida na noite de São João, e, com um ramo verde, traçando uma cruz na testa da criança era dito três vezes a seguinte frase, falando o nome da criança: “eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

Quanto ao batismo pelo padre, a localidade não possuía igreja e, quando já tinha um número significativo de crianças, o padre era chamado e então aconteciam as famosas reuniões de batizado, onde mediante pagamento eram batizadas, pela igreja, todas as crianças presentes. Alguns chegavam a se batizar com dez anos de idade ou até mais; outra situação, que às vezes era comum, o casal esperar completar o número de filhos planejado e então batizavam todos de uma vez só.

Os batizados pelo padre reuniam uma quantidade significativa de pessoas. Arnaldo Cardoso de Oliveira, que na segunda foto abaixo (figura 48), em 1938, da direita para a esquerda, é a sexta pessoa na frente, o menino sentado no chão, lembra que, após os batismos, aproveitavam a reunião para dançar. Quanto ao pagamento dos batismos e crismas, quem pagava era os padrinhos que também presenteavam as roupas e o sapato ao batizando. Em conversa informal, Zeli Maria disse que lembra, quando criança, que as reuniões de batizados duravam o dia inteiro. Quase sempre aconteciam em uma casa comercial onde montavam copas para alimentação e se fossem em uma casa particular, eram montadas barracas com doces e salgados. Quando os padrinhos possuíam melhores condições financeiras, ofereciam um almoço ou as despesas na barraca com a alimentação do batizando e seus pais. Quando perguntada em caso dos padrinhos não possuírem condições financeiras de pagar o batismo, Zeli disse que não se lembra de nenhum caso em que os padrinhos não pudessem pagar, eles já eram convidados com bastante antecedência para ser padrinhos, até para que já houvesse um

planejamento e que o valor cobrado não era tão alto, era uma pequena taxa, que até mesmo os mais pobres tinham condições de pagar.

Na foto (figura 49), trata-se de uma reunião de batizados, porém em proporção bem menor que as anteriores, a criança que aparece ao lado do padre é o autor deste trabalho no dia do batizado e o menino recém-nascido no colo é o irmão deste, batizado na mesma ocasião. Foi no dia 28 e oito de maio de 1970, na casa comercial Armazém São Silvestre, na Coxilha dos Pereira.



Figura 47 – Reunião de batizados na Coxilha dos Pereira, em 1937.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 48 – Reunião de batizados, na residência de Celso Pereira das Neves, Janeiro de 1938.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 49 – Reunião de Batizados na casa comercial, Armazém São Silvestre, de Edes Xavier Pereira, na Coxilha dos Pereira, 28/05/1970.

Fonte: Acervo do autor.

Também se realizavam as missas, que geralmente eram por ocasião do completo de anos da morte de alguma pessoa do lugar. E principalmente daqueles de melhores condições financeiras, pois tinham que pagar a missa e o deslocamento do padre, bem como a confecção de cartões para convidar os parentes e amigos, geralmente elas eram realizadas na casa do falecido ou no cemitério.

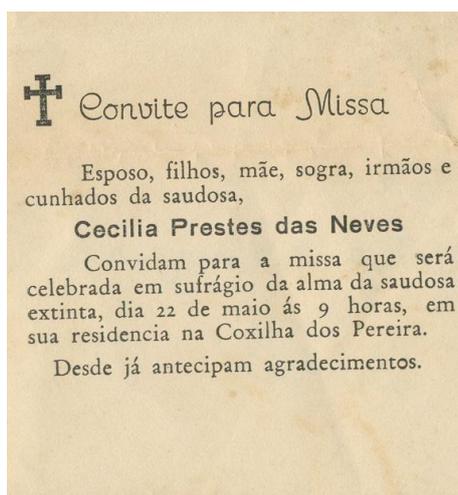


Figura 50 – Cartão de convite para missa de seis meses por alma da professora Cecília.

Fonte: Acervo do autor.

Da mesma forma, havia também o sacramento da crisma, esse demorava bem mais que os batizados, muito esporadicamente o bispo vinha até a localidade, o que também era pago.

A igreja vai surgir no final da década de 1970 e início de 1980, quando um grupo de pessoas, mobilizado por Jones Paz das Neves, deu início a encontros religiosos. Conforme relatou Zeli Maria Pereira das Neves, de 68

anos de idade e integrante do referido grupo, e que, mais tarde, também fez parte de diversas gestões de diretoria da comunidade, atuando ainda como catequista e outros serviços pastorais da igreja.

O primeiro encontro religioso, citado anteriormente, aconteceu no verão de 1979, na residência de Dácio Cunha das Neves, com a realização de um terço onde a principal intenção era de pedir chuva, quando uma forte seca assolava a região. Os encontros seguintes passaram a se realizar na Escola municipal Nossa Senhora do Carmo. Logo em seguida, o grupo optou pela criação da Comunidade Católica Seguidores de Cristo<sup>54</sup>, cujo nome<sup>55</sup> foi sugerido pelo autor deste trabalho.

O terreno para a construção da igreja foi doado por Antonio Moreira da Cunha, em sua propriedade; como a maior parte dos sócios achava o local distante e preferia que fosse um lugar mais central da localidade, Antonio comprou meia hectare de Aida Pereira da Cunha, no local onde foi construída a igreja. A inauguração do prédio da igreja foi no dia 29 de maio de 1988. Foi feita uma procissão da escola, onde eram realizadas as missas, até a nova sede da igreja, em seguida foi dada uma bênção nas novas instalações e em seguida a celebração da primeira missa<sup>56</sup>.

De acordo com pesquisa realizada no livro de atas da comunidade, as diretorias que estiveram à frente da instituição religiosa desde a sua fundação eram assim constituídas: primeira diretoria<sup>57</sup>, de 1980 a 1982, Presidente: Jones Paz das Neves, Tesoureiro: Olavo Pereira das Neves e Secretário: Adelina de Jesus Martins Morales. Segunda diretoria<sup>58</sup>, de 1982 a 1984, Presidente: João Alcides Pereira das Neves, Tesoureiro: Valdemar Pereira das Neves e Secretário: Leda Borges Pereira. Terceira diretoria<sup>59</sup>, de 1984 a 1986, Presidente: Dácio Cunha das Neves, Tesoureiro: Vilmar Nunes da Cunha e

---

<sup>54</sup> Conforme ata sem número no verso da página 4, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>55</sup> Conforme ata sem número no verso da página 4, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>56</sup> Conforme a segunda ata sem número, no verso da página 10, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>57</sup> Conforme ata número 1, página 1, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>58</sup> Conforme terceira ata sem número, no verso da página 4, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>59</sup> Conforme ata número 8, página 7, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

Secretário: Deni Cunha das Neves. Quarta diretoria<sup>60</sup>, de 1986 a 1989, Presidente: Pedro Adão Moreira da Cunha, Tesoureiro: Zeli Maria Pereira das Neves e Secretário: Léia Paz das Neves. Quinta diretoria<sup>61</sup>, de 1989 a 1992, Presidente: João Alcides Pereira das Neves, Tesoureiro: Valdemar Pereira das Neves e Secretário: Doeni Cunha das Neves. Sexta diretoria<sup>62</sup>, de 1992 a 1994, Presidente: Dácio Cunha das Neves, Tesoureiro: Zelton Rogério Pereira das Neves e Secretário: Catia Regina Moreira das Neves. Sétima diretoria<sup>63</sup>, de 1994 a 1995, Presidente: José Claro Nunes da Cunha, Tesoureiro: Anécio Martins Borges e Secretário: Mara Regina da Cunha Morales. Oitava diretoria<sup>64</sup>, de 1995 a 1998, Presidente: Zelton Rogério Pereira das Neves, Tesoureiro: Valdemar Pereira das Neves e Secretário: Rejane Rossales Borges. Nona diretoria<sup>65</sup>, de 1998 a 2007, Presidente: Dácio Cunha das Neves, Tesoureiro: João Alcides Pereira das Neves e Secretário: Léia Paz das Neves. Décima diretoria<sup>66</sup>, de 2007 a 2010, Presidente: Maria Francisca Rodrigues das Neves, Tesoureiro: Claudia Farias da Cunha e Secretário: Juraci Pereira das Neves. Décima primeira diretoria<sup>67</sup>, de 2010 a 2011, Presidente: Maria Francisca Rodrigues das Neves, Tesoureiro: Ione Paz das Neves e Secretário: Neuza Oliveira das Neves. Décima segunda diretoria<sup>68</sup>, atual, Presidente: Neuza Oliveira das Neves, Tesoureiro: Ione Paz das Neves e Secretário: Maria Nazarete das Neves Soares.

Os padres que atenderam a Comunidade Seguidores de Cristo na ordem cronológica foram: João Carlos Ritter, Flavio Martinez de Oliveira, Claudio Alves de Deus, Estevan Ricardo Echer, Valmir Vanes da Silva, Ariano

---

<sup>60</sup> Conforme ata número 13, página 10, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>61</sup> Conforme ata número 14, página 11, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>62</sup> Conforme ata número 16, verso da página 13, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>63</sup> Conforme ata número 18, verso da página 14, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>64</sup> Conforme ata número 22, verso da página 19, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>65</sup> Conforme ata número 24, verso da página 20, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>66</sup> Conforme ata número 27, página 25, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>67</sup> Conforme ata número 30, página 27, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

<sup>68</sup> Conforme ata número 36, página 29, do livro de atas, da Comunidade Católica Seguidores de Cristo, da Coxilha dos Pereira.

Bandeira da Silva, João Joaquim dos Santos e Luiz Boaro. A visita do padre, atualmente, com realização de missas, é mensal.



Figura 51 – Comunidade Católica Seguidores de Cristo da Coxilha dos Pereira no 3º Subdistrito de Canguçu.

Fonte: Acervo do autor, 15/11/2010.

Por muitos anos, os moradores da localidade só cultuaram a religião católica. Foi somente na década de 1980 que quatro famílias locais passam a cultivar a religião evangélica, sendo que duas mudaram para a cidade de Canguçu, outra, desapareceu com o falecimento de seus integrantes, restando apenas uma família evangélica na Coxilha dos Pereira.

### 3.2.3. Educação

A história da educação da localidade tem início com a figura do professor particular<sup>69</sup>, que era chamado na casa onde tinha um grande número de filhos para ensiná-los a ler, escrever e fazer contas, juntamente com algumas outras crianças vizinhas. Estes eram autorizados pelos pais, inclusive, a utilizar o castigo e a palmatória, quando o professor julgasse necessário, ou seja, quando o aluno não apresentasse bom rendimento, aprendizado ou faltasse com o respeito. O professor era contratado pelos pais que reuniam em uma das residências, geralmente irmãos e demais crianças vizinhas.

---

<sup>69</sup> Qualquer pessoa poderia exercer o cargo de professor, desde que soubesse ler, escrever e fazer contas.

Um dos nomes mais antigos da localidade a exercer a função de professor particular é do alemão Haroldo Antonio Vonpfeil<sup>70</sup>, seu “Faia” como era conhecido naquele lugar.



Figura 52 – De pé atrás Haroldo Antonio Vonpfeil, entre dois amigos sentados, em Hamburgo-Alemanha, antes de vir para o Brasil.  
Fonte: Acervo de Luis Olílio Soares Pereira.

José Marcelino de Castro, também ensinou várias gerações nas décadas de 1930 e 1940. O sucessor na função é o filho de José Marcelino, Albertino de Castro (“Beto”), que exerceu em parte da década de 1940 e 1950; também nesta mesma época, mais três nomes figuram na nobre tarefa de ensinar a ler, escrever e fazer contas, que são: João José Xavier Bandeira<sup>71</sup>, Floriano Barbosa de Oliveira e Hilda Batista. Geralmente os professores particulares ministravam as aulas em sua própria casa.

<sup>70</sup> Natural de Hamburgo – Alemanha, (15/04/1863 – 18/11/1941) por motivos particulares imigrou para o Brasil contra sua vontade. Viveu até o fim de seus dias no terceiro subdistrito de Canguçu, faleceu em 18/11/1941, na cidade de Pelotas e está sepultado na parte antiga do cemitério São Francisco de Paula em Pelotas-RS.

<sup>71</sup> Pessoa que se destacava diante dos demais moradores daquela localidade, grande admirador da música, muito cedo aprendeu a tocar, mais precisamente o bandoneon, inclusive sempre era chamado para animar festas principalmente de casamentos e bailes. Cultuou o Terno de Reis e dedicou-se a fotografia, foi fotógrafo, não só da Coxilha dos Pereira, como de grande parte do interior do município de Canguçu.

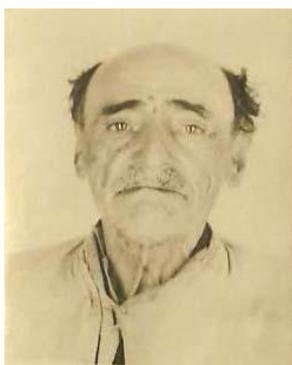


Figura 53 – Professor particular Alberto de Castro.

Fonte: Acervo de Olga Pereira de Mattos.



Figura 54 – Professor particular João José Xavier Bandeira.

Fonte: Acervo do autor.



Figura 55 – Professor particular Floriano Barbosa de Oliveira.

Fonte: Acervo de Diva Oliveira Papini



Figura 56 – Professora particular Hilda Batista.

Fonte: Acervo do autor.

Por volta de 1944, tem início, na Coxilha dos Pereira, a educação pública. A primeira professora foi Odila Fernandes Lopes<sup>72</sup> contratada pelo poder público. Arnaldo Cardoso de Oliveira com 79 anos e João Alcides Pereira das Neves com 73 anos, que foram alunos da primeira turma, são unânimes em suas lembranças do distante ano e relatam com muita afetividade o tempo de escola e, principalmente, a professora. Arnaldo com expressão de riso disse: “...nós ficávamos enciumados com a maneira que a professora Odila tratava o João Alcides, parecia ser mais zelosa com ele, que com nós, depois

<sup>72</sup> Nome de Solteira Odila Pontes Fernandes contratada pelo poder público municipal, em 24 de fevereiro de 1939, conforme consta na página 12, do Livro número 3 do Registro de Ingresso dos Servidores da Prefeitura Municipal de Canguçu – Departamento de Recursos Humanos.

entendemos ele era o *menorzinho* da turma...” Lembrou também que: “...eu me lembro que um *gurizinho*<sup>73</sup> chamado Narulo acompanhava a professora...”

Como não havia prédio próprio para a escola, Thuríbio Pereira das Neves, gentilmente cedeu uma sala de sua residência para serem ministradas as aulas, onde funcionou por alguns meses. Logo em seguida, João Batista Maurício Borges construiu uma sala mais ampla de Barro e Santa Fé, em sua propriedade, para onde foi transferido o colégio.

Os dois ex-alunos reconstituíram a turma, cujos integrantes eram: Arnaldo Cardoso de Oliveira, Cerílio Maurício Borges, Edes Xavier Pereira, Egi Oliveira, Eva Oliveira, João Alcides Pereira das Neves, João Miguel Ribeiro, Jonestro Pereira das Neves, Narulo Lopes, Neri Maurício Borges, Orlandina Pereira das Neves, Santa Terezinha Pereira Martins, Valdemar Pereira das Neves e Wenceslau Oliveira.

Os entrevistados lembram, ainda, que, no final daquele ano de 1944, alguém da Prefeitura de Canguçu ligado a educação foi *sabatina*<sup>74</sup> os alunos. Por motivo de doença, a referida professora afastou-se, voltando para sua casa e a escola foi fechada. Alguns dos alunos retornam para os professores particulares, nesta época o professor particular Floriano Barbosa de Oliveira, já citado anteriormente, foi quem assumiu alguns dos mesmos.



Figura 57 – Professora Pública Municipal Odila Fernandes Lopes.  
Fonte: Acervo de Julio Cesar Cruz Fernandes.

<sup>73</sup> Expressão usada pelo entrevistado para se referir ao menino. Em contato via e-mail feito com o Sr. Julio Cesar Fernandes, em Pelotas-RS, sobrinho da professora Odila, sobre Narulo ele diz: “...o menino que citam como acompanhante, na real era seu cunhado, irmão de Leontino, do qual ela cuidava e tratava, pois me foi relatado ter o menino (com aproximadamente 9 anos de idade) algum grau de deficiência física e mental e ela o levava para que também se instrísse junto dos outros...” (Contato via e-mail feito em 13/05/2011).

<sup>74</sup> Expressão utilizada na época para avaliar o grau de conhecimento e aprendizado dos educandos.

Em 1954, reabre a escola pública, na casa comercial de Orlando Pereira da Cunha; era apenas uma sala grande de madeira, com o nome de Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, e quem assume a escola é a professora Cecília de Abreu Prestes<sup>75</sup>, também contratada pela prefeitura de Canguçu.

As aulas eram ministradas do 1º ao 4º ano, pela mesma professora e na mesma sala, conforme nos relata Zeli Maria Pereira das Neves, que era moradora do local e precisou mudar-se para cidade de Canguçu, a fim de estudar, e quando abre então a escola, Zeli volta e termina seus estudos na própria localidade. Ela conta que a escola funcionou cerca de uns dois anos com o nome de Nossa Senhora de Fátima, posto pela professora Cecília. Mas, como já havia no município de Canguçu outra escola mais antiga e com o mesmo nome, que já possuía inclusive uma gruta em homenagem à Nossa Senhora de Fátima, a professora precisou trocar o nome, passando a chamar-se, a partir de então, Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo.

Zeli falou ainda o nome dos alunos dos quais lembrou que faziam parte da primeira turma: Albertina Martins Pereira, Almerinda Borges dos Santos, Alfeu Xavier Pereira, Antonio Moreira da Cunha, Celma Nunes Borges, Daltro Cunha das Neves, Doraci Rodrigues dos Santos, Elza Xavier Pereira, Francisca Xavier Pereira, Idelmiro Borges da Silva, Josino Martins da Cunha, Lenoir Nunes Borges, Margarida Pereira das Neves, Nedes Martins da Cunha, Santa Terezinha Borges dos Santos, Santo Osvaldo Martins Pereira e Zeli Maria Pereira das Neves.



Figura 58 – Professora Cecília de Abreu Prestes, 1956.  
Fonte: Acervo do autor.

---

<sup>75</sup> A professora Cecília de Abreu Prestes foi contratada, pelo poder público municipal, em 01 de Agosto de 1953, conforme consta na página 228, do Livro número 3 do Registro de Ingresso dos Servidores da Prefeitura Municipal de Canguçu – Departamento de Recursos Humanos. Permaneceu até novembro de 1962 quando faleceu.

**Escola Municipal**  
Nossa Senhora do Carmo

★

**BOLETIM MENSAL**

A ALUNA Zeli Maria da  
Sousa OBTVEU

AS SEGUINTE NOTAS:

**CLASSE: 13 ANO IIº**

1956	FÍSICA	COMP. PORT.	RELIGIÃO	LEITURAS	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS E ARTES	MÚSICA	EDUC. CÍVIL	OBSERVAÇÕES	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
Março	3	100	100	-	-	-	-	-		<i>Cecília de Jesus Faria</i>
Abril	7	100	100	70	80	100	70	100		
Mai	3	100	100	70	100	100	70	100		
Junho	2	100	100	100	70	100	70	100		
Julho	4	100	100	100	70	100	100	100		
Agosto										
Setembro										
Outubro										
Novembro										
Dezembro										

A PROFESSORA Cecília de Jesus Faria

Figura 59 – Boletim de notas da Aluna Zeli Maria, 1956.  
Fonte: Acervo de Zeli Maria Pereira das Neves.

De acordo com o relato dos ex-alunos Arnaldo e João Alcides, o início da escola pública da localidade se deu em 1944, com o contrato da professora Odila pelo então prefeito de Canguçu, Dr. Jaime de Farias. Arnaldo lembrou que a professora quando chegou se apresentou dizendo que havia sido designada para aquela localidade pelo prefeito Dr. Jaime de Farias. De acordo com Bento (1983), quando trabalhou em sua obra a relação dos prefeitos de Canguçu, percebemos que nesta época realmente governava Canguçu Dr. Jaime de Farias:

Quarto: Dr. Jaime de Farias

Assumiu em 19 jan de 1938 o cargo de prefeito para o qual fora nomeado pelo interventor. Esta administração durou até 31 out de 1945, final do Estado Novo. Data de sua administração o conjunto Fórum, Cadeia Civil, Delegacia de Polícia, Praça de esportes Dr. Jaime de Farias, Grupo escolar, etc. (BENTO, 1983, p. 126).

O decreto de lei municipal número 090/77, de 15/12/1977, (conforme cópia nos anexos deste trabalho), que oficializa o funcionamento da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, foi assinado somente em 1977 e faz referência ao funcionamento da escola desde março de 1950. Na verdade,

como vimos, anteriormente, segundo relatos, a referida escola da localidade de Coxilha dos Pereira funciona desde 1944.

A professora Cecília casou-se com Valdemar Pereira das Neves e construíram uma sala em sua nova residência, onde passou a funcionar a escola. Por ocasião de seu segundo parto, em novembro de 1962, faleceu, tendo permanecido na escola oito anos, onde somente ela atendia as turmas. Com a morte da professora Cecília, quem assume a escola é a professora Saula Costa. Foi ela quem terminou o ano letivo de 1962, começado por Cecília, e voltou em março de 1963, ficando mais alguns anos. A escola voltou a funcionar na residência de Orlando Pereira da Cunha, no prédio de madeira, mandado construir por ele para essa finalidade, onde ficou até ser construído prédio próprio pela prefeitura municipal.



Figura 60 – Professora Saula Costa, com os alunos, 09/04/1964.  
Fonte: Acervo de Iolanda Maria Pereira da Cunha.

Por volta de 1965, devido ao grande número de alunos, assume também na escola a professora Maria Martins da Silva, natural de Piratini. Ao ser entrevistada, Iolanda Maria Pereira da Cunha lembra que, em 1966, Maria já estava na escola, pois também foi sua aluna e figura na foto abaixo lembrando e identificando inclusive os demais colegas.

Nas fotos (Figuras 60 e 61), podemos constatar a posição da professora ocupando um papel de destaque na frente dos alunos e de certa forma sobressaindo-se aos mesmos. Outro detalhe é o uniforme e postura dos alunos; convém salientar que nesta época vivia-se o período do Regime

Militar<sup>76</sup> no Brasil. É, em 1969, que foi implantada nas escolas a disciplina de “Moral e Cívica”, disciplina que ensinava e reforçava o patriotismo, quando obrigatoriamente uma vez por semana, no mínimo, as escolas deveriam promover um momento cívico envolvendo professores e alunos, com o hasteamento da bandeira brasileira e canto do hino nacional.



Figura 61 – Professora Maria Martins da Silva, com os alunos.  
Fonte: Acervo de Iolanda Maria Pereira da Cunha.

Atenderam, ainda, a escola as professoras: Teoflina Madeira Antunes, natural de Piratini, Ieda Nunes Borges, Eva Lenoir Nunes Borges e Leila Borges Meireles, as três últimas da própria localidade. Estas professoras exerceram as atividades temporariamente na escola, auxiliando a professora Saula, que nesta época já havia voltado para a escola após ter ficado um ano fora, dando aula em outra localidade. Das quatro, Leila foi a que permaneceu mais tempo na escola. É notória (Figura 62) a presença da bandeira nacional frente à educação, o que nos reporta novamente a época do Regime Militar, na foto solene de formatura da professora Teoflina, a mesma cobre toda a parede de fundo.

---

<sup>76</sup> O período do Regime Militar no Brasil segundo o autor a seguir foi: “depois do golpe de 1964, os militares mantiveram o poder político no Brasil por 21 anos” (SKIDMORE, 1998, p. 225), portanto de 1964 a 1985.



Figura 62 – Professora Teofina Madeira Antunes, no globo sobre a mesa sua professora Lucila Neves, do curso normal do colégio Ponche Verde em Piratini-RS.

Fonte: Acervo de Alessandra Guastuci Sória.



Figura 63 – Prof.<sup>a</sup> Eva Lenoir Nunes Borges.  
Fonte: Acervo de Osmar Borges da Silva.



Figura 64 – Prof.<sup>a</sup> Leda Nunes Borges.  
Fonte: Acervo de Osmar Borges da Silva.



Figura 65 – Prof.<sup>a</sup> Leda Nunes Borges.  
Fonte: Acervo de Osmar Borges da Silva.



Figura 66 – Prof.<sup>a</sup> Leila Borges Meireles.  
Fonte: Acervo de Osmar Borges da Silva.



Figura 67 – Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo da Coxilha dos Pereira no 3º Subdistrito de Canguçu, construída em 1971, setembro de 2004.  
Fonte: Acervo do autor.

Finalmente no ano de 1969, a escola inaugura seu prédio próprio (figura 67) todo de alvenaria construído pela prefeitura municipal, no terreno doado por Jaime Pereira das Neves. As novas instalações contavam com três salas e mais um apêndice para residência da professora. No seguinte ano de 1970, assume na escola a professora Loecy Soares Pereira, atuando até o ano de 1971, Conforme contato telefônico com a mesma que reside na cidade de Porto Alegre, em 12/05/2011, ela lembra que quando assumiu na escola, em 1970, no prédio novo recentemente inaugurado, atendia as turmas de 4º e 5º ano pela manhã, já que estava habilitada a trabalhar com 5º ano e Saula 1º, 2º e 3º ano, à tarde.

O ex-aluno Valdeni Cunha da Costa (50 anos), que inclusive é um dos alunos da fotografia (Figura 66), quando entrevistado lembrou com grande afeto dos tempos de estudante, quando fazia parte do corpo discente da escola, referiu-se também as suas três ex-professoras Saula, Loecy e Ieda. Lembrou e cantou partes do hino da escola, que ele jamais esqueceu:

Salve, Salve/ A escola municipal/  
Nossa Senhora do Carmo/ Pra mim és principal.  
Nossa Senhora do Carmo/ onde aprendi o ABC/  
De ti sempre lembrarei/ Mesmo depois de crescer. (Em 27/09/2011).



Figura 68 – Professora Loecy Soares Pereira, com os alunos, 1971.  
Fonte: Acervo de Iolanda Maria Pereira da Cunha.



Figura 69 – Professora Loecy Soares Pereira, com os alunos, 1971.  
Fonte: Acervo de Iolanda Maria Pereira da Cunha.

Ao observarmos as fotos (Figuras 68 e 69), percebemos com clareza, mais uma vez, através do uniforme e postura dos alunos em posição de sentido, o ordenamento e disciplina dos corpos que, segundo o autor Michel Foucault (1977), em sua obra “Vigiar e Punir” quando trabalha “Corpos Dóceis”, nos fala que o corpo quanto mais novo, mais fácil ele é de ser disciplinado, o que o tornaria mais produtivo, submisso e eficiente, e, com isto, mais fácil de uma empresa gerenciá-lo no futuro. Temos aí mais uma vez a presença da bandeira nacional reforçando o regime brasileiro.



Figura 70 – Professora Saula Costa, com os alunos, 1975.  
Fonte: Acervo do autor.

Na foto (Figura 70), figura entre os alunos o autor deste trabalho, sendo o segundo da esquerda para a direita. Ainda tínhamos nesta época a obrigatoriedade do uso do uniforme para permanecer dentro da sala de aula, sendo inclusive permitido ao professor mandar embora para casa aquele aluno que, por algum motivo, não estivesse usando a parte de cima do uniforme. Devido às condições financeiras dos moradores locais, ficou livre a parte de baixo do uniforme, que anteriormente era obrigado a ser saia para as meninas e calça comprida para os meninos. A partir de então, era apenas solicitado para aqueles que possuíssem uma calça azul-marinho, que procurassem fazer uso da mesma tanto para alunos, como para alunas. A túnica de uso obrigatório para ambos era de um tecido xadrez miúdo em tons de branco com azul-claro, que foi escolhido pela professora Saula na época. Os alunos deveriam usar gravata e as alunas um laço de fitas em forma de tope, ambos em azul-marinho.

Gessi Cunha Borges, no ano de 1977, assume a escola, no lugar da professora Saula, que entrou em licença.



Figura 71 – Professora Gessi Cunha Borges, com os alunos, 1977.  
Fonte: Acervo do autor.

A foto (Figura 71) nos remete ao ano de 1977, embora ainda vivendo no Brasil o período militar, o uniforme é abolido em função do poder aquisitivo dos moradores. Percebe-se apenas a terceira aluna da esquerda para a direita fazendo o uso do mesmo. Lembro-me que muitos de nós já conseguimos a expressar a vontade de usar nossas próprias roupas para frequentar as aulas.

A professora Nilza Maria Borges Morales assumiu a escola no ano de 1978 e em 1979 a professora Idalina Nunes Borges, que passou a realizar o trabalho em conjunto com Nilza. A partir desta época, nota-se também uma diminuição na quantidade de alunos.



Figura 72 – Professora Idalina Nunes Borges, com os alunos.  
Fonte: Acervo de Zelton Rogério Pereira das Neves.

Nas próximas fotos, referentes à educação, percebemos que a escola, apesar de estar localizada na zona rural, já começa a apresentar aspectos onde os alunos aparentam nas fotos estarem mais à vontade, o que evidencia o afrouxamento e a abertura do Regime Militar.



Figura 73 – Professora Nilza Borges Morales, com os alunos.  
Fonte: Acervo de Rosângela da Silva Rodrigues.



Figura 74 – Professora Nilza Borges Morales, com os alunos, 2001.  
Fonte: Acervo de Tarciane Martins da Silva.

No ano de 1989, a escola cedeu uma sala para a Escola municipal Capitão Bento Cunha, onde a professora Cleonice Cunha da Cunha atendeu uma turma de quinta série, com crianças da localidade. No ano de 2003, assume no lugar de Nilza Maria, que se afastou por motivo de aposentadoria, a professora Márcia Silva da Costa, que ficou por um ano.



Figura 75 – Professora Cleonice Cunha da Cunha.  
Fonte: Acervo de Irene Cunha das Neves.



Figura 76 – Professora Cleonice Cunha da Cunha, com os alunos, 1989.  
Fonte: Acervo de Soila de Mattos Bandeira.



Figura 77 – Professora Márcia Silva da Costa, com os alunos, 2003.  
Fonte: Acervo de Lucas Farias da Cunha.

E por último, no ano de 2004, veio a professora Ana Paula Santos Almeida, que foi a última professora a exercer as atividades nesta escola. Na foto (Figura 79), por ocasião da semana Farroupilha, alguns alunos usando como indumentária a pilcha gaúcha, onde o primeiro aluno da esquerda para a direita aproveita para exibir seu cavalo, que era seu meio de transporte, já que a escola ficava a seis quilômetros de distância de sua residência. Essa maneira muito à vontade da professora com os alunos, nos evidenciam as reformas educativas, pelas quais passou o ensino ao longo dos anos, principalmente se compararmos com as primeiras fotos referentes à educação neste trabalho.



Figura 78 – Professora Ana Paula Santos de Almeida, dezembro 2003.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 79 – Professora Ana Paula Santos de Almeida, com os alunos, Setembro de 2004.  
Fonte: Acervo de Lucas Farias da Cunha.

A Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo encerrou suas atividades na localidade da Coxilha dos Pereira, em dezembro de 2004, devido ao pequeno número de alunos matriculados e também pelo motivo de passar transporte gratuito, na frente da escola, levando alunos para escolas maiores.

A escola não foi extinta, por constar no senso escolar<sup>77</sup>, suas atividades foram transferidas no ano de 2005, para a extinta “Escola Estadual Secundino Silveira da Silva”, localizada na Vila Silva, no terceiro subdistrito de Canguçu. O estado doou as instalações da extinta escola estadual para a Prefeitura Municipal, que para lá transferiu as atividades da Escola Nossa Senhora do Carmo, onde funcionou por alguns meses com o nome de “Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Carmo”, até que um grupo de moradores da Vila Silva encaminhou uma solicitação para que o nome da escola fosse trocado e voltasse a se chamar Secundino Silveira da Silva, argumentando que para eles era a referência de educação daquela localidade. O decreto municipal número 4.073/2006 de 19/01/2006, conforme cópia em anexo, nos deixa bem claro esse processo, passando em 2006 a chamar-se “Escola Municipal de Ensino Fundamental Secundino Silveira da Silva”.

Os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Carmo, da Coxilha dos Pereira, foram absorvidos por duas escolas polo da

---

<sup>77</sup> Trata-se de um Controle Federal da Educação, segundo a Técnica de Suporte Pedagógico da Secretaria Municipal de educação de Canguçu, Auta Sirlei Barbosa de Oliveira.

localidade vizinha denominada Faxinal, sendo uma estadual e outra municipal. Na do município, “Escola Municipal de Ensino Fundamental Euclides da Cunha”, funciona somente o ensino fundamental e na do estado, “Escola Estadual Senador Alberto Pasqualini”, todo o ensino básico. Ficou opcional para os alunos optarem por uma das duas escolas polo citadas, já que o transporte os leva até as duas. Pelo que foi percebido junto aos alunos, essa transferência para uma das duas escolas foi de fácil adaptação e não causou evasão escolar.

### **3.2.4. Saúde**

Com relação à saúde, no início os filhos nasciam com as parteiras de campanha<sup>78</sup>, pois além de não existir hospital em Canguçu, ficava muito distante e também não tinha meio de transporte a não ser de tração animal. Ficava praticamente impossível buscar um recurso da cidade e, principalmente, pelo próprio estado de saúde das gestantes.

Maria Joaquina Martins Borges<sup>79</sup> morava na localidade vizinha do Faxinal, exerceu as atividades de “Parteira de Campanha”, sendo uma das mais famosas daquela região pela prática e orações que fazia durante os partos, sempre atendia os chamados nas residências de gestantes de sua localidade e arredores. Sua bisneta Odete Moreira das Neves relatou que sempre ouvia seu pai falar que Maria Joaquina deslocava-se para a Coxilha dos Pereira, montada a cavalo em um selim de veludo vermelho, que ela chegou a conhecer. Inclusive deixou o ofício de parteira de campanha e o selim para sua filha Francelina Martins Borges (“França Velha”).

---

<sup>78</sup> Aquela que entendesse um pouquinho mais a respeito do assunto já estava habilitada a assistir e a auxiliar as gestantes da época.

<sup>79</sup> (1888 -1940), (Lv. C7 – Fl. 140v, Reg. Civil 3º Subdistrito de Canguçu-RS).



Figura 80 – Maria Joaquina Martins Borges, Parteira de Campanha, década de 1930.

Fonte: Acervo do autor.

Tereza Raffo (“Tereza Baiana”), às vezes, era chamada da localidade vizinha de Rincão do Progresso. Rosa Costa e Francelina Martins Borges (“França Velha”) exerceram a atividade e eram moradoras no Faxinal e sempre que necessário deslocavam-se para a Coxilha dos Pereira. Francelina herdou o ofício de sua mãe. Odete, que era sua sobrinha neta contou que:

“[...] ela era uma pessoa muito engraçada e curiosa, era uma boa pessoa, atendia as gestantes geralmente de graça, mas não abria mão de sua curiosidade, falava com uma voz fina e cantada e sempre vinha a cavalo, fazer partos aqui nos Pereira, jamais fazia um parto sem descobrir o verdadeiro pai da criança; quando se tratava de uma moça solteira ou algum caso conjugal duvidoso, dava sempre um jeito de descobrir, argumentando que se caso não contassem para ela a verdade, sobre o verdadeiro pai da criança, a mesma não nasceria ou então que a mãe não seria bem sucedida no parto, estas em apuros acabavam revelando seus segredos [...]”



Figura 81 – Francelina Martins Borges, Parteira de Campanha.

Fonte: Acervo do autor.

Doracina Pereira Borges<sup>80</sup> foi o primeiro nome da localidade a prestar serviços como parteira. Pessoa de grande bondade, não costumava atender

---

<sup>80</sup> (1914 -1989), Nascida e falecida em Canguçu-RS, onde está sepultada, segundo sua neta Rosane dos Santos Zanetti.

outros lugares e nem cobrava de ninguém, apenas fazia pra servir suas vizinhas e amigas. Foi com ela que nasceu o autor deste trabalho na Coxilha dos Pereira, no ano de 1966.



Figura 82 – Doracina Pereira Borges, Parteira de Campanha. 14/11/1987.  
Fonte: Acervo de Rosane dos Santos Zanetti.

Paulina Souza da Cunha<sup>81</sup> também exerceu a função, era da localidade e só atendia para ajudar as pessoas que dela precisassem, seu neto Valdeni Cunha da Costa lembra que muitas vezes viu buscarem-na de carroça, quando a casa da gestante ficava mais distante. Com ela nasceram muitas crianças da localidade, inclusive Zelton Rogério, irmão do autor, no ano de 1970.



Figura 83 – Paulina Souza da Cunha, Parteira de Campanha. 19/01/1987.  
Fonte: Acervo de Valdeni Cunha da Costa.

Alguns sintomas mais simples e às vezes casos até mais complicados se valiam dos proprietários de livros homeopatas, que preparavam fórmulas e prescreviam remédios caseiros. Os nomes mais conhecidos eram de José

---

<sup>81</sup> (1910 – 2006), Nasceu em 05/05/1910 em Canguçu-RS e faleceu em 25/08/2006 em Pelotas-RS onde está sepultada, segundo seu neto Valdeni Cunha da Costa.

Marcelino Castro, Paulino Pereira das Neves<sup>82</sup>, Sinfrônio Olinto da Silva, Seu Chaves e Eulálio Pereira das Neves<sup>83</sup>. Eles prescreveram remédios caseiros e homeopatas a várias gerações da Coxilha dos Pereira. É claro que esse procedimento era para casos mais simples, quando se tratava de casos mais complicados procuravam os médicos na cidade.



Figura 84 – Paulino Pereira das Neves.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 85 – Sr. Chaves.  
Fonte: Acervo do autor.

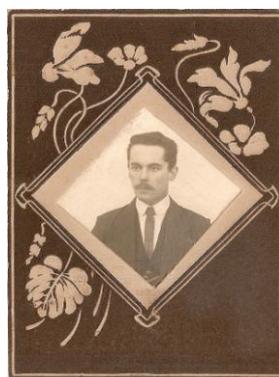


Figura 86 – Sinfrônio Olinto da Silva.  
Fonte: Acervo de Neida Pereira Goulart.



Figura 87 – Eulálio Pereira das Neves.  
Fonte: Acervo do autor.

Com o surgimento do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira e, mais tarde, da Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores e paralelamente um Posto de Saúde, a prática das medicações caseiras terminou.

No ano de 1991, por iniciativa de Acimar Pereira das Neves, juntamente com um grupo de pessoas, foi criado na Coxilha dos Pereira, um centro comunitário que tinha o nome de “Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira”, que funcionou durante dezessete anos. A data de fundação foi 19 de outubro de 1991<sup>84</sup> e de encerramento 20 de dezembro de 2008<sup>85</sup>. Este centro visava trazer alguns benefícios aos sócios, como: aluguel de implementos agrícolas, fornecimento de sementes, treinamentos para procedimentos pecuários, curso de artesanato e outros. Também tinha como objetivo proporcionar o

<sup>82</sup> (1878 – 1940) nasceu em 22/06/1878 e faleceu em 04/08/1940.

<sup>83</sup> (1923 – 2006) nasceu em 23/05/1923 e faleceu em 28/11/2006.

<sup>84</sup> Conforme ata número 01/91, página 001, do livro de atas, do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira.

<sup>85</sup> Conforme ata número 56, página 030 verso, do livro de atas, do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira.

atendimento dos serviços de saúde através da unidade móvel de atendimento e um agente de saúde. Sendo que o agente de saúde fazia parte de um programa em parceria do governo do estado com as prefeituras municipais, interligadas aos centros comunitários, onde o candidato deveria passar por um processo seletivo e cursos de treinamento. O agente de saúde da localidade foi Cátia Regina Moreira das Neves.

A primeira diretoria<sup>86</sup>, de 1991 a 1993, Presidente: Anécio Martins Borges, Tesoureiro: Marcos Rogério Rossales Borges e Secretário: Dácio Cunha das Neves. A segunda diretoria<sup>87</sup>, de 1993 a 1995, Presidente: Antônio Nunes de Almeida, Tesoureiro: Vilmar Nunes da Cunha e Secretário: Paulo Francisco Meireles Pereira. A terceira diretoria<sup>88</sup>, de 1995 a 1997, Presidente: Acimar Pereira das Neves, Tesoureiro: Vilmar Nunes da Cunha e Secretário: Jaime Pereira das Neves. A quarta diretoria<sup>89</sup>, de 1997 a 1999, Presidente: Acimar Pereira das Neves, Tesoureiro: Jaime Pereira das Neves e Secretário: Jones Paz das Neves. A quinta diretoria<sup>90</sup>, de 1999 a 2002, Presidente: Vilmar Nunes da Cunha, Tesoureiro: Acimar Pereira das Neves e Secretário: Paulo Francisco Meireles Pereira. A Sexta diretoria<sup>91</sup>, de 2002 a 2003, Presidente: Jones Paz das Neves, Tesoureiro: Acimar Pereira das Neves e Secretário: Jordana Rodrigues das Neves. A Sétima diretoria<sup>92</sup>, de 2003 a 2006, Presidente: Acimar Pereira das Neves, Tesoureiro: Rodrigo Reiznautt Rodrigues e Secretário: Jordana Rodrigues das Neves. A Oitava diretoria<sup>93</sup>, de 2006 a 2008, Presidente: Zeni Bento Moreira, Tesoureiro: Acimar Pereira das Neves e Secretário: Gustavo Motta dos Santos.

---

<sup>86</sup> Conforme ata número 01/91, página 001, do livro de atas, do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira.

<sup>87</sup> Conforme ata número 06, página 005 verso, do livro de atas, do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira.

<sup>88</sup> Conforme ata número 14, página 009, do livro de atas, do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira.

<sup>89</sup> Conforme ata número 24, página 014, do livro de atas, do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira.

<sup>90</sup> Conforme ata número 31, página 017, do livro de atas, do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira.

<sup>91</sup> Conforme ata número 38, página 020 verso, do livro de atas, do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira.

<sup>92</sup> Conforme ata número 48, página 027, do livro de atas, do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira.

<sup>93</sup> Conforme ata número 55, página 030, do livro de atas, do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira.

O principal motivo que levou ao fechamento do centro foi a morte de Acimar em um trágico acidente no dia 07 de Março de 2007, já que o mesmo funcionava em sua residência.



Figura 88 – Diretoria do Centro Comunitário da Coxilha dos Pereira, 1994.  
Fonte: Acervo Iolanda Maria Pereira da Cunha.

Em 17 de Outubro de 2002<sup>94</sup>, outro grupo de moradores se mobilizou para a criação de uma nova associação no local, cujos objetivos eram os mesmos do centro, mas que fosse totalmente independente e desvinculada de residências particulares. O terreno para a construção da sede foi doado<sup>95</sup> por Laurindo Soares Mota. Junto à associação funciona um posto de saúde.

No dia 16 de Março de 2007, foi inaugurada a nova sede da Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores e Posto de Saúde, com ato inaugural às 10 horas, e meio-dia, churrasco<sup>96</sup>. A primeira diretoria<sup>97</sup>, de 2002 a 2004, Presidente: Luis Orlando da Cunha, Tesoureiro: Celso Pereira de Mattos e Secretário: Paulo Francisco Meireles Pereira. A segunda diretoria<sup>98</sup>, de 2004 a 2006, Presidente: Celso Pereira da Mattos, Tesoureiro: Antonio Nunes Almeida e Secretário: Rosa Maria Fonseca de Mattos. A terceira diretoria<sup>99</sup>, de 2006 a 2008, Presidente: Antonio Nunes de Almeida, Tesoureiro: Ieda Santos

<sup>94</sup> Conforme ata número 01, página 001, do livro de atas, da Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores.

<sup>95</sup> Conforme ata número 03, página 002, do livro de atas, da Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores.

<sup>96</sup> Conforme ata número 021/2007, página 009, do livro de atas, da Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores.

<sup>97</sup> Conforme ata número 01, página 001, do livro de atas, da Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores.

<sup>98</sup> Conforme ata número 08/2004, verso página 003, do livro de atas, da Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores.

<sup>99</sup> Conforme ata número 15/2006, página 006, do livro de atas, da Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores.

Almeida e Secretário: Rosa Maria de Mattos Fonseca. A quarta diretoria<sup>100</sup>, de 2008 a 2010, Presidente: Ieda dos Santos Almeida, Tesoureiro: João Alcides Pereira das Neves e Secretário: Gessi Martins Borges. A quinta diretoria<sup>101</sup>, atual, Presidente: Antonio Nunes de Almeida, Tesoureiro: João Alcides Pereira das Neves e Secretário: Maria Nazarete das Neves Soares.



Figura 89 – Posto de Saúde que funciona junto à Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores.  
Fonte: Acervo do autor, 14/06/2008.



Figura 90 – Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores, 2007  
Fonte: Acervo de João Alcides Pereira das Neves.

A localidade possui um Cemitério particular da família, cujo primeiro sepultamento aconteceu em 1924, que é justamente quando tem início o campo santo, onde geralmente são enterrados seus mortos.

Damásio Pereira das Neves (93) contou que o cemitério teve início com o sepultamento de sua mãe, Corinha Ribeiro Pereira. O local onde foi construído era um alto bonito e limpo, apenas com uma árvore que fazia uma

<sup>100</sup> Conforme ata número 04/2008, página 012, do livro de atas, da Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores.

<sup>101</sup> Conforme ata número 12/2010, verso página 014, do livro de atas, da Associação Comunitária da Coxilha dos Pereira e Arredores.

sombra muito agradável no verão. Seu pai Olílio Pereira das Neves gostava de descansar um pouco, após o meio-dia, e sua mãe costumava nas tardes de verão pegar os filhos menores e levava-os para brincar à sombra, embaixo da árvore, para que não fizessem barulho nas dependências da casa onde seu pai descansava. Um dia ela falou que gostava muito daquele local e que quando morresse gostaria de ser sepultada embaixo da árvore. Corintha faleceu repentinamente com 36 anos de idade, em 15 de agosto de 1924, e seu pedido foi atendido, tendo sido sepultada no chão; logo em seguida foi construído o jazigo em cima de sua sepultura, na foto abaixo, o terceiro da esquerda para a direita. Após foi construído mais um jazigo à esquerda, para os pais de Olílio e, em terceiro lugar, o da direita para seu irmão Henrique. Posteriormente mais seis, ficando um total de nove jazigos.

De acordo com a ordem dos jazigos na foto abaixo (Figura 80), foram sepultados os seguintes falecidos nos respectivos anos: *Primeiro Jazigo, na frente, da esquerda para a direita*: Eulálio Pereira das Neves (2006), Geni Pereira da Cunha (1990), Neimar Cunha das Neves (2008) e Nilton Morales Pereira (2009). *Segundo jazigo, na frente, da esquerda para a direita*: Adelaide Leontina Bandeira Pereira (1985), Cecília Prestes das Neves (1962), Dalva Ribeiro Martins (2006), Dieu Meireles Martins (2009), Flordelmira Pereira das Neves (por volta de 1930), Henrique Pereira das Neves (faleceu em 1906 seus restos mortais foram trazidos do cemitério do Faxinal por volta de 1930), Idalino Pereira das Neves (1941), Jonestro Pereira das Neves (1982), Judite Ribeiro das Neves (1939), Maria Joaquina Barbosa Pereira (1912 seus restos mortais foram trazidos do cemitério do Faxinal por volta de 1930), Maria Leonor Meireles de Matos (1972 seus restos mortais foram transferidos para o cemitério de Canguçu por volta de 1977), Maria Maximilia Pereira das Neves (1936), Maria Primitiva Ribeiro Meskó (1957 seus restos mortais foram transferidos para Cemitério dos Lessa, na Florida, 2º Subdistrito de Canguçu-RS, por volta de 1960), Thuríbio Pereira das Neves (1960) e Turíbio Ribeiro das Neves (1957). *Terceiro jazigo, na frente, da esquerda para a direita*: Alberto Xavier Pereira (1960), Auta Pereira Morales (1980, transferida do cemitério dos Louzadas no 3º Subdistrito de Canguçu em 1982), Corintha Ribeiro Pereira (1924 chão sob o jazigo), Dalva Xavier das Neves (1946), Elvira Xavier Pereira (1941), Francisco de Paula Pereira das Neves (1992), Maria

Rodrigues das Neves (1975), Olílio Pereira das Neves (1955), Orlandina Pereira das Neves (2005), Patrício Pereira das Neves (1971) e Sotéria Pereira (por volta de 1927). *Quarto jazigo, na frente, da esquerda para a direita*: Alídia Pereira das Neves (1994), Alípio Pereira das Neves (1968), Francisco Pereira das Neves (1932), Gratulino Pereira das Neves (1930), Henrique Pereira das Neves (1948), Isolina Gularte Pereira (1961), Nelci Pereira das Neves (1966), Odília Martins Pereira (por volta de 1957), Olíbio Pereira das Neves (1982), Olília Pereira das Neves (1989), Terezinha Lueci Martins Pereira (1951) e Valter Pereira das Neves (1950). *Quinto jazigo, na frente, da esquerda para a direita*: Almerinda Pereira da Cunha (1972), Cantídia Soares da Cunha (1948), Celso Pereira das Neves (1953), Cirlei Morales Pereira (1951), Daizi Pereira Martins (1961), Elzira Morales Pereira (2004), Jesus Emir Pereira de Mattos (1966), Lorena Pereira da Cunha (1972), Nelson Pereira da Cunha (1979), Nestor Morales Pereira (1964), Nilza Pereira Ribeiro (2004), Orlando Pereira da Cunha (1966), Toríbio Pereira da Cunha (1987) e Valdemar Borges Leal (1976). *Sexto jazigo, atrás, da esquerda para a direita*: Ildo Pereira Martins (1982, transferido de Canguçu em 2008) e Santo Orlandino Pereira Martins (2010). *Sétimo jazigo, atrás, da esquerda para a direita*: Adelaide Margarete Pereira das Neves (1962), Albertina Ribeiro Bandeira (1997), Candido Lessa Idiartt (2005, seus restos mortais foram transferidos para o cemitério de Canguçu em 2011), Enedina Borges das Neves (1975), Ermelino Xavier Bandeira (1983), Eva Cardoso Bandeira (por volta de 1972), João José Pereira Bandeira (1946), João José Xavier Bandeira (1988, seus restos mortais foram transferidos para o cemitério de Canguçu em 2011), João Carlos Cardoso Bandeira (por volta de 1970), José Antonio Bandeira (1950), José Henrique Pereira Bandeira (1962) e Maximilia Xavier Bandeira (1971). *Oitavo jazigo, atrás, da esquerda para a direita*: Álisson Duarte Ribeiro (2001), Fé Soares Pereira (1975), Jacintha Soares Louzada (no chão sob o jazigo por volta de 1938), João Miguel Ribeiro (2011), José Antonio Soares Ribeiro (no chão sob o jazigo por volta de 1949), Jovêncio Pereira (no chão sob o jazigo em 1942), Leda Ribeiro (no chão sob o jazigo por volta de 1950), Luis Gustavo Espírito Santo Borges (1958) e Natália Duarte Ribeiro (1993). *Nono jazigo, atrás, da esquerda para a direita*: Abílio Pereira (por volta de 1926), Cesária Pereira (por volta de 1948), Jaime Pereira das Neves (2003), Jaina Maria das Neves Sassi

(2011), Maria José Pereira (por volta de 1940), Olavo Pereira das Neves (1994) e Universina da Cunha (por volta de 1965). *Sepulturas no chão, fora dos jazigos*: Francisco de Assis Espírito Santo Borges (1956), Francisco de Paula Pereira (por volta de 1948), Lizara Martins Pereira (1978) e Volmar dos Santos Pereira (1989).



Figura 91 – Cemitério Particular da Família na Coxilha dos Pereira.  
Fonte: Acervo do autor, 28/08/2005.

Por tradição, desde o começo do cemitério em 1924, as 90 pessoas lá sepultadas estão colocadas com os pés voltados para frente. No último sepultamento, ocorrido em 26 de Setembro de 2011, do senhor João Miguel Ribeiro, tendo sido inclusive um dos entrevistados que contribuiu com informações para a realização deste trabalho, dois funcionários de uma funerária de Pelotas o colocaram ao contrário dos demais, com a cabeça voltada para frente, argumentando ser aquela a posição correta. Alguns dos moradores locais, que acompanhavam, argumentaram que então todos os outros 89 que estavam sepultados lá na posição como de costume, agora era impossível de serem desvirados. Quando já estavam realizando o fechamento do túmulo, os familiares do falecido pediram que o retirassem e o colocassem na posição dos demais, o que foi feito.

### 3.2.5. Cultura: Arquitetura, Linguagem, Gastronomia, Festas e Costumes

Falar em cultura diante da atual configuração, onde vivemos um acelerado processo de globalização mundial, torna-se cada vez mais difícil, mas graças à revitalização de culturas populares e tradicionais de diferentes grupos étnicos principalmente, é garantir a manutenção da diversidade cultural na sua essência.

Os casais açorianos, ao deixarem seu distante arquipélago para povoar a terra gaúcha, trouxeram, em suas bagagens, uma riqueza cultural enorme. Ao chegarem aqui, encontraram uma população conforme nos relata os autores a seguir:

[...] uma quantidade de militares oriundos de Minas Gerais, alguns portugueses de Rio Grande, outros remanescentes da Colônia do Sacramento, alguns de São Paulo, outros do Rio de Janeiro, poucos estrangeiros, poucos índios e escravos negros. Era uma população muito eclética com pouca ou nenhuma integração. Mas ao contrário, a família açoriana chega e bem estruturada em termos de trabalho, com a sua tradição religiosa e com um lazer (festas, danças e de um rico folclore) (JACCOTTET, AMARAL & MATTOS, 1999, p. 283).

Logo essa gente perdida e desintegrada, principalmente distante de suas famílias, passa a integrar-se aos açorianos e praticamente aconteceu um processo de transformação diante da cultura açoriana.

#### Arquitetura

Com relação à arquitetura, encontramos também casarões de modelo retangular, comuns na Ilha Terceira – Açores - Portugal, com cimalthas ricamente trabalhadas, telhados com beiral e “Peito de Pomba” nos quatro cantos, que invocam a proteção do Divino Espírito Santo sobre a casa e a família que nela habita, portas com bandeiras e as janelas em guilhotina.



Figura 92 – Casarão construído entre 1860 e 1880, por bisneto de casal açoriano, na Coxilha dos Pereira.  
Fonte: Acervo do autor, 02/07/2006.



Figura 93 – Janela em guilhotina, casa construída entre 1860 e 1880, por bisneto de casal açoriano, na Coxilha dos Pereira.  
Fonte: Acervo do autor, 2006.

O antigo casarão que aparece na foto (figura 92) pertenceu e foi construído por Henrique Pereira das Neves, bisneto do casal açoriano Francisco e Bárbara, que serviu para abrigar seus 11 filhos. Apenas é possível saber que foi construído entre as décadas de 1860 e 1880; sendo o mais antigo do local, revela detalhes de uma arquitetura com grande influência açoriana. Cimalhas ricamente trabalhadas contornando o beiral e as janelas em guilhotina lembram as construções do longínquo arquipélago. Apesar do tempo, a casa ainda mantém detalhes originais, acima de uma das janelas está registrada a data da última reforma 1908.



Figura 94 – Casarão construído em 1918, por trisneto de casal açoriano, na Coxilha dos Pereira, 2002

Fonte: Acervo do autor.



Figura 95 – Canto com beiral de telhado e cimalhas, casa construída em 1918, por trisneto de casal açoriano, na Coxilha dos Pereira, 2002.

Fonte: Acervo do autor.

A casa (figura 94) foi construída em 1918, é a segunda mais antiga da localidade, serviu de residência de Celso Pereira das Neves, trisneto de casal açoriano e sua segunda família. Também possui cimalhas bem trabalhadas contornando o beiral, com pátio interno e vários outros detalhes da construção original.



Figura 96 – Casarão construído em 1921, por trisneto de casal açoriano, na Coxilha dos Pereira, 2007

Fonte: Acervo do autor.



Figura 97 – Canto com telhado de beiral e peito de pomba, casa construída em 1921, por trisneto de casal açoriano, na Coxilha dos Pereira, 2005.

Fonte: Acervo do autor.

O casarão (figura 96) foi construído em 1921, para ser a residência de Thuríbio Pereira das Neves, também trisneto de casal açoriano é o terceiro mais antigo do local, apresenta detalhes da arquitetura original, que prontamente também nos remete aos açores. Beiral com cimalkas e cantos com peito de pomba, que servia para invocar a proteção do Divino Espírito Santo para a proteção da família que nela habite. Sua construção em forma de “U” possui jardim central, alpendre e muro vazado na parte dos fundos.

Os três casarões mostrados acima apresentam a sala como o maior cômodo da casa, pois era onde recebiam as visitas, iniciavam namoros, faziam as cantorias, realizavam batizados, velórios e bailes familiares. Outra característica dos três casarões eram os fornos no funda da casa para assar o

pão. No próprio cemitério da localidade, trabalhado no item anterior (figura 91), encontramos presente a arquitetura açoriana na construção principalmente dos jazigos mais antigos.

A presença da cultura açoriana, materialmente, se verifica na presença do estilo arquitetônico de algumas casas que ainda resistem ao tempo.

### Linguagem

“Uma das áreas de maior influência açoriana na cultura rio-grandense é na do idioma”. (LAYTANO, 1987, p. 158). Na localidade em estudo, é nitidamente presente a herança do linguajar açoriano. Basta falar com pessoas da localidade pra percebermos isso. Até hoje são empregadas palavras descritas a seguir e seu significado na localidade como: arriba (para indicar algo que está acima), bombacha (espécie de calça larga muito utilizada na localidade, pelo gaúcho), brete (corredor de madeira para o gado ir ao banho ou ser medicado), dona (forma mais respeitosa de se dirigir a uma senhora), emborcar (cair de bruços, ou virar algo de boca para baixo), peão (empregado ou pessoa que está prestando um serviço), talagada (quantidade grande de bebidas) e varar (passar no arame ou na cerca, cruzar o rio). Estas palavras são muito empregadas pelos atuais moradores, inclusive, até mesmo nas entrevistas, percebe-se o emprego das mesmas. JACCOTTET, AMARAL & MATTOS (1999), ao abordar sobre o idioma destacam:

Walter Spalding, comparando nosso linguajar gaúcho ao registro que Luiz da Silva Ribeiro fez da Ilha Terceira, “destaca dos 150 arcaísmos incorporados ao vocabulário gauchesco, tendo nítida procedência açoriana”, documenta-os:

- Abrasiado (vermelho, ruborizado).
  - Alambre (pessoa esperta; arame; alambrado).
  - Abusão (erro, engano, ilusão).
  - Apeiro (parte dos arreios que serve para o governo, segurança ornamento do cavalo).
  - Arriba (acima).
  - Badana (carneiras).
  - Bombachas (calções largos e compridos).
  - Brete (corredor de madeira para o gado ir ao banho, etc.).
  - Cola atada (costume campeiro, rabo amarrado).
  - Depois (depois).
  - Dona (Senhora).
  - Emborcar (cair de bruços).
  - Gorgomilho (garganta).
  - Peão (empregado).
  - Riba (ribeira acima).
  - Talagada (quantidade grande, principalmente de bebida).
  - Varar (passar a cerca, cruzar o rio)
- (JACCOTTET, AMARAL & MATTOS, 1999, p. 289).

Com relação aos adágios, falados diariamente, principalmente no Rio Grande do Sul, naquela localidade não é diferente, principalmente as pessoas de mais idade empregam, constantemente, em suas conversações diárias. Os mais utilizados pelos moradores locais são os seguintes: “Quem tudo quer tudo perde”, “Águas passadas não movem moinhos”, “Quem muito quer saber, mexerico quer fazer”, “De grão em grão a galinha enche o papo”, “O que os olhos não veem o coração não sente”, “O peixe morre pela boca”, “Quem espera sempre alcança”, “Saco vazio não para em pé”, “Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém”, “Da tigela a boca se perde a sopa”, “Quem vai ao ar perde o lugar”, “Filhos criados, trabalhos dobrados” e muitas outras.

Ao consultar JACCOTTET, AMARAL & MATTOS (1999, p. 290), foi possível constatar que os adágios citados acima são de origem açoriana.

### Gastronomia

A diversificada culinária açoriana tem se perpetuado ao longo dos anos. Vemos que muitas das iguarias citadas a seguir, hoje fazem parte do dia a dia dos moradores da Coxilha dos Pereira:

“A cozinha de nosso litoral oferece cardápio de herança açoriana: açorda, feijão, carne de porco, morcilha, torresmos, peixe, crustáceos, fervido de legumes, milho preparado de várias formas, batata doce, mogango, bacalhoadada. O mesmo ocorre na doçaria com massas sovadas, pão-de-ló, papo de anjo, arroz-doce, doce de leite, olhos de sogra, claras nevadas, geléia de mocotó, ovos moles, bolo de milho, doces de frutas, suspiros, rosquetes, rosquinhas fervedas, sonhos e coscorões”  
(MARQUES, 1993 *apud* JACCOTTET, AMARAL & MATTOS, 1999, p. 286).

Zeli Maria Pereira das Neves nos informou que se lembra dos fornos confeccionados de tijolos e barro, quase todas as casas possuíam um forno no fundo da casa e próximo da cozinha, para fazer os assados.

Mais uma vez nos reportamos às ilhas açorianas, quando em 2005, em visita do autor aos Açores, foi percebido que muitas das residências açorianas, mesmo nas freguesias, possuem um forno, com abertura para dentro das cozinhas para assar o pão.

Continuando as informações de Zeli, carnes, batata, pão, etc. eram assados no forno, geralmente um dia da semana era reservado para fazer o pão. Ela lembra que faziam um fogo forte de lenha, dentro do forno, para que

esse fosse aquecido. Quando imaginavam que já estivesse quente o suficiente, tiravam o fogo e o forno era bem varrido ficando limpo por dentro. Para saber se já estava na temperatura ideal para assar, após varrido o forno, colocavam uma palha de milho ou uma folha dentro do forno, se ela ficasse torrada imediatamente, a temperatura estava no ponto, então colocavam as massas de pão em formas e levavam ao forno.

Zeli lembra que, quando criança, ao invés de formas, as massas de pão eram assadas sobre folhas de figueira ou palha de milho, tanto o pão de farinha de trigo, quanto o de milho. Era muito usado para as festas principalmente de casamentos o pão d'água, feito de farinha de trigo com uma massa mole, para acompanhar a carne ou sopas. Outro pão, que a entrevistada tem uma vaga lembrança de ver ser feito, era o pão assado em uma pedra, lavava-se uma laje de pedra com uma superfície plana, e aquecia no fogo, após colocava a massa feita mole e sem fermento, esticada sobre a pedra próxima ao fogo, onde era assada.

Ela também falou sobre os doces de frutas. A fruta utilizada dependia da época de sua produção, mas os doces eram feitos em grande quantidade, em tacho no fogo de chão. Caso desejasse guardar por muito tempo, os doces eram feitos com mais açúcar, ao ponto que ficassem açucarados, porém os de calda, próximo ao consumo tinha que levar ao fogo novamente e acrescentar um pouco de água para “*desaçucarar*”. As frutas variavam de épocas: figo, marmelo, pera, pêsego, laranja, etc.

A carne era seca ao sol, com sal, para fazer o charque. Do charque fazia-se o arroz com guisado, a açorda, que é o caldo de carne engrossado com farinha de milho. “*O bife com toucinho aprendi a fazer com minha avó*”, diz Zeli, uma tira de toucinho era enrolada dentro do bife que era feito com molho. A morcilha, feita do sangue de porco, antes do sangue endurecer, mistura-se gordura, temperos verdes, farinha e enche a própria tripa do porco, após ter sido lavada e curtida no limão e põe pra ferver. O “*sopão de legumes*” que fazemos é muito semelhante ao fervido de legumes açoriano. “*Costumamos fazer o mogango para sobremesa*” explica Zeli, ele é cozido e caramelado e é servido misturado ao leite como sobremesa. O arroz-doce também bastante utilizado para sobremesa. E os sonhos que já virou tradição para o café das tardes de chuva, complementou ela.

## Festas

Os eventos sociais era uma maneira das pessoas da localidade se reunirem e promoverem os encontros familiares, aproveitando esses momentos para transformá-los em lazer e descontração, já que as tarefas diárias nem sempre permitiam. Uma prova disso eram as reuniões de batizados muito presentes entre eles, conforme relata Sra. Leontina Soares Mota, “[...] *depois que o padre ia embora, as moças e os rapazes aproveitavam pra namorar, quase sempre dançavam na casa da reunião [...]*”, por isso é comum falarem na localidade, quando se referem aquela época nas “Festas de Batizados” que às vezes eram acompanhados de baile (nas figuras 35 e 36 podemos perceber o grande número de adultos que se reuniam).

A festa do “Terno de Reis” ou “Tirar o Reis”<sup>102</sup> era outro evento que geralmente terminava com baile, após uma semana de visitas às residências em forma de serenatas e cantorias, que começava no dia 26 de dezembro e terminava dia 5 de janeiro, onde pediam doações para a grande festa que acontecia após o dia seis de janeiro, conforme já descrito quando foi trabalhado o aspecto religioso.

As festas de casamentos geralmente eram comemoradas com mesas muito fartas e, à noite, baile. Conta a Sra. Leontina que as mesas com o bolo da noiva, preferencialmente tinham toalhas brancas, enfeitadas com galhos de aspargo<sup>103</sup> e flores feitas de papel<sup>104</sup> crepom e o bolo que quase sempre era de andares. Do teto, desciam fitas brancas de um ponto central, em direção aos quatro cantos da mesa, nas fitas eram colocados doces e flores alternadamente. Ainda sobre a mesa, junto ao bolo, eram colocadas compoteiras e bomboneiras com vários tipos de doces secos e em calda, pudins, bolachinhas doces e salgadas, sequilhos e licores.

Os doces começavam a ser feitos com muita antecedência e contava com a ajuda das próprias parentas e vizinhas da noiva, uma espécie de mutirão. Aqueles mais difíceis de serem conservados eram feitos de forma açucarada para que se conservassem mais.

---

<sup>102</sup> Maneira como as pessoas da localidade se refere à festa do “Terno de Reis”.

<sup>103</sup> Tipo de vegetação miúda em forma de trepadeira, que eram utilizados para decoração.

<sup>104</sup> A confecção de flores de papel é outro costume herdado do artesanato açoriano, JACCOTTET, AMARAL & MATTOS (1999, p. 286), evidencia essa afirmação.

A cerimônia geralmente era à noite com a presença do escrivão e quando possível o padre, na residência da noiva. Na véspera do casamento, o noivo oferecia uma janta<sup>105</sup> de despedida de solteiro, para seus convidados na casa de seus pais. Quando o casamento era à noite, era oferecido um almoço, e logo em seguida se dirigia para casa da noiva em um cavalo bem encilhado, seus convidados o acompanhavam, e lá era recebido, cerca de um ou dois quilômetros antes de chegar a casa, por um grupo de cavalarianos, que soltavam fogos de artifício, o noivo passava para frente dos demais e ao chegar à frente da casa, onde a noiva com a família e convidados o esperavam, antes de descer do cavalo, este fazia um “caracol”<sup>106</sup>, exibindo-se para a noiva e mostrando suas habilidades no lombo do cavalo. Também era comum o noivo ser recebido antes de chegar à casa da noiva, com música, caso os músicos já estivessem presentes. Mais tarde, quando surgem os meios de transportes coletivos e a casa da noiva ficasse mais distante, o noivo e seus convidados iam de caminhão e os músicos que chegavam tocando. Após a cerimônia do casamento e o jantar, os convidados dançavam toda noite e, se por ventura tivesse falecido alguém na família, não se realizava o baile, mas mesmo assim os convidados passavam a noite conversando, fazendo brincadeiras como: “Jogo de Prendas”<sup>107</sup> e “Jogo do Anel”<sup>108</sup>, era uma maneira de se reunirem pra conversar e onde também começavam novos namoros.

A noiva preferencialmente era auxiliada a se vestir por uma das madrinhas e o noivo por um dos padrinhos e todos os convidados deveriam comer do bolo ou, no mínimo, prová-lo para dar sorte aos noivos, que após a cerimônia do casamento recebiam uma chuva de arroz, simbolizando os desejos de felicidades e uma união duradoura ao novo casal. O noivo jamais poderia ver a noiva vestida com o traje de noiva antes da cerimônia e nem o vestido mesmo que não estivesse em seu corpo, conta a Sra. Leontina, que sempre a noiva mandava confeccionar uma roupa nova para receber o noivo

---

<sup>105</sup> Na maioria das vezes era realmente uma janta, mas mesmo que fosse um almoço, também chamavam de janta.

<sup>106</sup> Uma espécie de evolução a cavalo em círculo, onde o animal empina-se sujeito pelo freio.

<sup>107</sup> Espécie de brincadeira onde rapazes e moças com nomes de flores, disputavam lugares uns ao lado de outros para se aproximar de quem estivesse interessado.

<sup>108</sup> Rapazes e moças sentavam-se em círculo e um passava o anel entre as mãos dos participantes, que o deixava em uma das mãos, depois era perguntado a todos em qual mão teria ficado o anel, se este não acertasse era estipulado uma forma de castigo, como dizer um verso e esse verso na maioria das vezes dizia algo a alguém dos participantes.

quando chegava, antes da cerimônia e outra para depois que tirasse o vestido de noiva.

As Festas Juninas já foram festejadas com mais ênfase na localidade, na década de 1970, quase todas as residências faziam as três fogueiras com invocação aos três santos do mês de junho: Santo Antonio, São João e São Pedro. Era tradição os adultos pularem a fogueira, já as crianças somente o faziam após a queima total da fogueira, quando ficavam somente as brasas, mas com muito cuidado e sob o olhar atento dos pais ou adulto presente. Geralmente era servido em torno da fogueira, pipoca, amendoim, batata doce, pé de moleque e mais algum doce seco. As “Festas Juninas” hoje é uma das maiores festas realizadas no arquipélago açoriano.

As festas de carreiras em canchas retas, provavelmente tiveram origem nas “cavalhadas” açorianas – eram jogos fidalgos da idade média que simbolizavam a luta entre os mouros e os cristãos – (OURIQUE e JACHEMET, 1997, p. 90). As corridas de cavalos na cancha reta era a reunião mais realizada na Coxilha dos Pereira, hoje na localidade é possível demarcar vários locais que foram canchas de carreiras. As reuniões de carreiras além de promover o convívio social dos moradores, promovia grandes apostas em dinheiro nos animais apresentados. Na organização das carreiras, geralmente organizavam-se de véspera, com a montagem de barracas para a venda de bebidas, doces e salgados.

O futebol foi um esporte que, além de servir como entretenimento para os moradores, também oportunizou vários momentos festivos na localidade.

Ele surgiu na Inglaterra, no século XIX, e hoje disseminado pelo mundo inteiro, só vai ter seus primeiros registros no Brasil e no Rio Grande do Sul, por volta de 1900. É em 1963 que vai surgir na Coxilha dos Pereira, quando os irmãos João José e Jaci Ribeiro Bandeira organizaram o “Esporte Clube São Jorge”, um time de futebol de campo de 11, na casa comercial São Jorge de Antonio de Mattos.

Oli Soares Mota listou alguns nomes, que conseguiu lembrar, de alguns integrantes que faziam parte do time por ocasião de sua fundação ou que jogaram posteriormente: Ademar Xavier Ribeiro, Aldo Morales Kröning, Arno Morales Kröning, Andrônio dos Santos, Candido Lessa Idiart, Dilmar Pereira Borges, Gastão Pereira das Neves, Geni Cunha Costa (que mais tarde trocou

seu nome, sendo registrado como Gerson Cunha Costa), Gilberto Meireles, Jaci Ribeiro Bandeira, João José Ribeiro Bandeira, João Soares do Canto, Nestor Pereira Borges, Oli Soares Mota, Santo Orlandino Pereira Martins, Solom Pereira Morales e Valdemar Pereira das Neves.

Em maio de 1969, o Sr. Oli, ao abrir uma casa comercial em sua residência, fundou o “Esporte Clube Figueirinha”, também futebol de campo com onze jogadores. O nome originou-se de uma árvore que existia junto ao campo onde aconteciam as partidas, um pequeno pé de Figueira.

Oli, na qualidade de presidente, aproveitou alguns antigos jogadores do extinto Esporte Clube São Jorge, e selecionou novos nomes, conforme ele próprio nos descreve a seguir: Ademar Xavier Ribeiro, Ademar Borges da Silva, Aldo Morales Kröning, Arno Morales Kröning, Aneci Sigales Borges, Anélio Sigales Borges, Areni Pereira das Neves, Carlos Pereira, Carlos Valder do Espírito Santo Borges, Celso Pereira de Mattos, Danilo de Matos Soares, Dilmar Pereira Borges, Eduardo Martins Moreira, Jorci Cunha Coelho, José Carlos Nunes Borges, José Oscar do Espírito Santo Borges, Jovêncio Soares, Leonídio de Assis Soares Pereira, Luismar Soares Pereira, Nelson Brum, Nestor Pereira Borges, Oli Soares Mota, Orfelino Mesquita, Osmar Borges da Silva, Osmar Borges das Neves, Santo Osvaldo Martins Pereira, Sebaldo Martins Moreira, Sedeni Cunha Borges e Solom Pereira Morales.

O Esporte Clube Figueirinha jogou até o ano de 1979, realizou grandes festas recebendo clubes visitantes, pagou visitas, conquistou troféus e medalhas. Ressalta o ex-presidente que sempre que participavam de torneios com visitas combinadas em outras localidades, os deslocamentos eram de caminhão ou ônibus.



Figura 98 – Esporte Clube Figueirinha, Dezembro de 1969.

Fonte: Acervo de Oli Soares Mota.

Após três anos parado, em 1982, o Clube é reativado, Oli continua na presidência e escala novos jogadores e mantém alguns dos antigos, entre os que ele consegue lembrar figuram: Carlos Valder Espírito Santo Borges, Celso Pereira de Mattos, Claudio de Matos Soares, Claudiomar Morales Louzada, Eri da Silva Fonseca, José Gularte, Jorge de Matos Soares, Mario Odi Marques Morales, Mario Oli Marques Morales, Renato de Matos Soares, Roberto Carlos Cunha Borges, Secondino da Silva Fonseca e Valnei Nunes.



Figura 99 – Esporte Clube Figueirinha, Março de 1985.  
Fonte: Acervo de Oli Soares Mota.

Em 1986, assume a presidência do Esporte Clube Figueirinha, Marioli Marques Morales, levando a sede do time para a sua residência onde possuía casa comercial. A partir de então passa para a modalidade de futebol de salão, utilizando inclusive o mesmo fardamento do time anterior. Manteve suas atividades até o ano de 1990.

No ano de 2002, Celso Pereira de Mattos assume a presidência e reativa o clube, agora com sede em sua residência, coincidentemente onde nasceu o primeiro clube, São Jorge. Tendo em vista que os jogadores agora contemplam as novas gerações da localidade e no sentido de inovar, o nome foi alterado para Esporte Clube Figueirense.

Fazem parte dessa nova fase do time os seguintes nomes: Ademir Louzada, Alexandre Louzada, Anderson Bento Moreira, Celso Pereira de Mattos, Juliano Gonçalves Soares, Lázaro Cunha da Cunha, Leonel Paz das Neves, Marcelo Fonseca Gonçalves, Marcelo Lopes dos Santos, Marcos

Rogério Rossales Borges, Paulo Roberto Cunha Morales, Rodrigo Fonseca de Mattos e Sadi Castro Bento.



Figura 100 – Esporte Clube Figueirense, 2004.  
Fonte: Acervo de Celso Pereira de Mattos.



Figura 101 – Esporte Clube Figueirense, 02/06/2009.  
Fonte: Acervo de Marcos Rogério Rossales Borges.

Esse esporte que começou a ser praticado na Coxilha dos Pereira em 1963, no início servia principalmente de um encontro entre amigos nas tardes dos finais de semana, para praticá-lo como forma de entretenimento. Era uma brincadeira agradável e às vezes engraçada no início, acrescenta Celso Pereira de Mattos, integrante que sempre fez parte do Esporte Clube Figueirinha e já participava de alguns dos treinos do São Jorge, acompanhando, portanto, toda a trajetória da prática desse esporte local.

Lembra também de cenas engraçadas, logo no início, na época do São Jorge, que não tem como esquecer. Diz ele:

[...] era mais uma diversão mesmo, nem tinham muitas noções de regras de uma partida de futebol, não dá pra esquecer o tio Gastão, homem já maduro, sempre de bombacha, que só a substituiu pelo calção na hora do jogo, certo dia jogando junto aos demais, quando um dos companheiros gritou-lhe, - pega a bola e passa Gastão! Ele prontamente no meio da partida abaixou-se até o chão, pegou a bola com a mão e atirou para o mesmo [...]

Celso enfatiza ainda que optou por reativar o futebol na Coxilha dos Pereira, principalmente em função dos jovens e também por tratar-se de uma prática de esporte saudável, pois o mesmo procura sempre nos encontros, nas jantãs que realizam, conscientizá-los e alertá-los, por exemplo, contra os vícios e suas consequências maléficas frente à prática esportiva.



Figura 102 – Esporte Clube Figueirense, 06/06/2011.  
Fonte: Acervo de Celso Pereira de Mattos.

### Costumes

Ao analisar os costumes, na maneira de vestir, percebemos costumes açorianos na localidade. Ao recorrer JACCOTTET, AMARAL & MATTOS (1999) encontramos:

As mulheres herdaram o uso da mantilha, a manta ou o lenço usado na cabeça, as saias compridas, as blusas com renda, mangas compridas e abas a cintura. Os homens, especialmente o agricultor, herdaram a calça de brim listrado, os tamancos, os sapatos de couro (apenas pedaços de couro amarrado aos pés) e o chapéu de palha (JACCOTTET, AMARAL & MATTOS, 1999, p. 287).

Com relação ao vestuário local, Zeli nos relata que a maioria das mulheres usava diariamente o lenço amarrado na cabeça, tanto para os

afazeres da casa quanto para andarem na rua. A mulher açoriana possuía esse hábito por serem as ilhas, local de muito vento.

A entrevistada continua contando que o tamanco também foi muito utilizado pela mulher *“para andar em casa era um tamanco mais simples de uma cor só, para sair ou passear já se usava colorido, às vezes enfeitado com flores miúdas e discretas”* diz ela.

As mulheres usavam somente saia de vestido, que geralmente era comprida. *“Lembro que no final da década de 1960, apareceu aqui a primeira mulher a usar calça comprida, que se chamava de islaque, foi um verdadeiro escândalo, houve muitos comentários a respeito”*.

O homem até hoje usa muito o tamanco de madeira<sup>109</sup> e o chapéu de palha para as lides campeiras<sup>110</sup>.

A Senhoras Leontina e Zeli Maria comentaram sobre vários costumes da localidade e não necessariamente açorianos, em diferentes ocasiões como veremos a seguir:

Ao nascer uma criança, antes de completar os sete dias de vida, deveria ser batizada, pelo menos em casa pelos padrinhos, caso o padre não aparecesse. Se nascesse sem vida, não poderia ser enterrada sem ser batizada, para que dessa forma se purificasse do pecado original.

Ao cair o umbigo da criança, se fosse menino, deveria ser enterrado na porteira da mangueira, para que no futuro se tornasse um próspero fazendeiro. Se fosse menina, deveria ser enterrado no jardim para que fosse uma moça bonita e conseguisse um bom casamento.

Quem visse o primeiro dente romper na boca de uma criança, deveria presentear-lhe com uma roupa branca.

A criança recém-nascida deveria ser mostrada para a lua, em uma noite de *“Lua Cheia”*<sup>111</sup> pelos pais, para que, com a ajuda da lua, crescesse forte e sadia, caso contrário segundo a crendice, a lua ficaria com ciúme e tomaria pra si a criança; ao mostrar, o pai ou a mãe pronunciava a seguinte frase: *“Lua, luar/Pegue essa criança/E me ajude a criar/E depois de criada/Torne a me dar”*.

<sup>109</sup> O tamanco de madeira ainda hoje é bastante utilizado para as atividades ao entorno da casa.

<sup>110</sup> O chapéu de palha que nos remete diretamente ao açoriano, ainda hoje também muito utilizado, tanto para as tarefas ao entorno da casa, como no campo na lida com o gado e nas atividades agrícolas.

<sup>111</sup> Período em que a lua está completando seu quarto de lua cheia.

As mulheres grávidas, ao nascer o filho com as “parteiras de campanha”, deveriam colocar o chapéu do pai da criança sobre a barriga. Contou Odete, a entrevistada, sobre as parteiras de campanha, que sua tia Francelina “França Velha”, que exercia o ofício, era muito curiosa, não admitia ajudar uma gestante, principalmente num caso duvidoso, sem descobrir o verdadeiro pai da criança. Certa ocasião, existia um comentário sobre uma gravidez e ela pediu pra ficar só no quarto com a gestante, como o trabalho de parto estava difícil e a mãe não abria o jogo sobre o pai do filho, Francelina prontamente tirou o chapéu do marido de cima da barriga da gestante e disse: *“não adianta não vai nascer, esse não é o pai da criança, desse jeito nem tu, nem o anjo vai vingar”*. A gestante apavorada dirigiu-se para ela e falou *“então só pra esse nós vamos ter que botar o chapéu do compadre, mas eu juro os outros são todos do fulano”* (dizendo o nome do marido).

Quando morria alguém, o velório era feito na residência do falecido. A água, em que era lavado o corpo da pessoa, ficava em uma bacia embaixo do corpo durante o velório e quando saía o caixão para a rua, a água era jogada no chão atrás do caixão.

Tão logo acabasse o velório de alguém, no momento em que saía o caixão para rua, uma pessoa era escalada pra ficar na casa e varrer rapidamente a sala onde havia sido feito o velório, no sentido da porta da frente, jamais poderia varrer para dentro de casa.

Por ocasião da morte de alguém, a porta da frente da casa permanecia fechada um mês e com um pano preto fixado na porta. As visitas eram recebidas pela porta dos fundos nesse período.

Caso morresse o dono da casa, ou um homem da casa, seu cavalo não deveria ser vendido, era solto no campo, onde morria de velho e era evitada a encilha.

Quando passava um cortejo fúnebre na estrada, em frente às casas, essas deveriam ter toda a frente fechada, em sinal de respeito, mesmo que o falecido não fosse conhecido.

Ao olhar um cortejo fúnebre passar, tinha que ser escondido, nunca se expor em frente a casa, e também não poderia se olhar até o final, antes de desaparecer da visão, as pessoas que estivessem olhando deveriam esconder-se rapidamente.

O luto por pai, mãe e filho (com mais de 12 anos) deveria ser fechado, ou seja, toda roupa preta por um ano, irmãos, avós ou tios, seis meses e já poderia ser uma peça do vestuário, geralmente a camisa ou blusa, para homens e mulheres respectivamente. Tios e primos, apenas um sinal (fumo), tipo um pequeno retângulo preso na roupa.

Por ocasião da morte de uma criança de até doze anos, não usavam luto.

Em caso de tempestade, ventos fortes, trovões, relâmpagos, etc., usavam sobre mesa um pires com erva mate e sal, misturavam os dois e faziam o formato de uma cruz na erva e sal dentro do pires.

Para chuva de pedras, jogavam três colheres pela porta da frente ou então uma peneira.

Caso estivesse se armando um temporal muito forte, cortavam o chão em forma de cruz com o fio de um machado na terra, em direção da tempestade, pedindo em forma de oração que se afastasse.

Percebe-se uma incorporação de costumes, assim como os açorianos influenciaram, também foram influenciados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou a influência açoriana no processo de transformação do espaço da localidade de Coxilha dos Pereira, no município de Canguçu-RS. Buscou-se obter a caracterização e a compreensão de diferentes aspectos como: economia, educação, religião e cultura da referida localidade. Para isso, levou-se em conta a trajetória dessa etnia, bem como sua fixação nestas terras, seus hábitos, costumes e seus descendentes e de que forma isso se refletiu no referido espaço.

Num breve contexto histórico-espacial, procurou-se enfatizar fatos intrinsecamente ligados à vinda de casais açorianos para o Sul do Brasil. O esvaziamento demográfico das ilhas açorianas, e a ocupação das terras do extremo Sul do Brasil, então colônia de Portugal, eram os principais interesses da coroa portuguesa, esses casais vindos para o Sul do Brasil deveriam assumir a condição de agricultores nessas terras e, para isto, foram oferecidas uma série de vantagens, que na íntegra não foram cumpridas.

No Povo Novo, foram assentados quarenta e oito casais, mas hoje se percebe que naquele local pouco se preservou, das manifestações culturais dessa etnia. As marcas dessa cultura trazida pelos açorianos, com o grupo de casais ali instalados, e que deu origem ao lugar, parece estar sendo apagada ao longo do tempo. Talvez seja a Igreja de Nossa Senhora das Necessidades um dos poucos marcos do patrimônio histórico cultural material lá existente.

No município de Canguçu, que também teve suas origens açorianas, percebe-se que não foi muito diferente, pois igualmente pouco se preservou do patrimônio histórico material e imaterial como identidade cultural açoriana. Recentemente foi demolido um dos últimos casarões de arquitetura tipicamente açoriana, que se localizava na rua principal da cidade, talvez por falta de uma cultura de preservação. Outro fator que serviu para apagar esses resquícios foi a chegada de um contingente bastante significativo de alemães. Hoje, é senso comum entre os canguçuenses reportarem-se às suas origens, como um

município de origem alemã, mas o que fica evidente, através dos autores trabalhados, é que as origens são açorianas.

Na localidade de Coxilha dos Pereira, no terceiro subdistrito de Canguçu, que antes era chamada de Rincão dos Maurício, se instalou Urbano Pereira das Neves, ao contrair matrimônio com Joaquina de Souza Leal, neto do casal açoriano estabelecido no Povo Novo. Urbano e Joaquina tiveram cinco filhos, dois desses cinco Henrique e Feliciano Pereira das Neves ficaram residindo na localidade e ao contraírem seus matrimônios tiveram, os dois juntos, uma prole de 29 filhos, o que fez com que o nome do lugar que antes se chamava Rincão dos Maurício, passasse a se chamar Coxilha dos Pereira. Percebe-se, então, uma mudança significativa na localidade, a começar pelo próprio nome do lugar, a partir da chegada dos descendentes de açorianos.

Outra mudança que podemos perceber na localidade foi com relação ao aspecto religioso, o açoriano trouxe consigo a fé e o culto ao catolicismo, e isto foi passado a seus descendentes. De fato, as manifestações locais a esse respeito evidenciam-se através das reuniões de batizados que passaram a realizarem-se no local, pois antes não temos registros de tais acontecimentos. Outras manifestações religiosas trazidas pelos açorianos, cujos descendentes introduziram na localidade, foi o culto a bandeira da Festa do Divino, a Festa do Terno de Reis e as Festas Juninas, que homenageiam os santos do mês de junho, que hoje, restam apenas no imaginário dos moradores locais. E a própria construção da igreja na localidade, em 1980, onde percebemos pelo sobrenome, muitos descendentes dos Pereira das Neves envolvidos nas administrações.

Após discorrer a trajetória da educação na Coxilha dos Pereira, podemos constatar o quanto as mudanças ocorridas no comportamento, no conhecimento e no aprendizado, se refletiram nas mudanças daquele espaço. Ao começar o processo de educação da localidade, aparece como primeiro professor particular, um alemão vindo de Hamburgo, Alemanha, aí já podemos imaginar para a época, a troca cultural que deve ter se proporcionado. A construção dos primeiros e humildes locais para funcionamento da sala de aula, até chegar ao seu prédio próprio de alvenaria, construído pelo poder público, certamente foram conquistas que contribuíram para transformar aquele espaço. Como vimos no capítulo, à própria época da ditadura militar se refletiu,

de forma acentuada, na educação da localidade, através das atitudes, hierarquia e culto ao patriotismo. E os sujeitos envolvidos eram, quase na sua totalidade, descendentes de açorianos, Pereira das Neves.

No que se refere à economia, vimos que os primeiros comerciantes eram descendentes de açorianos, por se tratar de uma localidade pequena podemos considerar que a atividade de comércio sempre foi forte, mantendo uma média de dois a três comércios em funcionamento. Dos três atuais comércios em funcionamento, dois são de descendentes açorianos. A atividade comercial local a partir dessa descendência, também mudou hábitos e práticas, naquele espaço, pois os moradores não mais precisavam sair para outras localidades para adquirirem seus produtos.

Mas é na pecuária e na agricultura que essas mudanças do espaço se evidenciam de uma forma mais contundente. A grande descendência de açorianos que ali se desenvolveu, a exemplo de seus ancestrais, cultivou o trigo e o milho, com destaque em relação às demais culturas agrícolas como feijão, cevada, alpiste e aveia. Nos anos de 1960, o trigo cobria os campos da Coxilha dos Pereira, embora dividisse o espaço em menor proporção com o milho. No final dos anos 60, esses trigais foram atacados pela ferrugem e o milho assume a posição de destaque. Cabe, porém, ressaltar que a agricultura da localidade sempre refletiu as mudanças e transformações ocorridas na agricultura gaúcha e brasileira. Na metade dos anos 70, com o surgimento da “revolução verde”, começam a aparecer no local as primeiras lavouras de soja. Com o processo da revolução verde, vem a substituição de sementes crioulas, a utilização de fertilizantes, agrotóxicos e insumos, tudo com altos custos e por se tratar de pequenos agricultores na localidade, começam a valer-se dos empréstimos bancários e custeios agrícolas. As perdas e prejuízos foram grandes, a maioria desiste da plantação de soja e passam a cultivar o milho e feijão apenas para o sustento familiar. E ainda em número pouco significativo aparece: o fumo, eucalipto e acácia. Essas transformações na agricultura nacional e gaúcha que, como vimos, repercutiu na agricultura local, vai gerar o início da crise na agricultura da Coxilha dos Pereira. Mas, sem dúvidas, o fator que mais contribuiu para isso foi o êxodo rural; várias famílias da localidade, principalmente os mais jovens, optaram pela vida da cidade, sendo que em alguns casos, ficou somente o casal na localidade. Tudo isso, somado ao

grande número de aposentados, na atualidade, por exemplo, das 45 residências, 35 possuem aposentados, o que contribui para a diminuição da produção agrícola local.

O cemitério local é outro sinal de transformação daquele espaço. É a partir do descendente açoriano que aconteceu o primeiro sepultamento na localidade em 1924, onde foi constatado através de pesquisa 90 sepultamentos desses descendentes até os dias atuais.

Com relação à arquitetura, alguns casarões, que ainda resistem ao tempo, nos remetem a detalhes de uma arquitetura com grande influência açoriana. Cimalhas ricamente trabalhadas contornando o beiral e as janelas em guilhotina lembram as construções do longínquo arquipélago. Telhados aos quatro cantos com peito de pomba, com o objetivo de invocar a proteção do Divino Espírito Santo para a família que nela habite. Quanto a esse patrimônio material presente através dos casarões, deve receber um olhar muito atento para que igualmente não desapareça.

Na gastronomia local, o modo de preparo de alguns pratos e doces, segundo a entrevistada, percebe-se a presença açoriana, mas é mesmo no arroz doce e os sonhos, que tal presença se materializa.

Enfim, trata esta pesquisa de uma investigação sobre os sinais que continuam presentes na localidade, e constituem a influência da colonização açoriana e seus descendentes. E também dos sinais culturais que já não são visíveis, por terem sofrido influência da totalidade num contexto global, mas ficaram no imaginário das pessoas e em documentos que comprovam sua existência em um passado distante.

Mesmo assim, vimos que a Coxilha dos Pereira é um lugar, que ainda carrega dentro dele, peculiaridades e características próprias da cultura açoriana.

Diante disso, coloco meu trabalho à disposição do poder público, da comunidade local e canguçuense, no sentido de colaborar, através de palestras e explanações, com a concretização dessa conscientização. A partir de então será possível não só mantermos o que ainda resta, como também resgatarmos o que hoje permanece apenas na lembrança dos moradores da Coxilha dos Pereira.

Analisando tudo isso, constata-se que o espaço geográfico não é estático, é dinâmico, pois, como vimos, a ação dos descendentes de açorianos influenciou na transformação do espaço da localidade da Coxilha dos Pereira e conseqüentemente da paisagem, por isso as mudanças são contínuas e dinâmicas. O espaço geográfico é produto da ação humana sobre a natureza e todas as relações sociais ao longo da história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em <[www.abnt.com.br](http://www.abnt.com.br)>

AGRARIA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma. **Levantamento de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Estado**. Porto Alegre: INCRA, 1971.

AMARAL, Ivone Lêda do (org.); JACCOTTET, Alda Maria de Moraes & MATTOS, Mario Barboza de. **Largueza Histórica do Estreito (1763-1779)**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 1999. 320 p.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da Prática Escolar**. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1995.

BARROSO, Vera Lucia Maciel (Organizadora). **Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002. 1152 p.

BENTO, Claudio Moreira. **Canguçu Reencontro com a História; um exemplo de Reconstituição de Memória Comunitária**. Porto Alegre: IEL, 1983. 184 p.

BOSENBECKER, Laedi Bachini. **Conhecendo Canguçu....** (Projeto de Pesquisa, Cópia não Publicada). Canguçu: 2006. 83 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

CARMO, Sonia Irene Silva do & COUTO, Eliane Frossard Bittencourt. **História Passado e Presente: A Formação do Capitalismo e a Colonização da América. História Integrada 2**. 1.ed. São Paulo: Atual, 1997. 135 p.

FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul 1503 - 1970**. Porto Alegre: Globo, 1960. 191 p.

FORTES, João Borges. **Os Casais Açorianos: Presença Lusa na Formação do Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978. 169 p.

FOUCAULT, Michael. **"Vigiar e Punir"**. 6ª edição. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1977, 278p.

GRANDO, Marines Zandavalli. **Pequena Agricultura em Crise – O Caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1990. 86 p.

GUIA TURISTICO. **Açores**. 24ª ed. Ponta Delgada: Publiçor, 2004. 250 p.

GUTIERREZ, Éster J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias: Um estudo sobre o Espaço Pelotense**. Pelotas: Universitária/UFPEL, 1993. 281 p.

HALL, G.E., **Ethnographers and ethnographic data, na iceberg of the first order for the research manager**. Trabalho apresentado na reunião da AERA, Toronto: 1978.

JACCOTTET, Alda Maria de Moraes. **Cadernos de genealogia: Obstnadas Famílias de Canguçu – Livro nº 01 B de Batismos (1813-1819)**. Pelotas: Universitária/UFPel, 1999. 72 p.

KOCH, Siziane. **Rio Grande do Sul – Espaço e Tempo: A Geografia e a História de Nosso Estado**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2003. 200 p.

LAYTANO, Dante de. (BECKER, Klaus – Org.). **Os Açorianos**. In: Enciclopédia Rio-grandense, 1º Volume. Porto Alegre: Sulina, 1968.

\_\_\_\_\_. **O Rio Grande Antigo**. In: Enciclopédia Rio-grandense, 2. ed. 1º Volume. Porto Alegre: Sulina, 1968.

LAYTANO, Dante de. **Arquipélago dos Açores**. Porto Alegre: Est-Editora-ND-, 1987. 488 p.

\_\_\_\_\_. **Folclore do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: EST Caxias do Sul: EDUCS, 1987.

LOTTI, Luiza Horn (Organizadora). **Imigração e Colonização: Legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul/Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A.. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana & MENEGOTTO, Ricardo. **Cenário Gaúcho: Representações Históricas e Geográficas**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2001. 125 p.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. **Arquitetura Popular Açoriano-Brasileira**. Açores-Portugal: SerSilito Empresa Gráfica Ltda, 1996. 189p.

MATTOS, Mario Barbosa. **Revista Histórica e Geográfica de Pelotas, 1982 a 2007**. Pelotas: Educat, 2008.

NEIS. Ruben. **Guarda Velha de Viamão ...** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Sulina, 1975. 182 p.

NEVES, Ilka. **Canguçu – RS: Primitivos Moradores, Primeiros Batismos**. Pelotas: Universitária/UFPel, 1998. 390 p.

OURIQUE, Ana Zenaide Gomes & JACHEMET, Célia Silva. **Cavahadas uma Tradição de Raiz Milenar**. Porto Alegre: EST, 1997. 105 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. 1.ed. Rio Grande: FURG, 1987. 190 p.

RHEINGANTZ, Carlos. **Povoamento do Rio Grande de São Pedro: A Contribuição da Colônia do Sacramento**. In: **Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v.2.

SANTOS, André F. dos; EICHOLZ, Eberson Diedrich & NEVES, Everton. **Agricultura Familiar Semente da Esperança**. Canguçu: Menestrel Editora, 2006. 140 p.

SANTOS, Milton. **"A Natureza do Espaço" Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 356 p.

TAMBARA, Elomar. **RS: modernização & crise na agricultura**. 2ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 95 p.

THIESEN, Beatriz Valladão. **As paisagens da cidade: arqueologia da área central de Porto Alegre do século XIX**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em História. PUC/RS. Porto Alegre, 1999.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A Cidade Fragmentada. O Planejamento e a Segregação Social do Espaço Urbano em Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPEL, 2005. 238 p.

VIEIRA, Sidney Gonçalves (Organizador). **Cidades do Prata. Geografia Urbana e Histórica da Formação Territorial da Região do Rio da Prata nos Séculos XVII a XIX**. (Projeto de Pesquisa, Cópia não Publicada). Pelotas: 2006.

WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. **A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português, 1979. 142 p.

WINKLER, Eliezer Itamar Guimarães. Milho Branco Açoriano. **Diário Popular**. Pelotas, 01 Set. 2004. p. 6.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: O Rio Grande do Sul Agrário do Século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. 320 p.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 08/11/2010, às 23:39 minutos.

## **ANEXOS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECRETO Nº 4.073/2006**

**“ALTERA DENOMINAÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**CÁSSIO LUIZ FREITAS MOTA**, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica;

**DECRETA:**

**ART. 1º** - A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Carmo, localizada na Vila Silva, 3º distrito de Canguçu, oficializada através do Decreto nº 090/77, de 15.12.1977, passa a denominar-se **“ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SECUNDINO SILVEIRA DA SILVA”**.

**ART. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
CANGUÇU/RS, 19 DE JANEIRO DE 2006.

  
**CÁSSIO LUIZ FREITAS MOTA**  
Prefeito Municipal

*Arquivo Administrativo*  
*[Signature]*  
*17/01/06*

Registre-se e Publique-se

*Paulo Fernando da Cunha Peres*  
**PAULO FERNANDO DA CUNHA PERES**  
Coordenador de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU

PROTOCOLO SME

RECEBIDO EM 19/01/06

356 *[Signature]*  
Assinatura ou Carimbo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUCU

DECRETO Nº 090/77

"OFICIALIZA ESCOLAS MUNICIPAIS"

GILBERTO MOREIRA MUSSI, Prefeito Municipal de Cangucu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ART. 1º - Oficializar o funcionamento das Escolas abaixo relacionadas, para fins de reorganização da Rede Escolar:

NOME DA ESCOLA	SÉDE:	DATA DE FUNCIONAMENTO
01- E.M. D. Pedro II		Fevereiro/1947
02- E.M. Revdo Joaquim Manoel da Silveira		Março /1941
<u>1º SUBDISTRITO</u>		
01- E.M. Amenda Otto		Março /1955
02- E.M. Basílio Duarte		Março /1950
03- E.M. Carlos Moreira		Fevereiro/1938
04- E.M. Castro Alves		Março /1962
05- E.M. Cel. Genes Bento		Fevereiro/1934
06- E.M. Clemente Pereira		Fevereiro/1960
07- E.M. Cristo Rei		Fevereiro/1951
08- E.M. Dr. Jaime Faria		Março /1947
09- E.M. Dr. Ramiro Barcelos		Abril /1954
10- E.M. Dr. Raul Azambuja		Março /1961
11- E.M. Euclides Lucas de Oliveira		Abril /1945
12- E.M. Florício Ribeiro		Fevereiro/1958
13- E.M. João XXIII		Abril /1940
14- E.M. Joaquim Nabuco		Março /1961
15- E.M. Joaquim Teixeira Nunes		Março /1958
16- E.M. Mal. Deodoro		Abril /1932
17- E.M. Monsenhor Jacó Lorenzet		Fevereiro/1963
18- E.M. Niro Luiz Pinto		Março /1937
19- E.M. N.Sra. da Conceição		Março /1960
20- E.M. N.Sra. das Graças		Março /1954
21- E.M. N.Sra. de Fátima		Fevereiro/1955
22- E.M. Olavo Bilac		Abril /1951
23- E.M. Santa Inês		Maio /1959
24- E.M. Santa Isabel		Abril /1942

*Gilberto Moreira Mussi*

.....



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUCU

NOME DA ESCOLA	DATA DE FUNCIONAMENTO
25- E.M. Santa Maria	Março /1963
26- E.M. Santa Maria Coretti	Fevereiro/1951
27- E.M. Santo Inácio de Loyola	Março /1963
28- E.M. São José	Março /1952
29- E.M. São Luiz Gonzaga	Abril /1956
30- E.M. São Tiago	Abril /1958
31- E.M. São Vicente	Março /1963
32- E.M. Teófilo de Souza Mates	Março /1961

2º SUBDISTRITO

01- E.M. Alto. Tomanderê	Fevereiro/1960
02- E.M. Anita Garibaldi	Março /1951
03- E.M. Ataliba Jacinto Nunes	Março /1959
04- E.M. Hipólito José da Costa	Março /1950
05- E.M. Hortêncio Ross	Março /1963
06- E.M. Joana B'arc	Março /1960
07- E.M. José Bonifácio	Março /1963
08- E.M. Júlio de Castilhos	Abril /1952
09- E.M. Pinheiro Machado	Março /1962
10- E.M. Primeiro de Maio	Março /1957
11- E.M. Santa Catarina	Março /1949
12- E.M. Santo André	Maio /1962
13- E.M. São Paulo	Fevereiro/1955
14- E.M. Sete de Setembro	Fevereiro/1959
15- E.M. Silveira Martins	Março /1954

3º SUBDISTRITO

01- E.M. Alto. Barroso	Março /1960
02- E.M. Anélio Robalo	Março /1960
03- E.M. Antonio Louzada Prestes	Março /1962
04- E.M. Cristóvão Colombo	Março /1963
05- E.M. Dr. Liberato Salzano	Março /1958
06- E.M. Euclides da Cunha	Março /1950
07- E.M. Francisco de Paula Jorge	Fevereiro/1960
08- E.M. Francisco Reiznautt	Março /1944
09- E.M. Gentil Goulart da Silveira	Março /1958
10- E.M. José Maria Dutra	Março /1948
11- E.M. Marcino José Moraes	Março /1960
12- E.M. Modesto Ribeiro Jardim	Março /1962
13- E.M. N.Sra. das Dores	Fevereiro/1952
14- E.M. N.Sra. do Carmo	Março /1950

*[Handwritten signature]*

.....

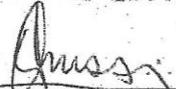


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUCU

NOME DA ESCOLA	DATA DE FUNCIONAMENTO
15- E.M. Osvaldo Cruz	Março /1957
16- E.M. Rui Barbosa	Março /1952
17- E.M. Santa Teresinha	Março /1951
18- E.M. Santo Amaro	Abril /1960
19- E.M. Tiradentes	Abril /1951
<b><u>4º SUBDISTRITO</u></b>	
01- E.M. Andrade Neves	Fevereiro/1954
02- E.M. Anchieta	Março /1963
03- E.M. Arabi Ferreira de Ávila	Fevereiro/1963
04- E.M. Arnaldo Marques de Almeida	Março /1963
05- E.M. Bento Gonçalves	Março /1951
06- E.M. Flores da Cunha	Março /1958
07- E.M. Gonçalves Dias	Abril /1963
08- E.M. Isidro Matoso	Março /1940
09- E.M. Mal. Floriano	Março /1962
10- E.M. N.Sra. Aparecida	Fevereiro/1946
11- E.M. Pedro Celestino Dias	Fevereiro/1954
12- E.M. Santa Helena	Fevereiro/1962
13- E.M. Santa Rosa de Lima	Março /1952
14- E.M. São Cristóvão	Março /1956
15- E.M. São Judas Tadeu	Março /1960
<b><u>5º SUBDISTRITO</u></b>	
01- E.M. Padre Reus	Maio /1963
02- E.M. Quinze de Novembro	Março /1960
03- E.M. Rio Branco	Março /1955
04- E.M. São Francisco de Assis	Março /1960
05- E.M. São Luiz	Fevereiro/1940
06- E.M. São Pedro	Março /1956

**ART. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
CANGUCU, 15 DE DEZEMBRO DE 1977.

  
GILBERTO MOREIRA MUSSI  
- Prefeito Municipal -

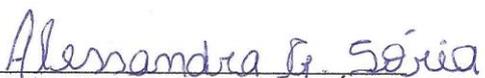
Registre-se e Publique-se

*Herмес Moreira Nunes*  
HERMES MOREIRA NUNES  
-Chefe de Gabinete -

## AUTORIZAÇÃO

Eu **ALESSANDRA GUASTUCI SÓRIA**, brasileira, residente e domiciliada em Piratini-RS, autorizo através desta, o Sr. **João Nei Pereira das Neves** a utilizar a fotografia de minha mãe, já falecida, em sua dissertação de mestrado, junto ao Programa de Pós Graduação da FURG em Rio Grande e também em uma possível publicação do material, caso venha a acontecer, onde a Sr<sup>a</sup>. Teoflina Madeira Antunes (nome de solteira no final da década de 1960), figura como professora municipal da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, na Coxilha dos Pereira, 3º subdistrito de Canguçu-RS.

Piratini-RS, 04 de Abril de 2012.

  
ALESSANDRA GUASTUCI SÓRIA.